

Simone Farias Fonseca

**Formação Sócio Política da Universidade Popular (UNIPOP):** Fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais.

Belém  
2011

Simone Farias Fonseca

**Formação Sócio Política da Universidade Popular (UNIPOP):** Fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stritu Sensu-Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Pará, Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva.

Belém  
2011

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP).  
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação, UEPA, Belém – PA.

---

FONSECA, Simone Farias.

Formação Sócio-Política da Universidade Popular (UNIPOP): fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

1 Educação Popular 2 Formação Sócio Política 3 Lideranças Sociais  
4 Universidade Popular 5 Práticas Educativas I. FONSECA, Simone Farias.  
II. Título.

## Simone Farias Fonseca

### **Formação Sócio Política da Universidade Popular (UNIPOP): Fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

Data de aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Banca Examinadora

\_\_\_\_\_ - Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Maria das Graças da Silva.  
Dr.<sup>a</sup> em Planejamento Urbano e Territorial.  
Universidade do Estado do Pará.

\_\_\_\_\_ - Examinadora Externa

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Maria da Silva Araújo.  
Dr.<sup>a</sup> em Educação.  
Universidade Federal do Pará

\_\_\_\_\_ - Examinadora Interna

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanilde Apoluceno de Oliveira.  
Dr.<sup>a</sup> em Educação.  
Universidade do Estado do Pará.

\_\_\_\_\_ - Examinadora Interna

Prof.<sup>a</sup> Maria do Perpétuo Socorro de S. Avelino França.  
Dr.<sup>a</sup> em Educação.  
Universidade do Estado do Pará.

Belém  
2011

Aos educadores e educadoras que acreditam numa prática educativa transformadora.

O desejo maior é de que esse trabalho contribua para reflexões e para a construção de outros saberes que aliem desejos de transformação à construção de um projeto alternativo de sociedade, baseado numa perspectiva democrática, solidária e crítica das relações.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo refúgio concedido nos momentos mais difíceis e pela paciência divina para com as minhas dúvidas permanentes.

À minha mãe e aos meus irmãos, que mesmo não sabendo, sempre serão grandes figuras nas minhas maiores vitórias.

Ao meu pai (in memoria), de quem herdei a alegria e a vontade de viver.

À Lays, minha filha e porto seguro, por sua presença que me contagia e alimenta meu querer ser.

A minha orientadora, Professora Graça Silva, pela rica convivência, pelos grandes ensinamentos e para amizade construída nessa longa caminhada, ingredientes fundamentais nesse trabalho.

Aos professores do PPGED que foram muito importantes nessa construção do conhecimento e que sempre farão parte da minha trajetória acadêmica.

Ao amigo de sempre Eunápio do Carmo, pelo incentivo no início, meio e fim dessa caminhada. Sua serenidade me permitiu desacelerar quando necessário e seu exemplo acreditar que é possível.

A amiga Cirlene, com a qual dividi minhas angústias e vitórias durante nossa vivência no PPGED.

À amiga Izabel Coelho, sempre disposta a ajudar com suas sabias contribuições nas questões metodológicas e gramaticais.

À dupla Francisco Silva e Giselle Alves, grandes amigos e incentivadores nessa construção.

Aos colegas da quarta turma do Mestrado – UEPA, dos quais guardo muitas lembranças e valorosas contribuições.

À grande amiga Selli Rosa, educadora da UNIPOP, sem sua atenção e confiança o trabalho de campo certamente seria mais árduo.

Aos educadores (as) e lideranças da UNIPOP, que acreditaram nesse trabalho e se dispuseram a somar esforços nessa construção.

*Qualquer pessoa que tenha abordado um problema realmente difícil sabe que uma das tarefas mais árduas é encontrar as perguntas certas e a ordem certa de fazer as perguntas. Você tem de calcular, não apenas aquilo que não sabe, mas o que precisa saber, o que não precisa saber e o que precisa saber para calcular o que precisa saber, e daí por diante.*

*(Dennett)*



## RESUMO

FONSECA, Simone Farias. Formação Sócio Política da Universidade Popular (UNIPOP): Fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

Esta pesquisa trata da educação popular no contexto de práticas educativas de formação sócio-política promovidas pela UNIPOP. Visa o conhecimento, a compreensão e a interpretação dos fundamentos que orientam estas práticas educativas de formação sócio-política desenvolvidas pela Universidade Popular - UNIPOP e suas contribuições para a formação de lideranças sociais. Origina-se da seguinte questão-problema: **Que fundamentos orientam as práticas educativas da UNIPOP e se contribuem com os processos organizativos e modos de agir coletivo das lideranças sociais?** Tem como recorte empírico os cursos de formação sócio-político dessa Universidade. Caracteriza-se como de natureza qualitativa e utiliza procedimentos de um estudo de caso, uma vez que se propôs a analisar práticas e saberes existentes num dado contexto, compreender e interpretar sua dinâmica e desafios, apreendendo sua totalidade. Analisa-se a proposta político-pedagógica do curso à luz de um referencial teórico que tem como ponto de partida as falas dos sujeitos e o material produzido nos cursos. Os resultados sinalizam para a relevância dos processos organizativos das lideranças sociais na construção de um novo contexto social, político, econômico e cultural; que a educação popular configura-se como uma construção social e, ao mesmo tempo, uma possibilidade para a desconstrução da condição de subalternidade em que vivem expressivos contingentes dos segmentos populares. Situa recortes territoriais das realidades Amazônicas paraense e de sujeitos que têm protagonizado movimentos de mudanças nos universos culturais diversos e que têm dinamizado o debate sócio-político. Destaca a contribuição dos movimentos sociais na defesa e garantia de direitos humanos e na possibilidade concreta da sociedade civil construir novas relações baseadas na perspectiva ético-emancipatória. Revela a experiência da UNIPOP na materialização dessa contribuição na Amazônia que, por meio do curso de formação sócio-política, tem revelado grandes lideranças e incentivado as articulações em fóruns e redes.

**Palavras-chaves:** Educação Popular – Formação Sócio-Política – Práticas Educativas – Universidade Popular – Lideranças Sociais.

## ABSTRACT

FONSECA, Simone Farias. Formação Sócio Política da Universidade Popular (UNIPOP): Fundamentos e contribuições da educação popular na formação de lideranças sociais. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

This research deals with the popular education in the context of educational practices of socio-political formation promoted by UNIPOP. It aims at knowledge, understanding and interpretation of the fundamentals that guide these practices educational socio-political formation developed by University People - UNIPOP and their contributions to the formation of social leaders. It arises from the question-problem: What grounds guide the educational practices of UNIPOP and contribute to organizational processes and modes of collective action of social leaders? Its empirical cut training courses sociopolitical this University. It is characterized as qualitative and procedures used a case study, since it proposed to review existing practices and knowledge in a given context, understand and interpret its dynamics and challenges, seizing its entirety. Analyze the political-pedagogical proposal of the course in the light of a theoretical framework that has as its starting point the statements of the subjects and the material produced in the course. The results indicate the relevance of the organizational processes of social leaders in the construction of a new social, political, economic and cultural, that popular education is configured as a social construction and at the same time, a possibility for the deconstruction of the condition of subordination in which they live expressive contingent of popular segments. Located clippings territorial realities of Pará Amazon and guys who have played the movement of changes in different cultural universes and have streamlined the socio-political debate. Highlights the contribution of social movements to defend and guarantee human rights and the real possibility of civil society to build new relationships based on ethical and emancipatory perspective. UNIPOP reveals the experience of the materialization of this contribution in the Amazon, through the course of socio-political formation, has shown great leadership and encouraged the joints in forums and networks.

**Keywords:** Popular Education – Training – socio-politics – Popular University Educational Practices – Social Leaders.

**LISTA DE FIGURAS**

Fig.1 - Slogan e Logomarca da UNIPOP	15
Fig.2 - Lideranças do curso de formação sócio política da UNIPOP	59
Fig.3 - Curso Formação Sócio Política Módulo I – 2010	80
Fig.4 - Lideranças do programa de protagonismo juvenil da UNIPOP	93
Fig.5 - Curso Formação Sócio Política Módulo II – 2010	108
Fig.6 - Cadernos e Revistas UNIPOP	114

**LISTA DE SIGLAS**

ANPED	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO.
CBB	COMISSÃO DE BAIRROS DE BELÉM.
CEPEPO	CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR.
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES.
DHESCAS	DIREITOS HUMANOS, ECONOMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.
FAOR	FÓRUM DA AMAZONIA ORIENTAL.
FSM	FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.
GLBT	GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS E TRANSEXUAIS.
GMB	GRUPO DE MULHERES DO BENGUI.
GT	GRUPO DE TRABALHO.
MST	MOVIMENTO SEM TERRA.
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL.
PE	PLANO DE ENSINO.
PNEDH	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.
PPGED	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES.
PUC	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA.
UEPA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ.
UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
UNIPOP	INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR.
UPMS	UNIVERSIDADE POPULAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1	O PONTO DE PARTIDA: O CONTEXTO E O PRETEXTO DA PESQUISA	16
1.2	AS INQUIETAÇÕES INICIAIS: O PROBLEMA E OS OBJETIVOS	23
<b>2</b>	<b>CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	<b>26</b>
2.1	O CENÁRIO PESQUISADO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - O INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR	30
2.2	OS SUJEITOS DA PESQUISA: LIDERANÇAS SOCIAIS	34
2.3	O CAMPO E A PRODUÇÃO DOS DADOS: ESTRATÉGIAS DE ENTRADA, ANÁLISE E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.	37
2.4	ANÁLISE DOS DADOS	43
2.5	CONSTRUÇÃO TEÓRICA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE: REFLEXÕES INICIAIS	45
<b>3</b>	<b>SEÇÃO 1 - UNIVERSIDADE POPULAR: ORIGENS E ENUNCIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA</b>	<b>59</b>
3.1	OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA UNIPOP: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA	61
3.2	LIDERANÇAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: FORMAÇÃO POLÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE (RE) SIGNIFICAR A PRÁTICA SOCIAL	73
<b>4</b>	<b>SEÇÃO 2 - PRÁTICA EDUCATIVA DA UNIVERSIDADE POPULAR: EXPERIÊNCIAS DO CURSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA</b>	<b>80</b>
4.1	O SENTIDO DA FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR	81
4.2	UMA EDUCAÇÃO EM/PARA OS DIREITOS HUMANOS: ENSINO E APRENDIZAGEM DE/COM AS LIDERANÇAS SOCIAIS	87
<b>5</b>	<b>SEÇÃO 3 - FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA À LUZ DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS</b>	<b>93</b>
5.1	SUJEITOS DO “SÓCIO-POLÍTICO”: QUEM ENSINA E QUEM APRENDE NO PROCESSO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE POPULAR.	95
5.2	LIDERANÇAS SOCIAIS: O SABER-FAZER NA PRÁTICA SOCIAL	103
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>108</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>122</b>
	<b>APÊNDICE A – Instrumental de entrevista (educandos)</b>	

**APÊNDICE B - Instrumental de entrevista (educadores)**

**APÊNDICE C - Instrumental de entrevista (coordenação geral UNIPOP)**

**APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido**

**ANEXOS**



Figura 1: Slogan e Logomarca da UNIPOP  
Fonte: UNIPOP/2009

Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 112).

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 O PONTO DE PARTIDA: O CONTEXTO E O PRETEXTO DA PESQUISA.

Se entendermos que a construção de uma sociedade mais participativa, mais democrática, de um Estado mais público é importante para a cidadania, a educação popular adquire um novo significado e assume uma função estratégica na releitura da realidade, na construção de novos paradigmas e na diversificação de caminhos para chegar aonde desejamos (UNIPOP, 2004, p. 09).

Considero que a escolha de um tema de pesquisa relaciona-se com dois aspectos fundamentais: de um lado sua relevância epistemológica para o campo do conhecimento escolhido e para os atores que deste fazem parte; de outro, seu significado e inserção na trajetória pessoal e acadêmica do pesquisador. Meus estudos e minha inserção nas práticas dinamizadas pelo movimento popular permitiram-me uma aproximação com o tema desta pesquisa, **“Educação Popular e Formação Sócio-Política”**. Este recorte temático é demarcado pelo reconhecimento da importância da educação popular para a dinamização sócio-político e cultural da(s) Amazônia(s)<sup>1</sup> em geral, e dos movimentos sociais em particular, e pela crença na produção de saberes a partir das práticas sócio políticas. Além do que,

O contexto urbano da Amazônia, onde a UNIPOP concentra sua intervenção enquanto instituição, também é diverso e complexo, ultrapassando os limites formais daquilo que denominamos cidade. Essa característica de cidade é menos visível na paisagem e mais no modo de vida, se considerarmos as dinâmicas territoriais e os conflitos socioambientais resultantes da ação de diferentes sujeitos coletivos, do grande capital e da luta incessante pelo controle dos recursos naturais da região, que levam a violentos enfrentamentos provocados pela ação de grandes grupos econômicos e os diferentes povos: indígenas, quilombolas, extrativistas, migrantes, agricultores, trabalhadores sem terra, assalariados e a forma como o Estado media esses confrontos, o que acaba interferindo na dinâmica da governança da cidade e conferindo ao urbano, ao mesmo tempo, universalidade e especificidade (UNIPOP, 2009, p. 02).

Esse contexto pressupõe a necessidade de se estabelecer conexões entre o local e o global, pois, dessa forma, as possibilidades de compreender e dar

---

<sup>1</sup> Segundo Oliveira (2004), o termo Amazônias justifica-se pela existência de um espaço envolto a uma multiculturalidade e sócio-diversidade, com identidade de cada povo que vive e convive com o amplo e diverso.



significado ao papel que os movimentos sociais vêm tendo na produção de saberes, pautados numa lógica inversa àquela imposta pelo sistema capitalista.

A dinamização de processos sócio-políticos e culturais no contexto da Amazônia brasileira tem revelado um campo de lutas e de confronto com dinâmicas nacionais e transnacionais (globais), que, em geral, desconsideram o local (território), tendo em vista que se voltam a processos de exploração e dominação de recursos e grupos locais. Sob a justificativa de um desenvolvimento para todos, a lógica de ocupação da região se deu de forma invasiva, sem considerar suas especificidades.

Contudo, em diferentes realidades o modelo de desenvolvimento implementado configura-se como excludente e tecnicista. Dessa forma, em acordo com Loureiro (2009), também considero como necessário pensar num novo desenvolvimento para a região, um desenvolvimento alternativo, que, segundo a autora, precisa ser construído sobre as bases de pelo menos 05 pilares:

Respeito à identidade dos povos; respeito aos saberes e práticas sociais associando-os aos conhecimentos científicos; respeito a natureza como aliada; aproveitamento da mega-biodiversidade; desenvolvimento e investimento em ciência voltada aos interesses locais (LOUREIRO, 2009 p. 20).

Os movimentos sociais em suas diferentes formas organizativas têm buscado incorporar em suas pautas de reivindicações e/ou propostas de intervenção essa perspectiva. Historicamente pode-se perceber que em suas lutas buscam a construção de processos sociais voltados para a mobilização de atores estratégicos e para a formação de cidadãos comprometidos com a dinâmica de emancipação e capazes de fazer frente às situações de negação de direitos na região.

Com este trabalho busco me aproximar desse contexto, tendo como objeto empírico as práticas de formação sócio-política desenvolvidas pelo Instituto Universidade Popular.

A UNIPOP é uma Organização Não Governamental (ONG) com 23 anos de existência na Amazônia. Situada na Região Metropolitana de Belém, e, de acordo com seu plano de trabalho (2009), tem priorizado como sujeito de sua missão e atuação institucional a juventude das periferias da cidade e do campo,

particularmente a ribeirinha, no sentido de organizá-la, qualificá-la e inseri-la em processos formativos e organizativos a fim de que possa participar da tomada de decisão na reivindicação de políticas públicas. Para tanto, informa que investe em programas e projetos que conduzam à inclusão social desses jovens que fazem parte de juventude, por meio da constituição de espaço para discutir o direito à educação e à importância da elevação da escolaridade como estratégias para essa inclusão (UNIPOP, 2009, p. 01).

Tal objeto emerge da crença em outras (novas) possibilidades de interpretações atribuídas ao processo educativo, alargando-o e problematizando-o em novas perspectivas, para além do ambiente escolar formal, ao incluir, em sua dinâmica, o diálogo permanente com categorias como: organização social, educação popular, formação sócio-política, emancipação social, movimentos sociais e direitos humanos.

A percepção desse objeto constituiu-se a partir de uma inquietação oriunda da minha trajetória enquanto militante e acadêmica. Trajetória esta iniciada em 1992, no movimento popular do bairro de Jurunas, periferia de Belém/PA, e sistematizada na construção do meu primeiro projeto de pesquisa, elaborado em 1995, como trabalho de conclusão do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

O foco dessa atuação e da referida pesquisa, esteve voltado para a compreensão das contradições na sociedade e das lutas sociais empreendidas pelos movimentos populares, voltadas para a construção das bases democráticas de participação popular e garantia de direitos.

Meus questionamentos envolvendo temas como infância, adolescência, gênero e direitos humanos constituíram o fundamento daquela pesquisa e da construção de uma proposta de ação para o bairro do Jurunas, bem como os estudos e pesquisas posteriores vinculados ao Movimento República de Emaús<sup>2</sup> (MRE) e aos *fóruns* locais e nacionais de defesa dos direitos humanos.

---

<sup>2</sup> Fundado em 10 de setembro de 1971, o MRE é uma organização de caráter popular, sem fins lucrativos que tem como missão lutar pela garantia dos direitos e pela cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua e exclusão social na região amazônica. Consolida suas ações por meio de cursos, seminários, oficinas pedagógicas, teatro, celebrações, encontros, assessorias técnico-pedagógicas, pesquisas, cadernos pedagógicos; e participa de: *Fórum*, Conselhos, Comitês, Projetos, Movimentos e Organizações da Sociedade Civil.

Os resultados desta experiência indicaram a necessidade de pensar, observar, analisar e interpretar as intervenções nas teias de relações que envolvem o fenômeno “negação de diretos”, o que deu origem aos meus primeiros estudos (pesquisas, levantamentos, textos, relatórios) focados na realidade amazônica.

A Amazônia, como espaço de múltiplas contradições, onde a exploração dos segmentos locais é regra nas relações sociais e econômicas estabelecidas historicamente. Exploração sexual, tráfico de seres humanos, trabalho infantil e trabalho escravo são situações que fazem parte da história dos povos locais, não como questões de uma Amazônia do passado, mas como parte de um presente histórico, e são, por conseguinte, questões objeto de análises constantes dos mais diversos pesquisadores da Região e meu, em particular.

Segundo Loureiro (2009, p. 31) “a história da região é, portanto, marcada pela tentativa de moldar e domesticar seus habitantes e a natureza, mas é também uma história de resistência de sua gente às mais diversas formas de dominação”.

A possibilidade de refletir acerca da materialização das contribuições da produção social de saberes decorrentes de processos promovidos por organizações da sociedade civil com vínculos nos movimentos sociais abre espaço para a realização de investigações no campo educativo, que se delinea a partir dos processos de formação desenvolvidos por essas entidades. Nesse campo, identifiquei possibilidades de reflexão acerca da relação dialética inerente às experiências do produzir saber e do aprender por meio de processos de formação. Ações possíveis numa prática investigativa, quando se permite as devidas rupturas epistemológicas, na construção teórica do objeto de pesquisa, pois de acordo com Bourdieu (2007, p.23 a 25):

A vigilância epistemológica impõem-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures. (...) a invenção nunca se reduz a uma simples leitura do real, por mais desconcertante que seja, já que pressupõe sempre a ruptura com o mesmo e com as configurações que ele propõe a percepção.

Esse autor revela ainda que, no processo de construção social do objeto, o campo será o elemento que demarcará os devidos recortes, pois é preciso observar a realidade com um olhar crítico, para assim perceber o que ganha relevância e o

que é secundarizado para os sujeitos envolvidos. A ideia de sociedade formada por campos sociais situa a discussão das relações de força e dos necessários processos de mediação entre sujeitos e a própria sociedade. O que evidencia que o próprio funcionamento do campo científico revela uma forma específica de interesses.

Para situar o campo da pesquisa, busquei identificar e conhecer o já produzido acerca do tema que me proponho a estudar. Neste sentido, fiz uma pesquisa no portal de periódicos da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no PPGED e no próprio acervo da UNIPOP.

Este movimento de construção do estado da arte teve como ponto de partida, a procura por trabalhos que discutissem formação sócio-política na perspectiva da educação popular. No período compreendido entre 1997 e 2009 encontrei uma série de pesquisas realizadas e artigos produzidos sobre as práticas de formação do Movimento Sem Terra. Em geral, as investigações voltam-se para a compreensão da proposta político-pedagógica deste movimento e sua contribuição para o fortalecimento da luta desse grupo social.

Na linha que me proponho a estudar, práticas educativas de formação sócio-política, ainda são poucas as produções que se aproximam de meu objetivo. Destaquei o trabalho intitulado “Educação e Movimento Social: o Processo Educativo dos Moradores do Igarapé da Cachoeirinha”, de Sandra Gomes Damasceno, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas, realizada em 2005.

O trabalho em referência discute o caráter educativo do movimento popular urbano a partir das experiências de organização dos moradores do Igarapé da Cachoeirinha e sua articulação com outros atores sociais. Este se propõe a entender os processos que envolvem a produção da cidade e suas implicações na organização dos movimentos sociais urbanos, e o processo educativo existente nessa dinâmica, que envolve a diversidade cultural, conflitos políticos e resistência. O movimento social urbano apresenta-se como possibilidade do trabalho político de formação e como espaço de disputa que favorece a elaboração e a ação coletiva.

No PPGED da UEPA tem-se o trabalho de Adriane Lima, intitulado “Cartografias de saberes subjacentes as práticas educativas cotidianas do MST na Amazônia Paraense”, dissertação de mestrado do ano de 2007. O referido trabalho

tinha como objetivo contribuir com os estudos acerca dos movimentos sociais por meio da investigação dos saberes existentes nas práticas educativas do MST, situando-os na perspectiva da educação popular.

Outro trabalho que se aproxima da perspectiva que pretendo desenvolver é a dissertação intitulada “Formação de Formadores para Educação Popular: análise da experiência do Instituto Cajamar”, de Maria Esther Basualdo, do Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), defendida em 1997.

O objeto de estudo daquela pesquisa é a descrição, análise e interpretação de uma experiência de formação junto e para os movimentos sociais que o Instituto Cajamar vêm desenvolvendo. Tinha como objetivo elucidar a formação de formadores dentro dos movimentos sociais; descobrir quais são as bases políticas e pedagógicas da formação para os movimentos, os conhecimentos que a sustentam, e qual é o papel do educador e sua contribuição para a formação de grupos formativos, reconhecendo sua condição tanto de portadores quanto de produtores do conhecimento. A autora conclui salientando os aportes para a construção de um projeto contra hegemônico de formação de formadores, tomando como referencial teórico a concepção filosófica, política e pedagógica de Paulo Freire.

No âmbito de estudos realizados sobre a UNIPOP encontrei a dissertação “Entre cenas, enredos e roteiros: a formação humana pela via da criação artística – a experiência do grupo de teatro da UNIPOP”, de Vera Sousa, do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará, ano de 2007. O estudo busca estabelecer a interface entre o teatro e a educação com a perspectiva de evidenciar os elementos significativos da dimensão educativa do grupo de teatro da UNIPOP. Nessa dimensão três elementos são destacados na pesquisa: a história de vida como elemento de cena, a flexibilidade do teatro e o processo colaborativo entre os participantes do grupo.

Esse levantamento inicial certamente não esgota a produção acerca do tema em destaque, mas sinaliza para a relevância de dar visibilidade aos estudos que sistematizam e refletem sobre os processos de formação sócio-política, voltados para as lideranças sociais que estão na linha de frente dos debates e confrontos com fatos, que refletem uma política sócio-econômica excludente e situa os sujeitos das classes populares como meros objetos de intervenção.

Ao propor a realização desse estudo, parto do pressuposto de que uma prática educativa, quando realizada numa perspectiva transformadora, pode abrir espaços necessários para que sejam refletidas as causas e efeitos de dinâmicas e fatos sociais; e pode se constituir em espaço para que os sujeitos percebam que são agentes históricos em diferentes processos e contextos, portanto, capazes de constituir um **fazer** diferente e de tornar-se um **ser** crítico e propositivo. O que só será possível se a educação for percebida numa dimensão dialógica. Para Freire o diálogo,

Em qualquer hipótese (...) é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (FREIRE, 1992, p. 52).

Considerando o papel que a UNIPOP anuncia assumir na mobilização popular para defesa dos interesses dos povos da região, por meio de uma proposta de formação sócio-política de atores sociais estratégicos, identifiquei possibilidades de, nesse campo, problematizar estratégias desenvolvidas, identificar seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos e suas contribuições na construção de relações democráticas e includentes.

A opção pela UNIPOP se dá, portanto, por ela anunciar ser referência no campo democrático-popular, uma vez que é responsável pela formação de outras importantes organizações da mesma natureza (defesa e garantia de direitos). No entanto, por considerar que existe a possibilidade de inúmeros recortes possíveis para estudar essa experiência, opto nesta pesquisa por um dos recortes possíveis nessa atuação que é o desenvolvimento de práticas educativas voltadas para a formação sócio-política de lideranças sociais.

## 1.2 AS INQUIETAÇÕES INICIAIS: O PROBLEMA E OS OBJETIVOS.

A problemática desta pesquisa situa-se no contexto das práticas educativas dinamizadas por uma das organizações sociais que emergem como força política em diferentes campos de luta em contraposição à repressão e violência contra segmentos populares. Identifiquei que essa problemática, por situar-se historicamente em contexto de contradições, pode ser construída como objeto de estudo. Portanto, relevante e potencialmente geradora de novas inquietações.

Por considerar que essa problemática insere-se no contexto de emergência de novas teias sociais que colocam no centro do debate a necessidade de valorização dos atores sociais em suas dinâmicas e saberes, bem como, o papel assumido pelos movimentos sociais na luta por direitos, defino a seguinte questão problema, como orientadora desta pesquisa: **Que fundamentos orientam as práticas educativas de formação sócio política da UNIPOP e se contribuem com os processos organizativos e modos de agir coletivo das lideranças sociais?**

Este questionamento é base para a compreensão das práticas educativas desenvolvidas pela UNIPOP. Como forma de aprofundar essa problemática situo-a a partir das seguintes questões norteadoras:

- Os fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos que orientam as práticas educativas da UNIPOP permitem trabalhar na formação aspectos como participação, organização social e política?
- Em que as práticas educativas de formação sócio-política da UNIPOP contribuem para o desenvolvimento da organização social e participação política das lideranças sociais?
- Que significados e sentidos tomam para os participantes dos cursos de formação sócio-política da UNIPOP os processos de ensinar, aprender e produzir saberes a partir das práticas educativas promovidas?

Na perspectiva de produzir e agregar novas percepções sobre a prática sócio-política e de refletir sobre seus efeitos frente às demandas de uma sociedade que tem sido marcada por práticas e processos excludentes, sem desconsiderar a heterogeneidade e dinamismo resultante dessa construção social e histórica de

saberes, defino como objetivo geral **analisar os fundamentos que orientam as práticas educativas de formação sócio-política desenvolvidas pela UNIPOP e suas contribuições para a formação de lideranças sociais.**

Como objetivos específicos da pesquisa defino:

- Analisar os fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos que orientam os processos educativos da UNIPOP;
- Verificar se as práticas educativas desenvolvidas pela UNIPOP contribuem (ou não) para o fortalecimento da atuação sócio-política das lideranças sociais egressas do curso;
- Analisar os significados e sentidos dos processos de ensinar, aprender e produzir saberes inscritos nas práticas educativas da UNIPOP, para as lideranças.

Como pressuposto orientador parto da ideia de que a prática educativa configura-se como elemento fundamental na tessitura de relações baseadas na alteridade, na radicalidade ética e na centralidade humana, categorias trabalhadas por Freire (2004), quando defende a tolerância como base fundamental do convívio entre humanos, seres diferentes, porém capazes de aprender quando se permitem a troca de saberes. Inscreve em seu debate a tolerância como: “(...) virtude revolucionária que consiste na convivência com os diferentes para que se possa melhor lutar contra os antagônicos” (FREIRE, 2000, p. 39).

Ao discutir a relação entre política e educação, Freire (2007) parte da compreensão crítica da prática educativa e da própria participação comunitária como elemento resultante de uma prática que,

Fazendo educação numa perspectiva crítica, progressiva, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao fazer educativo (FREIRE, 2007, p. 67).

A prática educativa é, portanto, dimensão necessária da própria prática social, e faz parte do conjunto de práticas que envolvem a vida em sociedade (prática cultural, produtiva, religiosa). Por ser prática social é “fenômeno típico da existência



humana, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano”. (FREIRE, 2007, p. 67)

Santos (2003) contribui com o debate acerca da relação entre política e educação, ao discutir acerca de temas como a formação das subjetividades inconformistas e rebeldes para a ação transformadora e formação de subjetividades democráticas como elemento determinante das possibilidades de democratização da sociedade, apresenta-nos o poder implícito nas ações cotidianas de pessoas simples que podem, através de seus saberes, protagonizar novas relações sociais que permitam a vivência com o multi, diverso e diferente, de forma harmônica, porém consciente de seus valores e potenciais.

Nessa perspectiva, a formação de novas subjetividades por suas possibilidades de contribuir para a formação de um sujeito crítico pode ser o resultado almejado ponto de chegada dos processos de formação sócio-políticos desenvolvidos pelas organizações sociais. Para tal, seu compromisso ético e político precisa estar pautado na construção de novas bases para as relações socialmente estabelecidas onde a concepção de conhecimento é redimensionada, uma vez que:

De uma forma ou de outra, a razão última do debate tem sido sempre o facto de as formas privilegiadas do conhecimento conferirem privilégios extra-cognitivos (sociais, políticos, culturais) a quem as detém. Só assim não seria se o conhecimento não tivesse qualquer impacto na sociedade, ou, tendo-o, se ele estivesse equitativamente distribuído na sociedade. Mas não é assim (SANTOS, 2006, p. 137).

É fundamental compreender que o conhecimento científico não se encontra distribuído de forma democrática na sociedade: existem privilégios epistemológicos, que reforçam a condição de subordinação de determinado grupo social e de saberes.

Minha proposta evidencia a necessidade de reflexão sobre os processos educativos, sinalizando para um recorte epistemológico que privilegie os saberes existentes nas diversas dinâmicas sociais e que problematize a dimensão excludente do conhecimento, colocando no centro do debate a perspectiva popular da educação.

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O pesquisador, por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer ideia à sua concepção de mundo, em primeiro lugar, e, em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe ser de apoio para o estudo dos fenômenos sociais (TRIVIÑOS, 1987, p. 13).

Os caminhos trilhados nesta pesquisa não se encerram na perspectiva acadêmica voltam-se também em fazer da ciência um caminho para a autonomia da classe oprimida em nossa sociedade. Esse percurso é, portanto, marcado por um posicionamento que pretende contribuir com uma forma de produção de conhecimento que alie os interesses da ciência aos interesses dos sujeitos da pesquisa. Essa opção guarda relação com minha decisão ontológica e gnosiológica frente ao objeto de estudo.

Essa perspectiva evidencia o quão imperativo é compreender que toda a produção científica intelectual está imersa nos condicionantes históricos, políticos e sociais e na própria subjetividade dos sujeitos envolvidos no processo.

A base epistemológica deste trabalho pauta-se, portanto, num olhar crítico sobre o cientificismo hegemônico que preconiza a dicotomia entre pesquisador x pesquisado, sujeito x objeto, material x espiritual, num conhecimento dualista e fragmentado.

Elementos como objetividade do pesquisador, realidade concebida como fora do mundo pesquisado, como uma fotografia, fixa, a-histórica, que só é válida quando expressa-se em dados, abre espaço, a partir do materialismo histórico, cujo método de pensar é a dialética, para a análise da realidade em uma configuração dinâmica dos fenômenos em movimento. A compreensão da realidade insere-se na compreensão desse movimento e perpassa pelo estudo do modo de produção e das relações sociais. Compreender o fenômeno é, portanto, compreender sua totalidade e suas contradições.

Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva, assim, em economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma

abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. (...) Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples, do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. (...) O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso (MARX, 1977, p. 218).

Marx (1977) apresenta os pressupostos do materialismo histórico-dialético, que se pautam no princípio de que os indivíduos são dependentes das condições materiais de sua produção. Segundo este pensador, as forças econômicas determinavam os problemas/fenômenos sociais. Sua concepção vai refutar a visão positiva de ciência, baseada na neutralidade, estabelecendo uma relação entre ciência, ideologia e classe social.

Para Gadotti (2003, p.20), “a dialética de Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo”. Com as contribuições de Marx evidencia-se um novo processo de construção do conhecimento. Perde-se a perspectiva do conhecimento neutro, pois o conhecimento em Marx é comprometido com a transformação da realidade segundo os interesses de uma classe, a trabalhadora.

Ao definir como opção metodológica a abordagem dialética reafirmo a necessidade de conceber o mundo em seu conjunto, no qual o ser humano está presente e pode conhecê-lo e transformá-lo.

O desafio reside em articular a dinâmica social aos movimentos políticos que buscam a emancipação, que estão nessa dinâmica por meio dos seus processos organizativos e que, por vezes, são invisibilizados no processo de construção do conhecimento. Alguns movimentos que emergem no seio da sociedade lutam pela transformação da condição humana e das estruturas sociais, uma vez que:

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 2006, p. 37).

Essa concepção permite situar os sujeitos da pesquisa no contexto da educação popular, por reconhecê-los como produtores de saberes, e que na relação direta com as contradições sociais, têm a possibilidade de assumir postura crítica de suas condições objetivas, capazes, portanto, de serem sujeitos de transformação social. Permite ainda optar pela pesquisa de **natureza qualitativa**, uma vez que, segundo Triviños (1987), parte do fenômeno social concreto e da importância da aparência e essência e de seus significados na prática social. O autor reitera ainda que,

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da *descrição* que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana (op.cit. p. 129).

A pesquisa qualitativa não se coloca aqui como uma alternativa à dimensão quantitativa, por compreendê-las indissociável, mas como uma possibilidade de aprofundar o caráter social e as dificuldades na construção do conhecimento.

O estudo das práticas educativas presentes nas dinâmicas de formação sócio-política da UNIPOP, a luz da abordagem dialética, assume uma perspectiva crítica e analítica, por ter como pressuposto a compreensão da relevância dos saberes e práticas que dão forma e sentido as relações estabelecidas pelos atores sociais desse processo (lideranças sociais). São esses elementos de análise que diferenciam a pesquisa de caráter social.

Para Minayo (2001), um aspecto distintivo dessa pesquisa é a relação entre pesquisador e seu campo de estudo que se estabelece definitivamente, a visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de construção do conhecimento. Considera-se, portanto, que: “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva dela transbordante” (MINAYO, 2001, p. 15).

A pesquisa caracteriza-se como um **estudo de caso**, o que orienta a busca de explicações e interpretações para situações que envolvam fenômenos sociais (LUDKE e ANDRÉ, 1988). A opção por um estudo dessa natureza atrela-se a intenção de dar exemplaridade à pesquisa, revelando análises com a devida profundidade e rigor científico, sem, por outro lado, ser extenso ou ter a pretensão

de esgotar o debate sobre o tema central pesquisado, nesse caso educação popular e formação sócio política.

Martins (2008) também chama atenção para isso, ao afirmar que muitos trabalhos não conseguem ir além da exposição de inúmeros relatórios organizacionais, apresentando excessos sem, contudo, surpreender em seus resultados. Portanto, a ideia central, ao me apropriar dessa estratégia, é retratar a realidade em sua complexidade e amplitude, representando os interesses e conflitos presentes na dinâmica estudada. A marca desse processo será a flexibilidade e a discussão permanente com a metodologia da pesquisa.

O estudo de caso foi válido nesta pesquisa, pois favoreceu uma compreensão integral do lócus sem que se perdesse a visão geral do foco de análise. Ajudou a conhecer os vários pontos de vista acerca das contribuições dos processos de formação sócio política para as lideranças envolvidas nos cursos oferecidos pela UINPOP. O estudo, por seu caráter complexo, exigiu originalidade, coerência e consistência das ideias, não se fechando a esquemas prioristicamente estabelecidos, mas, sobretudo, permitindo que o vivenciado no campo de pesquisa ganhasse relevância e significado no estudo. Ao analisar o fenômeno em seu contexto real conseguiu-se compreender e interpretar sua dinâmica e desafios, apreendendo sua totalidade.

Nesse processo o meu desafio maior como pesquisadora foi manter a distância do objeto pesquisado, uma vez que ao conhecer ou presumir conhecer o objeto de estudo de forma ampla e profunda poderia incorrer no erro de usar a investigação para comprovar ideias preconcebidas. De acordo com Martins (2006) é necessário evitar essa contaminação do estudo pelas respostas do pesquisador ou pelas ideias sem sustentação teórica.

Como estratégia para superar esses limites do estudo de caso buscou-se nessa pesquisa controlar a precipitação, evitando-se conclusões antecipadas, permitir a fala dos sujeitos garantindo confiabilidade e transparência no processo, uma vez que alguns relatos tem também o sentido de uma avaliação do curso e da própria UNIPPOP como gestora do processo de formação e, sobretudo, evidenciar reflexões que possam contribuir com o saber-fazer dos sujeitos e da organização pesquisada. Além disso, o recorte proposto no estudo foi garantido e o tema trabalhado com o necessário rigor científico, elementos fundamentais na estratégia de pesquisa de um estudo de caso.

## 2.1 O CENÁRIO PESQUISADO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - O INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR.

A UNIPOP é uma ONG Ecumênica, de Educação Popular, fundada 1987 na perspectiva de formação das lideranças populares para o exercício da participação cidadão, pela via da educação popular. Articula nos processos de formação as temáticas: Política, Socioambiental; Ecumenismo; Arte- Educação e Teatro Popular; Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Situada em Belém, vem ampliando sua área de atuação para além da região metropolitana, chegando as ilhas próximas da capital e aos municípios de Santarém, Marabá e Altamira.

A UNIPOP, do meu ponto de vista, é um dos espaços de resistência que temos no Brasil, que segue mantendo firme seu vínculo com o ideário de educação Freireana e fazendo ações de formação política para pessoas que atuam em diversos movimentos sociais na Amazônia (SILVA, 2007, p. 03).

Seu surgimento na década de 80 vincula-se a um contexto de mobilização intensa dos movimentos sociais, para a construção de uma nova concepção de educação, como instrumento de libertação popular.

O projeto de concepção e de atuação da UNIPOP anuncia seu compromisso com essa luta, que busca o enfrentamento da violência e exclusão social e a conquista de direitos dos segmentos populares marginalizados na Amazônia. Para tanto se organiza para promover ações voltadas aos movimentos sociais, no acesso à educação com base no processo recíproco e de trocas de experiências, de vivências, contrapondo-se ao projeto mercantilista e unilateral da educação tradicional.

As entidades criadas nesse contexto geraram novos espaços de manifestação de interesses e de expressão de um discurso próprio, brotado das próprias lutas sociais nas quais os participantes elaboraram suas representações dos acontecimentos em si mesmos, mas também sob influência de outras instituições; ressignificaram antigas palavras; articularam-se em projetos, em cujo processo passaram a construir suas identidades, com a afirmação como sujeitos políticos coletivos, não como atores desempenhando papéis pré-fixados (SILVA, 2007, p.01).

A UNIPOP, de acordo com a pesquisa documental realizada, tem investido na consolidação de uma proposta de formação humana, pela via da educação popular. Seu lema, “Saber é Poder”, acentua a base freireana de sua proposta político pedagógica. Essa formação humana traduz-se por meio da participação das lideranças sociais em seus espaços de luta e confrontos cotidianos, a educação nesse sentido se configura como ato político. Um dos princípios da UNIPOP evidencia seus fundamentos na educação popular, “desenvolver atividades de formação e informação na área de Educação Popular” (UNIPPOP, 1988, p.03).

De acordo com os pressupostos da entidade, a base metodológica da sua proposta de formação sócio – política busca estreitar a relação entre educação e sociedade. Para tanto, propõe articular a formação com prática social dos educadores e educandos, baseando-se no desenvolvimento de um projeto político e histórico (UNIPPOP, 1994), o que se constitui enquanto elemento de análise dessa pesquisa.

A participação da UNIPOP na coordenação do Fórum Social Mundial<sup>3</sup> e o seu papel na mobilização junto ao Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)<sup>4</sup> sinalizam para o campo de interesse da UNIPOP, que tem priorizado ações de natureza articulada com outras organizações.

A dinâmica de formação sócio-política da UNIPOP constitui-se em rico campo a ser pesquisado, e, principalmente, fortalecido a partir de um diálogo com os atores sociais que compõem essa dinâmica.

Dentre os processos de formação desenvolvidos pela UNIPOP, elegi como recorte temático para essa pesquisa, a **Formação Sócio-Política** na intenção primeira de compreender suas contribuições para organização e fortalecimento das lutas travadas pelos movimentos sociais locais. A UNIPOP organiza suas ações por

---

<sup>3</sup> Para alguns estudiosos como Emir Sader (2009), o FSM tem “sua formidável cara real, com os povos indígenas e o Fórum Pan Amazônico, com os movimentos camponeses e a Via Campesina, com os sindicatos e o Mundo do Trabalho, com os movimentos feministas e a Marcha Mundial das Mulheres, os movimentos negros, os movimentos de estudantes, os de jovens – com estes confirmando que são a grande maioria dos protagonistas do FSM”.

<sup>4</sup> O Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) é uma rede mista, plural e horizontal de entidades, concebida como um fórum de articulação para a democratização de políticas públicas e uma plataforma estratégica de discussão sobre direitos humanos, desenvolvimento e sustentabilidade na cidade e no campo da Amazônia. Entre suas principais atividades está o monitoramento de problemas sociais na Amazônia Oriental. (<http://www.faor.org.br/qsomos.html><http://www.faor.org.br/qsomos.html>)

meio de programas. O curso de Formação Sócio Política faz parte do Programa I: Mobilização e Formação: construindo a Cultura da Paz. Este programa congrega 04 projetos que são: Projeto 01: Juventude, Participação e Autonomia; Projeto 02: Formação de Lideranças e de Educadores/as Sociais; Projeto 03: Formação Ecumênica e Projeto 04 - Formação em Arte-educação. Além deste programa realiza mais dois, o Programa II: Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas e Garantia de Direitos, onde se desenvolve o projeto: Tecendo a Rede em defesa do desenvolvimento Regional, fundamentado nos DHESCAS (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) e o Programa III - Busca de Sustentabilidade: Fortalecimento Organizativo e Desenvolvimento Institucional.

As práticas de formação sócio política têm, ao longo da história da UNIPOP, ganhado contornos próprios e se consolidando por meio do projeto “Formação de Lideranças e de Educadores e Educadoras Sociais – construindo novas formas de participação cidadã”. O relatório trienal 2005 ao apresentar os objetivos e estratégias deste projeto, sinaliza uma preocupação em qualificar esses sujeitos para uma ação efetiva no controle social das políticas públicas, pela via da mobilização, participação e organização política.

A estratégia é “desenvolver atividades formativas que oportunizem aos participantes revisitarem seus valores e crenças para avaliarem e aperfeiçoarem suas práticas e reavaliarem o sentido de ser e estar no mundo” (UNIPOP, 2005, p. 45), configura-se como um indicativo da preocupação da UNIPOP de formar cidadãos numa perspectiva crítica capaz, enquanto agente social, de (re) significar sua prática social e participar de outro projeto de sociedade que (re) escreva a história da Amazônia e seus processos de desenvolvimento.

Dos cursos voltados para a formação sócio-política participam homens e mulheres que atuam em organizações sociais que lutam na perspectiva da defesa dos direitos humanos, direitos esses compreendidos em sua dimensão macro, o que corresponde às demandas sociais, culturais, ambientais e econômicas de uma dada realidade.

A análise dos documentos e do discurso dos sujeitos da pesquisa sinalizam a intenção da UNIPOP em formar, tendo como opção metodológica a educação popular, atores sociais capazes de compreender as contradições presentes e/ou emergentes na sociedade, para posicionarem-se de forma a garantir que direitos difusos e coletivos sejam respeitados. E que esses educandos, sujeitos políticos,



possam vivenciar e confrontar-se com experiências que evidenciem a sua própria realidade.

Se os seres humanos fossem puramente determinados não haveria por que, na prática educativa, apelarmos para a capacidade crítica do educando. Não havia por que falar em educação para decisão, para a libertação, (...) não havia por que pensar nos educadores e nas educadoras como sujeitos (FREIRE, 2007, p. 16).

De acordo com Freire (2007), a proposta de formação para garantia de direitos, precisa enfatizar que consciência e mundo não podem ser entendidos de forma dicotômica, mas em suas relações e contradições. A consciência não é a fazedora do mundo, nem seu puro reflexo. "A consciência do mundo constitui-se na relação com o mundo; não é parte do eu. O mundo, enquanto "outro" de mim, possibilita que eu me constitua como "eu" em relação com você" (FREIRE, 1994, p.32).

Por essa perspectiva freireana, a formação política, como processo de conhecimento, é, portanto, manifestação ética, de luta na heterogeneidade, que concebe a educação como prática permanente.

Larrosa (2002, p.05) enfatiza que:

A Educação Popular inclui a dimensão da subjetividade humana enquanto um aspecto que agrega e corrobora para a constituição de um saber popular que se sedimenta a partir da interrelação entre as pessoas, a partir do senso comum e dos eventos vividos em comunidade.

De acordo como suas enunciações, a proposta da UNIPOP vai na direção freireana. Gesta-se a partir das demandas de lideranças que assumem um duplo papel no processo de formação: educandos/as e educadores/as, sujeitos ativos e fazedores de suas histórias. Na educação popular os sujeitos envolvidos aprendem e se transformam no processo.

## 2.2 OS SUJEITOS DA PESQUISA: LIDERANÇAS SOCIAIS

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir a representatividade dos sujeitos. Na verdade, a amostragem qualitativa visa possibilitar abranger a totalidade do problema em questão em suas várias dimensões.

A opção por definir os sujeitos da pesquisa como lideranças sociais emerge da compreensão de que eles se configuram como atores sociais, com histórias de lutas e enfrentamento de violação de direitos, com ampla participação política e inserção social nas dinâmicas locais. Sendo atores de uma dada realidade, se sobressaem nos processos sociais de consolidação de um novo projeto de sociedade.

Segundo Carvalho (1997), liderança se constitui no conjunto de regras implícitas desenvolvidas e aprendidas no contexto do coletivo social. As lideranças envolvidas nas ações da UNIPOP são sujeitos com lutas diferenciadas, multifacetadas em seus interesses (negros, mulheres, jovens, ribeirinhos), porém, constituem parte de um mesmo contexto, as realidades Amazônicas.

Por reconhecer que essa realidade está situada num cenário de confrontos permanentes e de interesses divergentes, e por voltar-se à busca de estratégias para pensar a configuração uma nova realidade, que considere seus sujeitos e suas bases sociais, culturais, políticas e econômicas, a UNIPOP se propõe a ser um espaço de produção social de saberes e de práticas políticas (UNIPOP, 2009).

Esta dissertação tem a oportunidade, por meio da pesquisa que realizei, de revelar como os sujeitos, lideranças sociais, que compõem o universo da UNIPOP, percebem e compreendem tal espaço, que percepções têm sobre essa dimensão sócio-política e como se situam nesse cenário. Dessa forma, busco compreender a prática social desses sujeitos como fruto das relações 'estabelecidas em suas vivências e lutas convergentes. Portanto, parto do pressuposto que educadores/as e educandos/as, na condição de lideranças sociais, leem a prática educativa, considerando a percepção que têm sobre a dinâmica da Universidade Popular, enquanto espaço possível de produção social e cultural.

Ao refletirmos a educação como cultura (BRANDÃO, 2002), percebemos que a educação acontece também no âmbito cultural. É, portanto, uma tessitura de

processos, relações, produtos, poderes, regras e transgressões, que se consolida na formação de pessoas como sujeitos que criam e recriam seus símbolos e significados do mundo, da vida e do seu destino.

A cultura é, portanto, o elemento constituinte de todas as práticas sociais. O grande desafio é tornar crítica e autônoma as diferentes formas de manifestação da cultura tradicional dos povos, por meio de sua valorização política. É por meio do movimento da educação popular que a cultura ganha o centro do debate, uma vez que se pressupõem nesse movimento o engajamento ético-político com as classes populares (BRANDÃO, 2002).

Ao situar em uma dimensão cultural as práticas sociais desenvolvidas pela UNIPOP, identifiquei a necessidade de mapear os processos sociais que emergem dessa dinâmica e identificar os sujeitos da pesquisa nesse processo.

Como pano de fundo desse mapeamento, apresento, como resultado do trabalho de campo, das aproximações graduais com os sujeitos, suas concepções de mundo, seus modos de ser e existir, o sentido que atribuem ao envolvimento nas lutas sociais. Situo esses processos sociais, dentro das regras e normas que constituem as relações estabelecidas pelos sujeitos. Observei, para tanto, suas falas, gestos, coerências e contradições, mapeando-as no processo, tanto durante as entrevistas como durante a realização do curso.

Considerando essa perspectiva de procedimentos proposto, minhas fontes prioritárias na pesquisa foram os sujeitos participantes (educandos/as e educadores/as) do curso de formação sócio-política da UNIPOP. Essa decisão, metodológica e política respaldou-se na compreensão de que tais sujeitos têm, além da história vivida e das relações estabelecidas durante o curso, um acúmulo de saberes e práticas construídos durante suas lutas e conquistas à frente dos movimentos dos quais faz parte. Busquei, dessa forma, investigar como essa prática educativa, formatada por meio do curso de formação sócio política, ganha relevância na dinâmica social desses atores, em que contribui na luta travada frente às contradições da sociedade.

Minayo (1994) ajuda a definir os critérios de amostragem ao revelar que uma amostra ideal em pesquisa qualitativa não atende a critérios numéricos, mas reflete as múltiplas dimensões da totalidade. Sendo assim, os critérios básicos que adotei para essa escolha foi: sujeitos com os predicados que pretendia conhecer; garantia de abrangência da diversidade do conjunto de informantes, no intuito de apreender

semelhanças e diferenças; inclusão de novos elementos à pesquisa conforme as descobertas do campo e o próprio confronto com a teoria.

A escolha dos sujeitos foi, portanto, orientada por critérios de gênero, geração e de inserção nas diferentes lutas sociais, uma vez que essa diversidade possibilita a percepção das mais variadas dimensões da realidade social, bem como do possível efeito da participação no curso nessa realidade. Neste sentido, participaram da pesquisa três homens e três mulheres na condição de educadores (as) e educandos (as) e ainda uma mulher representante da direção da UNIPOP. Desta amostragem, uma liderança representa as mobilizações do segmento juventude, outra da defesa dos direitos da mulher, outra fazia parte do movimento negro e outro pelo direito à moradia. Tais critérios justificam-se pela emergência dos debates sobre tais problemáticas e por serem esses sujeitos grandes articuladores das lutas locais por direitos humanos.

Vale esclarecer que em relação aos educadores/as se estabeleceu como critério o vínculo institucional e político de mais de 02 anos com a UNIPOP, na perspectiva de se obter uma visão mais consistente do projeto político e pedagógico da UNIPOP.

Outro critério voltou-se ao período em que estes sujeitos realizaram o curso, seja na condição de educadores/as ou educandos/as. Foram priorizados os sujeitos que participaram em momentos e/ou períodos diferentes. As décadas de 80, 90 e a primeira década de 2000 foram privilegiadas de forma que evidencia as mudanças ocorridas no decorrer do tempo e como a conjuntura político social brasileira influenciou nas referidas mudanças.

Para efeito dessa pesquisa usarei como código de identificação dos sujeitos L1 (liderança da década de 80), L2 (liderança da primeira metade da década de 90), L3 (liderança da segunda metade da década de 90) e L4 (liderança de 2000); para os educadores ED1(mulher) e ED2 (homem); e CD (para coordenação geral da UNIPOP).

A questão relacionada à aceitação do pesquisador/a pelo grupo e como ele/a vem a ser definido pelos sujeitos da pesquisa é uma das dificuldades frequentes no trabalho de campo. Porém, essa dificuldade não foi vivenciada nessa pesquisa, uma vez que empatia, confiança e respeito pautaram os momentos de trabalho de campo e a aproximação com os sujeitos. A relação desenvolvida foi de troca o que facilitou

o trabalho de campo e a aceitação por parte dos educadores/as e coordenação da UNIPPOP.

O grande exercício estava na necessidade de constantemente fazer perguntas e, principalmente, estranhar a realidade para não cair na defesa do objeto e do *lócus* da pesquisa. A realização de oficinas a um grupo de lideranças bem como a participação nas reuniões e no planejamento da UNIPPOP permitiram observar e analisar o cenário com maior objetividade, mantendo a devida distância epistemológica, necessária à análise dos dados e informações.

### 2.3 O CAMPO E A PRODUÇÃO DOS DADOS: ESTRATÉGIAS DE ENTRADA, ANÁLISE E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.

Considero que para a realização da pesquisa, a estratégia metodológica precisa ser capaz de possibilitar a aproximação e envolvimento junto às lideranças sociais que participaram do curso de formação sócio-política da UNIPPOP.

No ano de 2009 o curso não foi ofertado em sua estrutura original, que era com duração de 12 meses dividida em vários módulos. Fato explicado pela coordenação da UNIPPOP devido a falta de recursos para o projeto de formação de lideranças além de ter sido reestruturada a proposta inicial considerando a realidade dos sujeitos, que atualmente alegam pouco tempo disponível para um curso de longa duração.

O processo de aproximação com os sujeitos se fez por meio de contatos com as entidades e/ou movimentos de origem destes. As relações com os sujeitos da pesquisa foram estreitadas com o apoio de alguns educadores da UNIPPOP e da minha própria relação já estabelecida anteriormente com alguns dos entrevistados, o que gerou uma relação de confiança e responsabilidade capaz de possibilitar o alcance dos objetivos da pesquisa.

Minayo (2001) destaca duas estratégias para a entrada no campo: a aproximação pode ser facilitada por meio daqueles que mantêm ou mantiveram contatos com os sujeitos da pesquisa e a necessidade de apresentação da proposta de estudo aos envolvidos, conformando um processo de troca e oportunidade para esclarecer as intenções e possíveis repercussões da pesquisa.

A apresentação da proposta de estudo foi efetivada em uma reunião da equipe de educadores, cujo acesso foi possível a partir de contatos com uma educadora e com a direção da UNIPOP. Esse procedimento foi iniciado no primeiro semestre de 2009, na fase exploratória da pesquisa, momento em que participei de reuniões de planejamento das ações a serem desenvolvidas pela UNIPOP no próximo triênio, bem como da avaliação do triênio anterior, o que me possibilitou refletir sobre alguns aspectos importantes na proposta inicial da pesquisa. Esses aspectos referem-se aos objetivos iniciais do estudo e aos sujeitos a serem ouvidos no processo.

Com relação aos objetivos se evidenciou nessa fase que analisar os impactos e ou avaliar os resultados dos processos de formação sócio política nas comunidades ou organizações que tiveram suas lideranças participando do curso seria inviável nessa pesquisa, uma vez que o tempo disponível para realização do estudo era elemento complicador para tal intuito. A própria UNIPOP, de acordo com entrevista feita com a coordenação, vem tentando avaliar em que medida suas ações de formação tem gerado repercussão no cenário local e não tem conseguido dar conta dessa demanda.

No que diz respeito aos sujeitos, educadores e educandos, a fase exploratória ajudou a perceber que priorizar os educadores que idealizaram o curso e a própria UNIPOP na década de 1980 poderia ser um complicador para execução da pesquisa, uma vez que a maioria encontra-se fora da instituição e alguns até fora de Belém, e, ainda querer ouvir os primeiros alunos do curso seria muito difícil tendo em vista que os rumos trilhados por algumas dessas lideranças acabam sendo desconhecidos e/ou deixam poucas possibilidades de tempo aos mesmos para participarem da pesquisa, como é o caso de políticos e sindicalistas que são bastante envolvidos em suas demandas sobrando pouco tempo para esse tipo de atividade.

Outro elemento importante a ser destacado nessa fase inicial da pesquisa foi a apresentação do projeto, essa não saiu da forma como havia planejado inicialmente, algo mais formal, com apoio de projeção de *slides*, debate com os educadores/as. Acabou se configurando em uma apresentação geral do tema, objetivos e perspectivas, uma vez que o tempo da equipe era sempre muito pequeno e quando se reuniam priorizavam os debates sobre as ações a serem desenvolvidas pelos diversos projetos da UNIPOP. Ainda assim, busquei envolvê-los e situá-los

quanto à relevância e contribuição do estudo para a dinâmica organizacional e principalmente, para o fortalecimento da atuação dos educadores/as no curso.

No segundo semestre de 2009 estabeleci uma dinâmica de idas semanais a UNIPOP, sempre às segundas-feiras, momento em que a equipe reúne para planejar e avaliar as ações. Essa dinâmica favoreceu a busca de informações, os contatos com os educadores, as consultas ao material produzido durante os cursos, textos e livros do acervo da UNIPOP, que foram fundamentais para a pesquisa. O contato com as lideranças foi feito por meio de visitas, previamente marcadas, às entidades as quais pertencem.

A observação participante foi uma das técnicas utilizadas para a produção dos dados, essa técnica contribuiu para uma aproximação com as ações desenvolvidas pela UNIPOP bem como com os saberes produzidos e seus significados para os envolvidos (educandos/as e educadores/as), foi possível constatar nesse processo o quanto se aprende durante os cursos e como esse aprendizado ganha vida na atuação cotidiana das lideranças e dos educadores como seres humanos.

Nessa fase assumi o papel de observadora que integrou em alguns momentos a equipe da UNIPOP, participei do curso de formação na condição de educadora, discuti os rumos da entidade por meio do envolvimento no planejamento anual e da elaboração de projetos, e que estive presente na comunidade participando da formação de jovens protagonistas. Todos esses momentos foram ricos em informações necessárias às análises feitas sobre atuação da UNIPOP e sobre o saber-fazer de suas lideranças.

Por esses motivos a observação na pesquisa qualitativa é discutida na academia por uma gama de autores que a sinalizam como forma importante na perspectiva de captar a realidade empírica, nesta pesquisa destaco os seguintes autores, Minayo (1994), Triviños (1987), Lüdke e André (1986) e Becker (1994), pelos estudos que produziram e por convergirem com minha percepção sobre esse tipo de técnica. Nessa técnica é fundamental atentar para um planejamento em relação ao campo, ao que se quer observar e de que forma será feita a observação. Permite um acompanhamento das experiências dos sujeitos e a percepção dos sentidos e significados que dão à realidade e as suas próprias ações (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Essa técnica é geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para a

produção de dados. Parto do princípio que o pesquisador produz dados por meio da observação participando do grupo, da vida cotidiana das pessoas (BECKER, 1994).

Minayo (2001) destaca que a observação participante se concretiza no contato direto com o fenômeno observado, nesse caso, o pesquisador estabelece uma relação próxima com os observados, podendo modificar-se e ser modificado pelo processo (movimento dialético). Esse processo envolve possibilidades ou não de aceitação do observador no grupo, o que vai ser decisivo nesse procedimento metodológico. O fato de já conhecer a UNIPOP e seus educadores/as favoreceu a aplicação da técnica, e garantiu relevantes contribuições para a pesquisa.

Os registros das observações foram feitos num diário de campo, onde descrevia os fatos e as atividades realizadas; esses registros não eram feitos no campo, no momento da observação, mas, sim, posteriormente, pois as tentativas de observação e registro simultâneo mostrou-se falha, já que os educadores preocupavam-se com o que estava sendo anotado. Lüdke e André (1986) identificam dificuldades para fazer anotações no momento da observação, o que se agrava quando o pesquisador assume o papel de observador e de participante, isso pode comprometer a interação e articulação com o grupo.

A observação participante foi acompanhada da técnica de entrevista semi-estruturada. Para Triviños (1987), essa técnica é um dos principais meios para produção de informações, uma vez que valoriza a presença do pesquisador, oferece possibilidades para que os entrevistados sintam-se livres e manifestem espontaneidade, o que enriquece a pesquisa. É importante que a entrevista parta de questionamentos básicos, sempre apoiados em referencial teórico e nos pressupostos da pesquisa, abrindo caminhos para novas interrogações à medida que as respostas vão sendo lidas e interpretadas. Durante as entrevistas os sujeitos liam e assinavam um termo de consentimento livre e esclarecido (vide apêndice 4) onde se esclarecia os objetivos da pesquisa e se solicitava autorização para o uso das informações da entrevista. Esse instrumento foi muito bem avaliado pelos sujeitos entrevistados que consideraram que essa ação demonstra o compromisso e responsabilidade da pesquisa.

Nas entrevistas a utilização do gravador foi fundamental, todas as entrevistas foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Ao agendar a entrevista, antecipava meu objetivo e seu foco, que no caso seria a UNIPOP e seu curso de formação sócio-política. Em algumas situações foi



necessário remarcar a entrevista, em virtude da falta de disponibilidade dos/as entrevistados/as.

O processo de observação foi fundamental para elaboração dos roteiros utilizados nas entrevistas. Foram elaborados 03 tipos de roteiros (ver apêndices A,B,C), o primeiro direcionado aos educadores, o segundo as lideranças (educandos) e o terceiro para coordenação da UNIPOP. Os roteiros têm questões sobre a concepção de educação popular e formação sócio política, o perfil dos educadores e das lideranças, sobre a metodologia do curso, e a importância para o fortalecimento da atuação das lideranças sociais. Os roteiros serviram de orientação, porém de forma flexível para as entrevistas, porque a cada ideia exposta pelos entrevistados o diálogo se abria e novas demandas surgiam.

Triviños (1987) considera que o uso do gravador, para o registro das entrevistas com as pessoas que não estão familiarizadas com o esse equipamento pode gerar uma inibição no começo da entrevista, porém, a tendência é de, no decorrer da entrevista, o diálogo se tornar espontâneo a ponto de se ignorar o uso do equipamento. Nas entrevistas observei que de fato algumas pessoas se inibiram, contudo, posteriormente, as questões fluíram e consegui informações valiosas e espontâneas para a pesquisa.

Outra técnica que foi incorporada à pesquisa foi a documental. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 62), a sua característica “é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primarias. (...) Podem ser contemporâneos ou retrospectivos”.

Ludke e André (1986, p.38) complementam afirmando que:

Embora pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (1986, p. 38)

Para efeito dessa pesquisa foram analisados os relatórios e planos de trabalho, correspondentes ao período de 2007 – 2009, triênio em que a UNIPOP promoveu sua avaliação e buscou promover mudanças em suas estratégias; o Estatuto e Regimento Interno, como fontes que podem indicar os objetivos, missão, normas e valores da instituição. Esses dados ajudaram a compor o quadro de

formulações que enunciam o compromisso ético-político da entidade com as camadas populares; os Cadernos de Educação Popular, que traduzem a dimensão dada ao processo de formação sócio-política uma vez que, são produzidos durante os cursos de formação de lideranças sociais; e por fim os Planos de Ensino e/ou Proposta Político-Pedagógica do curso em questão. Aqui atentei para as estratégias teórico-metodológicas utilizadas, fazendo a conexão entre proposta elaborada e dinâmica utilizada e sua interface com a concepção de educação popular.

Percebeu-se nessa fase o grande esforço da UNIPOP em produzir materiais capazes de responder as demandas das lideranças envolvidas e de garantir a participação das mesmas no processo de produção e utilização do que é produzido. A concepção de educação popular é marca do material produzido durante os curso, bem como se revela nos relatórios e planos elaborados pela equipe da UNIPOP.

O primeiro caderno de formação sócio política da UNIPOP (1989) tem como tema central “Dialética e Consciência”, este servia de apoio ao curso para lideranças, o caderno se apresentava como instrumento para reflexão e análise da prática política individual e coletiva das lideranças. Evidencia-se nesse instrumento que a formação é para UNIPOP resultado das experiências e reflexões conscientes de cada pessoa no curso de sua própria vida.

Considerando a relevância da observação acima fica evidente a importância da pesquisa documental nesse estudo, uma vez que muitos dos documentos analisados foram produzidos de forma coletiva durante os cursos e avaliações da instituição o que revela a preocupação em envolver os sujeitos nos processos de reflexão sobre as ações desenvolvidas e a concepção do fazer pedagógico da própria UNIPOP.

É fundamental ter clareza que o trabalho de campo e a produção de dados encontram substrato em um referencial teórico. Este converge para a compreensão das dinâmicas sociais dos sujeitos que compõem o universo da pesquisa, sujeitos esses imersos em processos sócio-político-culturais, que revelam a cada momento suas identificações e frustrações com as lutas cotidianas dos segmentos aos quais estão vinculados.

## 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis. A tarefa de análise implica, num primeiro momento, na organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando-as e buscando identificar tendências e padrões relevantes (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 45)

Em pesquisas de caráter social, a análise dos dados busca revelar as mensagens implícitas em todo o material levantado, superar as evidências, revelar suas contradições e identificar o que foi silenciado no processo.

Como forma de dar vida as informações levantadas durante todo o processo de pesquisa, me voltei às necessárias correlações entre o vivido, o observado, o dito e o não dito e o produzido em sua dimensão cultural. A ideia central foi correlacionar tais informações com o referencial teórico construído, objetivando analisar as informações e dados produzidos tendo como referência os objetivos da pesquisa.

Ao priorizar a comunicação como elemento fundamental no processo de pesquisa, abro espaço para que a história seja revelada de modo que a memória e a oralidade ganhe valor científico, uma vez que se evidenciou, na fase exploratória, que pouco existe registrado sobre essa história (do curso de formação sócio-política).

A ideia fundamental é de que a análise crítica do discurso possa revelar as ideias dos sujeitos e seus argumentos, uma vez que o discurso é utilizado como veículo para reproduzir concepções, e valores. Segundo Brandão (2004, p. 11) este assume importância por ser “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos”. Infere-se, portanto, que na medida em que são produzidos os discursos mantêm, produzem ou reproduzem uma dada realidade uma dada ideologia, uma identidade social.

De acordo com Pereira (2009) na medida em que os discursos são produzidos, eles se entremeiam e a outros discursos – em uma simbiose constante – criando, mantendo ou reproduzindo a ideologia dominante. Para Brandão (2004, p. 12) “o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso”.

A partir das concepções da Teoria Crítica e dos Estudos Culturais, percebe-se que o discurso transcende a linguagem e acontece na sociedade, em um dado momento histórico. Deste modo, para se entender a construção de uma produção discursiva, torna-se necessário sair da análise linguística e projetar-se para o contexto social. Como anteriormente mencionado, para a Análise Crítica do Discurso, o discurso consiste na atuação do sujeito sobre a realidade que o cerca, como forma de marcar uma posição social. Neste sentido, qualquer produção discursiva deve ser contextualizada no momento em que é lançada no mundo exterior. Portanto, o lugar e o momento do discurso são definidos por regras inominadas que determinaram o seu sentido e o seu efeito (PEREIRA, 2009, p.13).

Os protagonistas iniciais do curso de formação sócio política, aqueles que idealizaram o primeiro curso na década de 1980, bem como aqueles que contribuíram com sua consolidação na década seguinte (90), têm muito a contar e a recordar sobre aquela época. O cuidado aqui foi em saber transformar tais revelações e discursos, em conhecimento que dê conta do vivido e ajude os novos atores sociais a refletir sobre os rumos tomados pelo curso no decorrer desses 22 anos da UNIPOP e que, principalmente, revele suas contribuições no desenvolvimento e fortalecimento da participação cidadã dos educadores/as e educandos/as.

Portanto, não é aleatoriamente que essa análise se insere nessa pesquisa, mas por conceber o discurso como construção permanente, como processo, como palavra em ato. Parto do princípio de que o sentido de uma expressão, de uma palavra, não existe em si mesmo, na verdade expressa posições ideológicas que estão em jogo nas próprias práticas sociais nas quais as palavras, expressões e proposições são produzidas (MINAYO, 2000). A grande contribuição revela-se na busca pela problematização das evidências e na explicitação de suas contradições e convergências. A relação sujeito, discurso e concepção de ser humano e mundo compõem o quadro de referência que ajuda a construir uma análise crítica do discurso.

Outro elemento desse processo de análise é o texto. A UNIPOP, por sua natureza, tem ampla produção escrita sobre as práticas de formação, relatórios, planos de trabalho, projetos, revistas e pesquisas. Fiz leituras de alguns desses textos como unidade de análise. Para Minayo (2000) a contribuição mais atual da análise de discurso é buscar incorporar na compreensão do texto suas condições de produção. A definição de texto se amplia enquanto objeto completo e inacabado, passível de múltiplas interpretações.

O aspecto fundamental aqui é o cuidado teórico-metodológico com a temática a ser trabalhada (MINAYO, 2001). Não se pode perder de vista a relevância do referencial teórico que sustentará o tratamento dispensado aos dados e as conclusões e proposições do estudo.

O texto a seguir trata das reflexões teóricas que orientaram a realização da pesquisa.

## 2.5 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE: REFLEXÕES INICIAIS

Assim, comecemos a pensar um pouco e em voz alta sobre o que entendemos por prática educativa. Deixemos a compreensão de uma certa prática educativa, a progressista, para mais adiante, e nos fixemos, agora, no esforço de inventariar conotações da prática educativa que tanto estão presentes se a prática é progressiva ou se se realiza para tentar manter o *status quo*: se é neoliberal, pós-modernamente conservadora ou se, pelo contrário, é pós-modernamente progressiva. O que nos interessa agora, pois, é surpreender certos núcleos fundamentais que fazem com que possamos dizer: esta não é uma prática educativa. Está é uma prática educativa (FREIRE, 2007, p.69).

As reflexões de Freire (2007) sinalizam para a necessidade de problematizar a **prática educativa** situando-a num contexto que favoreça o direito à participação dos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, no processo educativo. Isto é possível quando compreendemos de forma crítica a prática educativa. Ao rompermos com a dimensão esquemática desta prática, vislumbramos novos sujeitos, que aprendem e ensinam, novos objetivos da educação que inviabilizam uma prática neutra e põem em cena um ideal que é político, que exige tomada de posição e participação dos sujeitos.

Neste sentido, as práticas educativas desenvolvidas no contexto dos movimentos sociais, estão articuladas com uma dimensão política, que estabelece às regras do direito e do dever em não se omitir um posicionamento coerente com uma opção política, o que situa essa prática numa perspectiva democrática e plural, possibilitando a participação efetiva enquanto entes sociais.

Para Gonh (2005c) esta educação tem como pressuposto básico a aprendizagem por meio da prática social, sendo a experiência das pessoas no

trabalho coletivo a geradora do aprendizado. Valoriza-se a fala, a comunicação e a criatividade. Segundo esta estudiosa “a educação não deve ser apenas uma agência, uma socialização de conhecimentos, mas deve contribuir para a formação de capacidades para atuar e pensar de forma criativa, inovadora, com liberdade” (GOHN, 2005c, p. 109).

Ao considerar que as práticas educativas emergem das experiências vividas e tecidas no âmbito das relações sociais, e que se constituem em estratégias de convivência e de sentido do saber-fazer do grupo social, sendo gestados nos processos sociais e tecidos na própria dinâmica dos movimentos em que estes sujeitos atuam. Estas práticas não podem ser aprendidas de forma homogênea e unidimensional, pois os modos de vida e de organização do grupo são produzidos por saberes, técnicas, experiências presentes nas diversas dinâmicas na relação direta com a realidade vivida por estes. O curso de formação sócio política precisa entender esse processo e considerá-lo como elemento fundamental de sua proposta teórico-metodológica.

Dessa forma, **os processos de formação** que emergem dessa dinâmica têm uma conotação sócio-política na sua base. Paulo Freire, baseado no imperativo da dialogicidade e da curiosidade epistemológica, afirma: “toda educação é um ato político e todo ato político um ato educativo” (FREIRE, 2000, p. 10). Do mesmo modo, Freire (1983) anuncia a urgência da construção de abordagens dialógicas para formação de consciências críticas produtoras de cidadania, por isso entende a educação como processo permanente e vinculado à cultura e as relações sociais: “A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos” (FREIRE, 1983, p. 32).

Cabe a essa educação a construção de novos pilares, de um *possível* que sustente uma dinâmica incluyente e solidária. **A participação** assume o papel fundamental, sendo, de acordo com Freire (2007, p. 74), entendida, “enquanto exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania”.

Na concretização desse possível, os **movimentos sociais** assumem papel importante, pois se consolidam nas contradições da dinâmica e dos conflitos sociais. No encontro com novas racionalidades, se reinventam e consolidam novos olhares e concepções acerca da realidade vivida e das possibilidades de enfrentamento.

Segundo Gohn (2003, p.08), “o repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos”.

Arim Bem (2006), em sua análise sobre os movimentos sociais destaca a capacidade aglutinadora desses movimentos, o que possibilitou a realização de um papel histórico maior do que simplesmente revelar as tensões e contradições sociais de cada momento histórico, sendo considerados instrumentos capazes de garantir ordenamento jurídico para as diversas demandas da sociedade, concretizando conquistas e produzindo, com isso, efeitos que vão além das demandas localizadas em cada campo de luta. Mudanças importantes no âmbito institucional devem-se à existência dos movimentos sociais em suas ações de resistência a ordem estabelecida.

Gohn (2005) em seus estudos revela a pouca importância dada pela história oficial aos movimentos (levantes e insurreições) ocorridos na primeira metade do século XIX, registrados como fatos isolados e sem maiores implicações. Mas, que foram, segundo essa autora, fundamentais no processo de construção da cidadania sócio-política do país.

A emergência dos movimentos sociais politicamente organizados foi, ao longo da história, delineando as relações tensas e contraditórias entre Estado e sociedade, permitindo a criação de instâncias de negociação das demandas sociais. “O grande desafio para a sociedade brasileira reside justamente na capacidade de mobilização estratégica de suas forças transformadoras, na busca de formas qualitativamente superiores e mais estáveis de organização e de atuação” (BEM, 2006, p. 16).

Neste contexto, se evidencia a força organizativa do movimento popular em prol da abertura para participação das classes populares e a emergência em se formar lideranças que pudessem construir uma nova história e propor uma dinâmica diferenciada para o contexto social. Debates sobre **metodologias alternativas de educação** ganham relevância e espaço nas bases populares. Um ideal de sociedade passa a ser pensado pela via da educação popular, de base dialógica, humanista e emancipatória.

Surge uma nova perspectiva frente à lógica excludente e opressora de organização da sociedade, o movimento de cultura popular levanta a bandeira contra as desigualdades e propõem um novo fazer pedagógico, baseado na valorização do saber, na subjetividade e na radicalidade ética.

Por ser de base popular essa educação postula o encontro de saberes e de culturas, o que permite a democratização do conhecimento, onde todas as formas de produção de saberes são possíveis, se encontram e se resignificam.

Para Santos (2006, p. 152) os debates, encontros e confrontos entre saberes vêm ganhando força principalmente,

Nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro entre saberes hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual e violento. Não por acaso, que é nessas áreas que os saberes não hegemônicos e os seus titulares mais necessidades têm de fundar a sua resistência em processos de auto-conhecimento que mobilizam o contexto social, cultural e histórico mais amplo que explica a desigualdade, ao mesmo tempo em que gera energia de resistência contra ela.

Ao compreendermos essa dinâmica e suas correlações de força, expandimos nossa visão sobre o contexto e percebemos o quão propositivo pode ser o diálogo entre as diferentes formas de ler a realidade.

Ao investir esforços na atuação propositiva e de cunho político definido com as classes populares, os movimentos de educação popular compram uma “briga” com o poder consolidado. Para tanto, buscam fortalecer sua atuação por meio de processos formativos que viabilizem (re) leituras de cenários e resistência à lógica imposta.

As práticas educativas desenvolvidas nos espaços dos movimentos sociais passam a oxigenar a dinâmica cotidiana de luta das lideranças sociais, que tem como foco de suas lutas garantir justiça em todas as esferas. Essa justiça almejada passa, também, pela luta contra a injustiça cognitiva, que não se esgota na distribuição do saber cognitivo, mas, sobretudo, pelas epistemologias plurais das práticas científicas, pela interdependência entre saberes (SANTOS, 2006).

Situando teoricamente o objeto, o campo e os resultados da pesquisa, identifico a pertinência do estudo, uma vez que foram revelados várias **correlações entre educação popular, práticas educativas e participação política**, situando-os como pilares dos processos de intervenção e mudanças na lógica excludente socialmente estabelecida. Reafirmo com isso a importância assumida pelos movimentos sociais, na formação sócio-política das lideranças locais, enquanto atores sociais que vivem e dão (re) significados as dinâmicas sociais.



Percebe-se que a sociedade civil ao assumir um papel protagônico frente à realidade, tem ampliado sua organização na defesa e garantia dos direitos humanos e no enfrentamento das violações, uma vez que nas últimas décadas cresceram as articulações e as vozes políticas na defesa destes direitos. Exemplo disto é o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que desde 1982 passou de 35 para mais de 400 entidades filiadas (CICONELLO, 2006). Sua atuação em forma de rede, antes restrita a alguns temas de direitos humanos e no espaço nacional, vem ampliando o universo de seus temas e tem presença cada vez mais forte nas instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos; constituindo-se hoje na principal articulação nacional de luta e promoção dos direitos humanos.

O conjunto de iniciativas do poder público e da sociedade civil demonstra que o tema direitos humanos, além de marco jurídico, ganha espaço como uma questão de política pública.

Contudo, muitos desafios ainda se impõem e um dos principais situa-se na necessidade de formação sócio-política dos atores sociais que se encontram em condições sócio - econômicas desfavoráveis e à mercê de políticas assistencialistas, que pouco contribuem com o pensar e agir crítico desses sujeitos.

O processo de formação sócio-política, desenvolvido a partir das experiências dos movimentos sociais, tem enunciado-se como uma possibilidade real para que os atores sociais tomem consciência de ser e estar numa dada realidade, não como meros expectadores, mas como protagonistas na luta por direitos e no respeito aos deveres.

A **educação popular** tem sido tomada como aliada nessa busca pela efetivação dos direitos humanos, tendo em vista seu enunciativo caráter emancipatório e dialógico, e, sobretudo, pelo reconhecimento do outro como sujeito no processo formativo.

Separando-a por vezes do mundo e de domínios sociais e culturais onde ela concretamente existe, ou, ao contrário, associando-a diretamente a amplas e longínquas “determinações sociais” o pensamento do educador não raro esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a cultura – o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui (BRANDÃO, 2006, p. 14).

Nesse contexto é possível situar também os pressupostos da educação popular, numa perspectiva Freireana, concebida em sua dimensão política, com posicionamento definido e bandeira de luta erguida. Essa modalidade de educação se constitui na ausência de políticas sociais includentes e capazes de responder as demandas dos diferentes segmentos sociais, pois emerge no seio da própria sociedade. É, portanto, construção e produto social. Traduz-se em possibilidade concreta da sociedade civil organizada, construir uma nova lógica social de desconstrução das condições de subalternidade dos segmentos populares, baseada nos direitos humanos.

A educação na perspectiva popular é compreendida como ato político e uma de suas marcas é a autoconsciência como prática político-pedagógica. Neste sentido, torna-se fundamental na formação de lideranças com compromisso ético-político e que privilegia a solidariedade, pois incorpora uma dimensão popular, que pode constituir-se um campo de negociação de posições e de ideias, considerando que as pessoas envolvidas estão imersas em relações de poder.

Para Brandão (2006), a educação precisa ser compreendida no domínio de ideias e práticas regidas pelas diferenças entre as diversas realidades sociais. Por esta perspectiva, para pensar a educação popular, torna-se necessário repensar o próprio sentido da palavra educação, para além de seus domínios restritos, interrelacionando-a a sua dimensão cultural. Com a educação popular, a cultura torna-se o centro do debate, incorpora o engajamento ético-político com as classes populares e luta por direitos.

De acordo com Brandão, a educação:

Bem olhada desde o horizonte da antropologia, toda a educação é cultura. Toda a teoria da educação é uma dimensão parcelar de alguns sistemas motivados de símbolos e significados de uma dada cultura, ou de um lugar social de um entrecruzamento de culturas (2002, p. 139)

Essa perspectiva de educação, baseada em direitos humanos, apresenta como elementos centrais a busca por justiça, por uma participação igualitária e democrática. Segundo Freire:

É exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, (...) sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo,

(...) que implica uma participação, cada vez maior, crescente, crítica, efetiva, dos grupos populares (2001, p.90).

A relação educação popular e movimentos sociais é marcada por uma história, que evidencia uma série de lutas e conquistas e sinaliza, como toda história em construção, para novos rumos e desafios. Compreender o percurso já percorrido e o que está por vir ajudou a situar a presente pesquisa e sua relevância.

A história dos movimentos sociais no Brasil apresenta uma série de contribuições efetivas para a constituição de uma nova forma de conceber a educação. Evidencia-se por meio dessa história, o muito feito em prol do desenvolvimento sócio-político de atores sociais, na busca pela defesa e garantia de direitos humanos, por meio de iniciativas baseadas na educação popular.

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais. Tanto sua forma como seu conteúdo são condicionados pela específica constelação histórica, razão pela qual não se pode compreendê-los sem remissão direta às determinações históricas macroestruturais (BEM, 2006, p. 2).

O pensamento acima indica que os movimentos sociais são espaços privilegiados na produção e disseminação de saberes, por se proporem a atuar, pautados em uma educação plural e inclusiva, valorizando as organizações locais e a formação de novas lideranças sociais, o que se configura nos princípios da educação popular.

As reformas na educação no sentido de fazer adequações necessárias às exigências do regime militar e ao novo modelo de produção, marcadamente na década de 1970, levaram a educação formal a uma burocratização e queda de qualidade, fato que abre espaço para que, nos anos 1980, emergjam novas experiências no âmbito da educação não-formal, articuladas por movimentos sociais que, em suas práticas cotidianas, desenvolvessem ações baseadas na perspectiva popular de educação.

Em alguns casos, os movimentos sociais perderam seu potencial reivindicatório e passaram a assumir o papel do Estado na execução da política pública. As chamadas escolas conveniadas são exemplos desse período. O Estado, ao estabelecer convênio com as associações e organizações comunitárias, passa a também “ditar” as regras de gestão e as diretrizes do projeto político-pedagógico.

Fleuri (1997) destaca que, na sociedade global, contraditória e desigual, fruto de um processo de dominação monocultural, política e econômica, é fundamental (re) construir as bases do processo educativo, pautando-o na vertente de promover e gerar a participação efetiva das classes populares, considerando a construção de uma sociedade na qual justiça e democracia seja a regra e não a exceção.

Segundo Brandão essas novas bases pautam-se na criação de elos que correlacionem educação com cultura, mas precisamente à cultura popular, que se traduz em:

Gerar e difundir instrumentos culturais e culturalmente políticos de serviço à causa popular, sob a forma de movimentos criados por grupos de intelectuais comprometidos. Estes movimentos nada geram sozinhos, mas eles participam de um esforço comum (com outros grupos *comprometidos* e com grupos *populares*) dos processos de conscientização e mobilização dos subalternos. (...) é tarefa desse tipo de trabalho cultural gerar a transformação de consciência. (BRANDÃO, 2002, p.60)

Os debates apresentados por Brandão (2002) e Fleuri (1997) sinalizam em pautar a categoria cultura como fundamento para a compreensão e problematização de cenários, que envolve uma diversidade de relações socialmente estabelecidas.

As raízes históricas da dominação presente na globalização econômica e cultural atual se encontram na imposição do etnocentrismo ocidental, pelo qual a visão de mundo, os valores e comportamentos da Europa se impuseram, no contexto colonial e pós-colonial, como verdade universal. Esse processo implicou uma construção ideológica que legitimou um processo de inferioridade de suas vítimas (AZIBEIRO, 2003, p. 35).

Deste modo, uma análise sócio histórica do tema cultura permite compreender a emergência de novas estratégias, de diferentes sujeitos e grupos sociais (mulheres, negros, crianças), que em suas lutas e demandas estabelecem

relações e inserção em contextos culturais de produção e reprodução de práticas e processos no campo da educação.

Nesse contexto buscam promover a construção de identidades particulares e o reconhecimento das suas diferenças socioculturais. Ao mesmo tempo, procuram construir uma relação crítica e solidária entre eles (FLEURI, 2000) e sustentar o diálogo entre os saberes que informam o seu cotidiano.

A postura política desses sujeitos guarda relação com o posicionamento epistemológico, que considera a educação popular baseada no princípio pedagógico do diálogo sistemático entre saberes como relação entre consciências (FREIRE, 2007), que valoriza o saber cotidiano e a relevância dos movimentos populares, na edificação de novas relações sociais.

Compreender esses contextos significa construir uma análise que dê conta da interrelação entre cultura, saberes e educação num cenário geo-social, que possibilite a compreensão dos contextos globais e locais em que se inserem.

A(s) Amazônia(s) é um desses contextos, espaço contraditório, porém privilegiado, onde um emaranhado de relações se constitui como teias e estabelecem interesses que divergem em muitos casos. Nessa Amazônia, plural, mais concebida como Amazônias, marcada pela biodiversidade e pela multiculturalidade, conforma no seu interior uma diversidade de interesses divergentes e conflitantes, muitas vezes pautados pela disputa dessa biodiversidade e negação da multiculturalidade, tem motivado processos organizativos das populações locais na defesa de seus interesses e recursos territorializados. Segundo Hall (2002), o povo produz conhecimento emancipatório e busca marcar e demarcar sua identidade.

No entanto, historicamente percebe-se que há uma tendência em desqualificar os saberes que se distanciam do domínio técnico - científico, como forma de se manter uma cultura homogênea, dominante.

A validação a nível nacional e internacional, ainda que parcial, dos conhecimentos e inovações dos povos indígenas, de camponeses e de todas as populações tradicionais demonstra que eles têm valor não redutível ao valor econômico (CASTRO, 1998, p. 5).

A partir dessa percepção é possível inferir que a relação local e global, saberes e biodiversidade, é, ao mesmo tempo, dicotômica e complementar e se estabelece em espaços contraditórios de interações sociais; neste caso específico na(s) Amazônia(s).

A crítica ao pensamento dual, que divide ser humano e natureza, como partes isoladas de uma mesma relação, permitirá uma compreensão dessas Amazônias e de seus dilemas e saberes. Essa crítica será possível pela via da mobilização dos povos locais, de seu empoderamento, por meio dos movimentos sociais organizados.

É nesse contexto que a UNIPOP se insere e se institui no sentido de trabalhar a mobilização e o empoderamento de grupos sociais organizados. Os pressupostos que sustentam sua experiência indicam a busca para consolidar um projeto político pautado no desenvolvimento da consciência crítica dos atores sociais, capaz de romper com a dimensão dual do pensamento.

Seu surgimento sinaliza para essa perspectiva, ao fazer parte da realização e experimentação de práticas coletivas solidárias e inovadoras, gestadas no interior dos movimentos populares, que marcaram as décadas de 1980/90 com grande efeito no conjunto da sociedade e na própria máquina estatal.

As experiências educativas e políticas, ao questionarem o poder vigente, visam contribuir para construção de um novo projeto de sociedade que tem como base questões relacionada ao meio ambiente, aos direitos humanos, a cidadania e a multiculturalidade, ou seja, que assegure dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal (CF) de 1988 dá suporte concretude a essa luta, quando em seu artigo 1º, inciso III, anuncia que : “A República Federativa do Brasil (...) constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: (...) III – a dignidade da pessoa humana (...)”.

Esse suporte legal tem amparado historicamente a luta dos setores organizados da sociedade no sentido de garantir efetivamente respeito aos direitos humanos. Os movimentos têm lutado para que sejam assegurados respeito às singularidades, políticas públicas includentes e abertura de espaços de discussão com o poder público. A formação política pode se constituir em mecanismo impar para uma atuação protagônica dos atores sociais.

No entanto, na prática ainda se vive um confronto permanente entre o que é permitido, o que é saber e o que é proibido, e na medida em que se ameaça o *status*

*quo* estabelecido ao se promover ações que considerem o vivido e valorizem os saberes próprios de um grupo social, há uma tendência à coibição e até repressão de atos de luta e/ou de invisibilidade dos saberes produzidos pelos grupos em luta.

É sabido que a ciência, ao mesmo tempo em que proporcionou ao homem esclarecimento, libertação de antigos mitos, alargamento dos saberes e domínio sobre o ambiente, produziu condições de aniquilamento e de opressão da humanidade (GHEDIN, 2008, p.37).

A crença hegemônica é de e que o conhecimento objetivo leva à formação dos cidadãos. Esta formação é tomada como fundamento para transformar ou manter as relações sociais estabelecidas. No entanto, a construção do saber, na tradição ocidental, desenvolve-se marcada pela relação dicotômica entre doxa x episteme, inteligível x sensível. Esta construção vincula-se a relações sociais de poder e a divisão da sociedade em classes (OLIVEIRA, 2008). O saber vincula-se, portanto, à competência, instrução, habilidade e inteligência. O saber filosófico é assim compreendido como ciência. Desvaloriza-se o senso comum.

Na tentativa de romper com essa lógica, Santos (2008) apresenta um debate sobre o paradigma científico emergente, entendido como aquele que valoriza não somente a dimensão científica, mas, também, a social, dimensionada por uma transgressão metodológica. Acima de tudo, ressalta a superação da visão dicotômica da ciência moderna, objetivando a aproximação entre as ciências sociais e as ciências naturais, o conhecimento científico e o senso comum, entre outros. Este teórico evidencia os muitos e fortes sinais da crise do modelo de racionalidade científica, que reivindica o monopólio do conhecimento científico - social.

A crise do paradigma dominante é o resultado interactivo de uma pluralidade de condições. (...). A primeira observação, que não é tão trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda (SANTOS, 2008, p. 41).

A crise é marcada por, entre outras questões, condições sociais, destacando-se a elitização da ciência e o compromisso com os centros de poder

econômico, social e político, definindo níveis de aplicação e organização da investigação científica. Ciência e tecnologia são, nesse contexto, duas faces de um processo histórico em que os interesses militares e econômicos quase não se distinguem.

Percebe-se que categorias como diferença, alteridade, diversidade, Interculturalismo, multiculturalismo, cotidiano, identidade e representações sociais passam a compor o mosaico que vem influenciando a construção do conhecimento na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, o sujeito passa para o centro do debate e ganha relevância. Segundo Oliveira (2002), a mudança paradigmática introduz uma nova concepção acerca do sujeito. Ele passa a ser concebido como sujeito de práticas cotidianas de resistência, capaz de (re) construir uma nova lógica de conceber o real, pautado numa relação dialética e cotidiana com o mundo.

Ao estabelecer, para efeitos desta pesquisa, a categoria lideranças sociais como os sujeitos das práticas educativas, articulo esse debate à necessária relevância do caráter transformador que estes têm frente à dinâmica social. Como educandos/as e educadores/as assumem, num diálogo permanente entre si e com outros sujeitos, o papel de atores principais na (re) construção de uma nova lógica social. A base dessa construção pode ser evidenciada quando Freire (1987, p. 71) apresenta “a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um ato permanente de exposição da realidade (...) procura a imersão das consciências da qual resulta a sua inserção crítica na realidade”.

Dessa forma, as práticas educativas, ao mobilizarem esforços no sentido da formação sócio-política das lideranças sociais, possibilitam um processo de (re) construção das práticas sociais e de (re) significação das relações estabelecidas na sociedade, o que demarca os princípios da emancipação política desses sujeitos.

A emancipação política é, simultaneamente, a dissolução da velha sociedade em que repousa o Estado alienador e a dissolução do poder senhorial. A revolução política é a revolução da sociedade civil. O que caracterizava a velha sociedade? Uma simples palavra, o feudalismo. A velha sociedade civil tinha diretamente um caráter político, isto é, os elementos da vida burguesa como, por exemplo, a possessão, a família, o tipo e o modo de trabalho se haviam elevado ao nível de elementos da vida estatal, sob a forma de propriedade territorial, de estamento ou de comunidade. Sob esta forma, estes elementos determinavam as relações entre o indivíduo e o conjunto do Estado, isto é, suas relações políticas ou,



o que dá no mesmo, suas relações de separação e exclusão das outras partes integrantes da sociedade (MARX, 1843, p.27).

Em “A Questão Judaica”, Marx (1843) afirma que antes de poder emancipar os outros, precisamos emancipar-nos. É fato que as lideranças sociais, hoje e sempre, precisam aliar aos desejos de mudanças uma formação política que lhes possibilite fazer as leituras necessárias da realidade, para assim levar em frente um discurso fundamentado e vivenciado de transformação.

Essas reflexões sinalizam para emergência, no âmbito da academia e da própria sociedade, de um debate sobre as contribuições efetivas das organizações sociais nos processos de formação sócio-política das lideranças envolvidas nas dinâmicas sociais.

Penso que, ao trilhar um caminho que vem sendo (re) construído historicamente pelos movimentos sociais, que anunciam a educação popular como base dos processos educativos, posso identificar as conquistas e desafios desses movimentos, bem como contribuir para o campo da educação apresentando o quanto esses sujeitos produzem de conhecimento e como esses conhecimentos traduzem-se em resistência, frente às contradições emergentes em nossa sociedade.

Neste sentido, elenquei como categorias chaves para uma análise inicial do contexto estudado: práticas educativas, participação política, movimentos sociais, educação popular. Categorias estas que são trabalhadas no decorrer do texto e que ganham ênfase nas análises e interpretações feitas a partir do trabalho de campo e das pesquisas bibliográficas.

Os resultados da pesquisa estão sistematizados neste trabalho e distribuídos em 03 seções, que são:

- 1) Universidade Popular:** origem e enunciações para formação de lideranças sociais na Amazônia, que tem por objetivo descrever o processo de formação da UNIPOP e os fundamentos da educação popular como base teórico-metodológica das práticas educativas desenvolvidas por esta organização, bem como analisar o contexto em que situam-se as lideranças sociais na Amazônia e sua busca em (re) significar a prática pela via da formação política.

- 2) Prática Educativa da Universidade Popular:** experiências do curso de formação sócio-política. Nesta seção enfocarei o curso de formação sócio política apresentando sua concepção, metodologia, história e projeto, evidenciando ainda as perspectivas teórico conceitual da formação no contexto da conjuntura política social.
- 3) Formação Sócio-política à luz da percepção dos sujeitos.** Nesta seção apresento os sujeitos que ensinam e apreendem nas práticas educativas da UNIPOP; a relação dialética entre educador e educando evidenciando os saberes que emergem nos processos de formação sócio-política. Por fim analisarei a atuação das lideranças envolvidas no curso e o seu saber-fazer na prática social.

A **conclusão** consistirá numa síntese dos resultados obtidos em todo processo de pesquisa, nos remetendo a uma compreensão da relevância da educação popular como referencial necessário as práticas de formação sócio política. Servirá ainda como um canal de diálogo com outros estudos e pesquisas que se propõem a aprofundar o tema e a problematizar os processos educativos, desenvolvidos pelos movimentos sociais.

## SEÇÃO 1

### UNIVERSIDADE POPULAR: ORIGEM E ENUNCIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA



Figura 2: Lideranças do curso de formação sócio política da UNIPOP (década de 1980).  
Fonte: Arquivo da UNIPOP/1989.

Na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da briga, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo (FREIRE, 2001, p. 99).

Freire (2001), ao refletir sobre educação em direitos humanos, nos faz perceber o quanto a educação pode ser capaz de reinventar a realidade. Essa educação, que é confronto e encontro, conduz as esperadas mudanças ao despertar o sentimento de justiça nos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, processo que é por sua vez dialético, que é ação e reflexão, é práxis. “A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 1987, p.38).

Essas reflexões e esperanças para a transformação do mundo encontram em Freire (1987) a indicação da necessidade de organização e participação popular nesse processo. A educação não se fará por si só, mas promovida por sujeitos que acreditem que é possível construir esse novo e que se envolver de forma ativa e consciente é o meio possível para isso.

Em termos de concepção, considero que a concretização desse movimento de transformação pela via da educação em direitos humanos se faz por meio de uma construção coletiva, substantivada nos movimentos sociais, que têm, por meio de diferentes formas de luta, incorporado a dimensão política, social e histórica da educação e ampliado espaços para o desenvolvimento de práticas educativas e/ou formativas, capazes de produzir efeitos sobre a sociedade. Efeitos estes que têm contribuído para promover mudanças no modo de ser e fazer dos sujeitos sociais.

Dessa forma, a organização coletiva da sociedade civil tem se constituído em uma das molas propulsoras de mudanças estruturais, onde novos valores sociais e culturais de luta e organização social se constroem na busca do conhecimento e da valorização dos sujeitos, por meio de uma educação contextualizada e problematizadora, que, sobretudo, responda aos interesses populares (ALMEIDA E JEZINE, 2007).

Nesse contexto, a construção coletiva de uma concepção de Universidade Popular que abrigue em seu projeto pedagógico uma preocupação voltada para a formação de sujeitos coletivos, torna-se relevante enquanto objeto de estudo porque possibilita a compreensão da contribuição teórica e política das práticas de formação de organizações dos Movimentos Sociais na Amazônia e dos fundamentos da educação popular anunciados como base teórico-metodológica desses processos. Trata-se, portanto, de um contexto que precisa ter visibilidade e ser problematizado.

Utilizando a consulta documental do relatório anual da UNIPOP (2009), foi possível constatar os princípios que orientam as práticas dessa Universidade Popular. Trata-se, na perspectiva esboçada naquele documento, de

Uma entidade de mobilização, articulação e formação, que luta por uma nova cultura de direitos, de participação e humanização da sociedade, quer continuar contribuindo para que os movimentos sociais, as Igrejas, as ONGs e lideranças populares, em especial, as da juventude ribeirinha e urbana periférica, adquiram conhecimentos e habilidades para enfrentar a realidade, com a construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local e regional, com ações fundamentadas no respeito à vida e participação cidadã, desenvolvendo uma concepção de pessoa (antropologia integral) capaz de fundamentar adequadamente, sem reducionismos, as ações em defesa da vida humana, considerando a governança da região (UNIPOP, 2009, p. 03).

Assim, nesta primeira seção darei ênfase às análises dos processos de formação da UNIPOP, evidenciando sua origem, desafios e enunciações para formação de lideranças sociais na Amazônia.

### 3.1 OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA UNIPOP: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR COMO BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA.

Ao falar de Educação Popular busco situá-la como ato educativo comprometido com as camadas populares, com as lutas dos segmentos empobrecidos de nossa sociedade. O que caracteriza essa educação é a relação estreita com esses segmentos, ao reconhecer a legitimidade do saber impresso nas práticas desses grupos e denunciar o quanto foram ignorados pelo academicismo tradicional.

Ao revisitar os momentos de intensa movimentação das classes populares no contexto sócio-político-histórico brasileiro, sinalizo para as influências desses momentos sobre as teorias e práticas do fazer política e do fazer educação, uma vez que esses movimentos, por meio de diferentes processos de resistência e lutas, oportunizaram a (re) configuração de novas propostas metodológicas baseadas na (con) vivência social e nas práticas cotidianas.

Weyh (2005), ao analisar o contexto histórico-político em que surge a Educação Popular destaca o avanço e consolidação do capitalismo no mundo e a hegemonia de uma política internacionalista que para se legitimar impõem à população, com destaque para a América Latina (1960-70), um regime de força militar. Na realidade,

Trata-se de um modelo intervencionista na medida em que influencia as ações do Estado colocando-o à serviço do grande capital, seja de caráter nacional ou internacional. A prática do modelo desenvolvimentista, centrado na indústria, acelera o processo de acumulação de capitais que são transferidos para as matrizes das empresas situadas nos países desenvolvidos. Esta transferência aumenta ainda mais as desigualdades sociais entre países ricos e pobres, como também os desequilíbrios regionais dentro de um mesmo país. Esta situação de desapropriação sistemática das populações dos países pobres é facilitada com políticas sociais que exercem a função de ocultar as verdadeiras razões da pobreza (WEYH, 2005, p.3).

Contudo, não existe pleno conformismo frente a esse modelo, movimentos de resistências entram em cena como forma de manifestar a insatisfação de grupos sociais com os efeitos excludentes desse modelo. No contexto de emergência dessas resistências situam-se novas concepções de política e de educação voltadas aos interesses dos grupos diretamente atingidas pelos desequilíbrios gerados. A Educação Popular situa-se nesse contexto, reconhecendo os saberes e a luta dos grupos populares.

Para os seus idealizadores a concepção de Universidade Popular indica uma possibilidade concreta de reconhecimento desses saberes e práticas, bem como do fortalecimento da luta por meio de uma formação política que considere a realidade vivida e a situe numa conjuntura macro.

Santos (2005), em suas análises reconhece a relevância do projeto de Universidade Popular, quando afirma que trata-se de um espaço de produção de saber contra-hegemônico, de um ambiente que se aproxima das práticas sociais dos sujeitos envolvidos, no qual quem protagoniza a ação também protagoniza a criação de saberes. É também um espaço de reflexão e de encontro entre os que se dedicam a prática da transformação social e os que se dedicam à produção teórica.

O texto a seguir é esclarecedor, neste sentido:

A formação pretendida pela UPMS (Universidade Popular dos Movimentos Sociais) é assim dupla. Por um lado, formar activistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objectivos – de modo a melhorar a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo directo com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras (SANTOS, 2005, p. 138).

Na primeira Revista Experimental publicada pela em 1989, a UNIPOP teve a preocupação de colocar à disposição dos movimentos, “informações e análises das lutas nacionais e internacionais pela transformação da sociedade brasileira”. Por meio da divulgação dessas informações, ela colocava em prática um dos seus objetivos quando idealizada, na década de 80, que era de,

Contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a realidade brasileira, sobre o sistema econômico, sobre a problemática social, com a perspectiva de municiar os movimentos sindical - popular – camponês com instrumentos que eficientizem suas lutas (UNIPOP, 1989, pag.6).

Percebe-se com essa enunciação que a UNIPOP procurava afirmar-se como uma entidade de formação voltada para as demandas das lideranças sociais que estavam articuladas na luta, utilizando como uma de suas estratégias metodológicas o debate sobre as causas de tantos desequilíbrios sociais, políticos e econômicos, e, mais tarde, aprofundando questões relacionadas às desigualdades de gênero, raça, etnia, por considerar que eram problemáticas emergentes que precisavam ser debatidas e compreendidas.

O ideal de sua atuação era “elevar o nível de consciência política dos movimentos populares, em luta contra as precárias condições de existência, numa perspectiva de transformação da sociedade a partir da ótica dos oprimidos” (UNIPOP, 1989, pag.10).

É no contexto dessas perspectivas sócio-políticas que em 1987, o primeiro curso foi realizado, e tinha como tema central a “Formação Política: educação popular como base”. O seu conteúdo indica uma preocupação de incorporar no

debate, análise da conjuntura nacional e internacional, e evidenciar a necessidade da formação como exigência para leitura e compreensão dos cenários.

O quadro a seguir sintetiza teórico-conceitualmente as práticas de formação que foram realizadas pela UNIPOP, na segunda metade da década de 1980.

**Quadro 01 Conteúdo do curso (década de 80)**

ANO	TEMAS	CONTEÚDOS
1987	FORMAÇÃO POLÍTICA: educação popular como base.	1. FORMAÇÃO – Uma exigência de luta. 2. EDUCAÇÃO PÚBLICA HOJE 3. TEOLOGIA ALTERNATIVA E A EDUCAÇÃO POPULAR ECUMÊNICA 4. INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA 5. CONJUNTURA INTERNACIONAL: o caso da Guatemala.
1989	FORMAÇÃO POLÍTICA: dialética e consciência.	1. DIALÉTICA I, II E III 2. CONSCIÊNCIA 3. CONJUNTURA NACIONAL E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS.

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

As décadas de 70 e 80 são marcadas por um ambiente econômico internacional de intensas modificações advindas das crises do petróleo, do aumento das taxas de juros norte-americanas, da crise da dívida externa latino-americana e da internacionalização de segmentos das indústrias. De acordo com Oliveira (2002), o legado do modelo desenvolvimentista de formulação e implementação de políticas e a nova estrutura corporativa foram importantes para reforçar as resistências à mudança nas décadas de 1970 e 1980.

O período de 1987 até 1994 pode ser descrito como a época em que o Brasil iniciou o processo da chamada integração no primeiro mundo. De acordo com Oliveira (2002b), dois processos marcaram a opção brasileira pela globalização. Por um lado, uma política que permitisse a integração da economia brasileira no moderno mercado capitalista. Por outro, os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso voltaram-se para a criação de condições que tornassem viável tal projeto. Essas condições podem ser



resumidas em 03 grandes eixos: Estabilidade da moeda, abertura de mercados, equilíbrio fiscal e redução do Estado.

Esse é também um período em que as forças políticas locais articulavam esforços no sentido de cada vez mais integrar a Amazônia ao contexto do chamado desenvolvimento. Para Loureiro (2009), a economia regional é com isso estratificada em basicamente 02 polos opostos, de um lado o ideal “moderno”, onde grupos econômicos nacionais e multinacionais, com o apoio do Estado, investem em mineração, agronegócio, madeira e polo industrial (Zona Franca). De outro, uma economia “ultrapassada”, comanda por uma população interiorana, fraca e despolitizada, baseada no trabalho familiar de pequenos produtores.

Não obstante a esse cenário, a UNIPOP planejou seus cursos e suas estratégias, buscando incorporar essa realidade como elemento central do processo de formação política ao identificar a necessidade de debater o contexto pela perspectiva de classe social. As entrevistas e análise documental realizada durante o trabalho de campo indicam que a opção em colocar no centro do debate a dimensão classe foi o ponto de partida das práticas educativas desenvolvidas pela UNIPOP. A realização do curso de formação sócio política na década de 80, de acordo com entrevista realizada com a coordenação da UNIPOP, sustentava-se na perspectiva da realização de um debate profundo das contradições de classe. Tinha como base filosófica o materialismo histórico e dialético e o centro do debate era o sistema capitalista e a exclusão gerada na forma de organização desse sistema, conforme se pode perceber no Quadro 1.

Em entrevista durante pesquisa de campo a coordenação da UNIPOP revela que a ideia fundante da Universidade Popular era,

Formar novas lideranças para uma nova cultura política. Sair do corporativismo, da disputa de poder, da perspectiva hierárquica e autoritária. Renovação de valores que o avanço do capitalismo e as ideias do neoliberalismo foram disseminando, centralizando tudo no mercado e mercantilizando a vida. O modelo de consumo é insustentável e atinge a essência da vida e a sustentabilidade do planeta. É necessário que as lideranças sociais tenham essa visão das contradições desse modelo (CD UNIPOP, 2010).

Naquela oportunidade a coordenação da UNIPOP, ressaltou que a Universidade Popular configura-se como um “espaço pluri e multicultural; espaço de formação de lideranças para assumir uma cultura de defesa e garantia de direitos, para romper com a cultura política tradicional, do desmando” (Depoimento da CD, em entrevista durante pesquisa de campo).

O que se percebe nesse contexto é que a formação política é ressaltada como uma dimensão fundante para aqueles/as que se envolvem no processo de criação de uma organização social, e que se anuncia comprometida com as lideranças, dando inclusive à formação o sentido de “luz”, por ser capaz de despertar a organização e mobilização social.

Arroyo (2007, p. 76) nos ajuda a compreender esse movimento das camadas populares em busca de participação e reconhecimento enquanto sujeitos históricos, segundo ele:

O cotidiano da vida do povo se rege por noções amplas de direitos que se manifestam com maior força nos momentos de crise e de agitação social: noções que ultrapassam os limites do permitido pelos valores oficiais da ordem e da participação; noções que alongam o campo do legítimo e dos direitos. O povo age como sujeito de direitos bem antes de ser reconhecido como tal. O reconhecimento é apenas a aceitação e a tolerância às elites frente a situações de fato.

Depoimentos dos entrevistados mostram que para continuar nas áreas em que trabalhavam e legitimar uma atuação, que inicialmente voltava-se ao direito a moradia, o grupo de lideranças que idealizou a Universidade Popular precisou criar estratégias capazes de romper com os mecanismos repressivos da época. De acordo com a coordenação da UNIPOP, sua constituição no início vinculava-se:

(...) a ideia de um projeto chamado a “Escola para o Povo”, no bairro da Sacramenta e a partir disso, no confronto direto com a Aeronáutica porque nós não tínhamos nem um respaldo institucional, decidimos criar o CEPEPO<sup>5</sup>, pra dar essa cobertura jurídica de estar na área, porque a

---

<sup>5</sup> CEPEPO - Centro de Comunicação e Educação Popular - Organização Não Governamental que trabalha há mais de 20 anos com educação socioambiental através dos meios de comunicação, em Belém do Pará.

Aeronáutica nós taxava de comunistas, nós queríamos mostrar que éramos educadores populares que tentam resgatar os direitos dos povos que estavam sendo ameaçados de expulsão da área da Sacramenta, aí tinha área da Pedreira, na Terra Firme, Telegráfo, Jurunas, Atalaia, no Guamá e se criou todo um Movimento pelo direito de morar, aí a CBB (Comissão de Bairros de Belém) acabou sendo um expoente que canalizou pra uma articulação dos Centros Comunitários, pra serem esse porta voz, esse interlocutor com as políticas públicas na área urbana, de 79 até final de 80 (CD UNIPOP, 2010).

Percebe-se que as estratégias de mobilização social procuravam vincular-se ao processo de constituição da cidadania e da identidade política dos grupos envolvidos como protagonistas das ações. A dinâmica era construída no confronto direto com as forças sociais dominantes. Esse confronto era perpassado por práticas de aprender e ensinar.

As ideias de Arroyo (2007, p.77), ajudam a compreender com mais clareza a relevância desses processos para os envolvidos. O autor considera que é importante,

Reconhecer esses processos de constituição da cidadania e da identidade política onde eles estão se dando não significa cair na visão ingênua do culto ao popular, nem passar do elitismo pedagógico ao populismo pedagógico, nem voltar a uma concepção épica da história, onde o antigo vilão, o povo, seja agora o herói.

Significa na verdade compreender que as condições objetivas às quais esses grupos são submetidos acabam determinando reações e organização que procuram invertê-las. Nessa perspectiva, representa também momento educativo, pois conforma resistência, organização, vivência e consciência.

Nesse sentido, a criação da UNIPOP também configura-se como expressão de resistência, porque se constitui num cenário que era adverso para criação de uma Universidade Popular voltada para atender interesses e necessidades dos movimentos sociais. A expectativa, de acordo com os registros em documentos e depoimentos de coordenadores, era de formar para resistir a uma lógica excludente, para tanto buscava-se fundamentos teóricos e filosóficos junto às concepções que vislumbravam mudanças estruturais e radicais no sistema, bem como alianças estratégicas que somassem aos esforços e articulasse a luta, com o devido cuidado

para evitar o sectarismo ou a reprodução de modelos teóricos que desconsideravam a realidade local. O depoimento da coordenação da UNIPOP revela que:

Esse processo da UNIPOP começou a ser gestado em 1985, tentando fazer um exercício de “mágica”, vamos dizer assim, que era reunir os partidos de esquerda, as igrejas comprometidas com a teologia da libertação, as organizações e movimentos que já lutavam e que lutaram contra a ditadura e as Ongs, que trouxeram para esses espaços suas reflexões e suas experiências. A participação de todos era fundamental.

Então se pensou numa coisa nova, numa Universidade que formasse novas lideranças, e que não tivesse, não fosse aquela coisa doutrinária onde os partidos faziam determinações que tinham que ser seguidas, já reproduzido por outros países, que a gente simplesmente transportava pra cá como teoria Marxista, Stalinista, Trotskista sem fazer o diálogo local, com a cultura local, então queriam reproduzir aqui nessa região uma idéia de que nessa região o capital e o trabalho eram determinantes em qualquer mudança, era o operariado e o campesinato.

Muito tempo depois e que foram perceber que esse movimento de bairro era estratégico no enfrentamento do capital, exatamente porque ele produz, ele estimula o acúmulo de capital pela especulação imobiliária (CD, 2010).

O que se pretendia, de acordo com esse depoimento, era que a formação dessa nova Universidade Popular fosse capaz de gerar uma racionalidade onde as camadas populares fossem reconhecidas em sua capacidade de agir coletiva e politicamente em defesa de seus interesses, fazendo com que suas ações políticas fossem reconhecidas nas esferas de poder e que a educação formal deixasse de ser considerada como pré-condição de sua participação.

Ao reduzir a questão da cidadania e da participação a uma dimensão educativa formal, ocultavam-se as relações de poder inerentes a esse processo. Para Arroyo (2007) a educação não é pré-condição para a participação, porque é na participação que se constituem os processos educativos e de formação.

Contudo, enquanto processo humano e dialético, os momentos iniciais de consolidação da proposta foram marcados por contradições, afastando-se do idealizado e reproduzindo uma concepção de formação que se afastou da ideia de que o processo de formação se dá no interior da prática social e política das classes. Segundo a coordenação da UNIPOP:

A ideia de Universidade Popular na formação dessas lideranças no primeiro e segundo ano acabou reproduzindo a mesma visão da educação

tradicional, que era “encher a cabeça” dos militantes de teoria, estes eram obrigados a estudar a teoria do capital, o Marxismo, o que é mais valia. No primeiro momento não tinha a Educação Popular, embora a idéia fosse de fazer uma coisa nova, mas os princípios da Educação Popular ainda eram considerados coisas de igrejas. O curso, por exemplo, de formação de lideranças, levava 01 ano e meio, era mais papel do que outra coisa, você tinha durante a semana toda essa discussão sobre o capitalismo e etc., nos finais de semana tinha atividades de extensão. Então o Enrique Perigalli (que idealizou) que tinha a idéia de fazer uma Universidade diferente, Popular, no sentido de socialização de um conhecimento historicamente acumulado, ele acabou estimulando com que aqueles grupos, aquelas pessoas que assumiram as funções de professores, de facilitadores, que tinham a mesma postura tradicional de professor – aluno, de que o professor sabe e o aluno vai receber para poder mudar sua prática, então nessa reflexão que foi feita se percebe que o menino saía com a cabeça cheia de teoria, compreendendo onde estava a raiz da exploração capitalista, mas tendo sua postura enquanto ser humano, que reproduzia exatamente o que estava lá, machista, racista, homofóbica. Então como mudar, como construir o novo se esses elementos estruturantes de uma sociedade desigual continuavam muito presentes, quando você via uma liderança sindical fazer um discurso revolucionário e em casa estava dando porrada na mulher, que não respeitava os filhos, que não respeitava as mulheres do movimento ou que tinha uma postura tão autoritária quanto os governos que estávamos combatendo (Entrevista com CD, 2010).

Pensar uma formação política que rompa com valores dominantes e se situe numa dinâmica de resistência a estes tem sido o grande desafio das organizações comprometidas com as camadas populares. Ao anunciar sua opção por uma educação capaz de romper com tais valores, baseada nos princípios da educação popular, a UNIPOP revelava seu compromisso com os processos de mudanças sociais.

Na concepção daqui, a gente tenta trabalhar a concepção de Universidade, de universalização, que é possibilitar a todos os participantes dos processos formativos a universalização do saber partindo da prática deles, partindo da visão deles e facilitando essa interação, essa reflexão sobre si mais porque é assim? O que nós poderíamos fazer diferente? Quais são os caminhos? Ouvindo esse outro e possibilitando a eles fazerem a construção do novo conhecimento, pra construir uma nova tese, que a síntese te leva a pensar que você constrói um determinado rumo mais na sua relação com o cotidiano, aí você vai construindo uma nova antítese, novos elementos que vão reconstruindo aquele saber, e aí você faz uma nova síntese. É nessa continuação dessa reconstrução que você vai percebendo que existem outros olhares.

O Paulo Freire dizia muito que você não tem que ser sectário, você tem que ser radical na sua opção pela vida, pelas pessoas, como dizia Leonardo Boff, pelo cuidado, e o cuidado é cuidar de você também, dos seus sentimentos, das suas amizades, do seu corpo, da sua saúde, isso é um militante. Mas ao mesmo tempo você não pode ser sectário, porque o sectário é aquele que tem a sua verdade e impede o diálogo com qualquer outra verdade, o radical não, você pode ter uma convicção e mesmo com essa

convicção você pode dialogar com outro, por exemplo, a radicalidade da justiça, da democracia, do respeito a dignidade, independente da cor, raça, credo religioso ele tem o direito, eu tenho que garantir a ele o direito de se manifestar e não quero que ele seja só como eu acho que ele tem que se comportar. Então o Paulo Freire deixou muito essa prática, porque ele era assim, ele vivenciava com a gente, ele possibilitava a gente refletir a própria maneira de ser (CD UNIPOP, 2010).

Este depoimento indica que a educação popular assume papel fundamental na construção de uma nova perspectiva política, social, econômica, uma vez que essa modalidade de educação não tem um modelo único e paralelo de prática pedagógica, há um predomínio de ideias e práticas que são regidas pela diferença (BRANDÃO, 2006).

De acordo com o depoimento do educador entrevistado, a formação sócio política da UNIPOP consiste numa

Ampliação de horizonte; permite olhar o teu entorno e se vê como agente de transformação. Você passa a entender o seu papel como agente de transformação. O curso se baseou na ideia de garantir formação para as lideranças, para atuarem na luta contra o sistema (ED2, 2010).

O que se evidencia na prática é a criação de um espaço de construção de conhecimento, de aprendizagem onde se (re) constrói e se desenvolve novos projetos na perspectiva de uma nova ordem social, onde os limites e as resistências impostas pelas estruturas políticas e econômicas de caráter elitista são ultrapassados pelo desenvolvimento de práticas que reforçam a reflexão e a prática político pedagógica do saber popular.

A educação popular, enquanto estratégia teórico-metodológica é desafiada a explicitar e desvendar a intencionalidade dos projetos políticos dominantes, reforçando o importante vínculo entre educação e política.

Essa educação é capaz de oferecer formas inovadoras para o exercício da cidadania além de potencializar transformações na perspectiva emancipadora dos seguimentos empobrecidos da sociedade. Ressignifica-se com isso o sentido da política, do poder e da própria sociedade, alimenta-se as utopias de transformação

pela via da participação e do poder popular. O aprendizado é mútuo e volta-se ao empoderamento dos sujeitos.

A afirmativa confirma-se nas falas dos sujeitos entrevistados na pesquisa, lideranças sociais que participaram, na condição de alunos, do curso de formação sócio política da UNIPOP:

O curso me ajudou a entender as contradições humanas e a fortalecer minha participação, recriando e dividindo o que apreendi. O que demais significativo aprendi no curso foi a participar. A participação política não é participação no partido, é o cidadão que olha o seu entorno e nele se faz protagonista, não para garantir o seu direito, mas construir os direitos e para mudar o seu entorno (Depoimento da L2, 2010).

Ao dialogar com Freire (2001, p.65) sobre a dimensão política da educação, enquanto elemento fundamental para os processos de participação evidencia-se que,

Fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à *participação* por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo.

Dessa forma é possível entender com mais clareza que a prática educativa vai se configurando numa dimensão necessária aos processos de participação coletiva como prática social, cultural, política. No contexto desses processos surgem aprendizados, ressignificação de conceitos, reelaboração-de fazeres e saberes, oportunizando-se o surgimento de outros espaços para a gestação do novo forjado nas contradições sociais. Em todos esses momentos são construídos espaços de organização, socialização, participação e aprendizagem humana, cujo encontro de quem ensina com quem aprende se confunde na simultaneidade da troca, do solidarizar esperanças e fazer sentir-se pertencer e protagonizar o futuro, portanto, todos se educam quando leiam o mundo e nele intervém, como refletia Paulo Freire (1997).

Essa afirmativa se reforça no depoimento de L4, para ela o curso permitiu,

Me ver como pessoa, como indivíduo, com meus problemas e limitações. Outra coisa está ligada a metodologia, as técnicas, as dinâmicas, os exercícios, a aproximação com o toque, a sensibilidade com o outro, saber escutar, parar, sentar em círculo, tudo isso contribuiu muito, mesmo que tenha se passado seis anos essa é uma técnica que nem todo mundo usa e que nem todo mundo se sente a vontade para participar. São dois elementos que são muito significativos para mim, isso de me enxergar, dentro desse movimento que engolia a gente e se preocupar com o outro. Foi essa metodologia positiva que me permitiu viver um novo. A imagem muito forte era da Stella (educadora), que na época conduzia o curso. A Stella simbolizava puxar para a centralidade, todos os exercícios era para te ver, para dentro de ti. Era muito importante para mim, me permitia participar, me envolvia, ela (educadora) gostava de escutar, valorizava a fala e conduzia com tranquilidade (L4, 2010).

As múltiplas possibilidades incitadas nesses processos só podem ser captadas por aqueles que, com sensibilidade social, criam e sistematizam novas experiências: na linha de uma formação que instiga o ser social para sua emancipação; que articula organizações e coletividades humanas na e para mobilizar projetos e estimular a resistência cultural da comunidade e a valorização das pessoas.

Para L2, liderança entrevistada durante a pesquisa, o curso foi fundamental para que percebesse as contradições presentes no movimento em que este participava, para situá-lo numa militância. Segundo L2

O curso me ajudou naquele momento a ter condições de entender melhor o Movimento de Emaús, de entender os processos do Movimento, de entender a relação de poder, então eu passo a entender tudo isso dentro do Movimento, eu passo a perceber que mesmo dentro do Movimento onde todos nós falamos da garantia de direitos, da promoção de valores, ainda sim nós competimos entre nós. Eu passo a entender isso, e as limitações e contradições humanas. Depois eu fui coordenador do Protagonismo Juvenil da UNIPOP, e me percebi fazendo diferente, discutindo participação democrática e como professor, na sala de aula, também faço diferente. A UNIPOP me possibilitou isso (L2, 2010).

Ao anunciar em sua matriz metodológica (UNIPOP, 2009) que baseia-se numa perspectiva de dar novos significados a prática social das lideranças, a UNIPOP demarca um campo importante de atuação, pois se propõem a fazer reflexões que colocam em voga práticas cristalizadas em relações que contradizem um discurso de participação democrática e com isso busca formar novos saberes e



práticas e dar novo sentido a própria dinâmica social, isso tudo sempre articulado com análise de conjuntura e reflexões permanentes sobre o cenário sócio político.

### 3.2 LIDERANÇAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA: FORMAÇÃO POLÍTICA COMO POSSIBILIDADE DE (RE) SIGNIFICAR A PRÁTICA SOCIAL.

Enquanto a política tomar os indivíduos isoladamente das relações de produção, ela os verá uniformemente enquanto cidadãos, privando-os, portanto, de captar as determinações que os produzem enquanto membros das classes sociais (SADER, 1993, p. 46).

O Plano de Trabalho 2009 da UNIPOP anuncia que a centralidade da existência institucional é marcada pelo programa de Formação de Lideranças Sociais, que se concretiza nos processos formativos, preparando homens e mulheres, jovens e adultos, para superar a consciência ingênua e avançar para a consciência crítica e política no sentido de qualificar seu engajamento em processos organizativos, tendo como princípio o respeito entre os diferentes saberes e o aprendizado do pensar e problematizar os fatos do cotidiano. Ressalta-se que “para isso utilizamos uma metodologia que provoca o exercício permanente do diálogo entre os diferentes saberes que emergem dos/as participantes, inspirada no pensamento freireano, mas dialogando com outros autores” (UNIPOP, 2009).

Conforme se pode observar no Quadro 2, o formato e prioridades do curso de formação política que foi realizado no ano de 1992 amplia a preocupação desta formação, avança para um debate que vai além da dimensão política e incorpora a perspectiva social como elemento importante.

Atrela-se a essa dimensão social o papel assumido pelos movimentos sociais na defesa da cidadania, para tanto se enfatiza a compreensão sobre o papel do Estado. Busca-se compreender a relação entre Estado, governo e poder.

**Quadro 02: Conteúdo do curso (década de 90)**

ANO	FOCO DO CURSO	CONTEÚDOS
1990	FORMAÇÃO POLÍTICA: análise da sociedade primitiva e sociedade feudal.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. RELAÇÕES DE PRODUÇÃO</li> <li>2. COLETIVIZAR OS MEIOS DE PRODUÇÃO – forma eficaz de organização social.</li> <li>3. PASSAGEM DO ESCRAVISMO PARA O FEUDALISMO</li> <li>4. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FEUDAL</li> <li>5. ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS (Igreja e Estado)</li> <li>6. A CRISE DO FEUDALISMO</li> </ol>
1992	FORMAÇÃO SOCIO POLÍTICA: cidadania e participação	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A LUTA PELA CIDADANIA NA HISTÓRIA BRASILEIRA</li> <li>2. A CIDADANIA NO CAPITALISMO</li> <li>3. A CIDADANIA: como exercê-la?</li> <li>4. MOVIMENTO POPULAR NA DEFESA DA CIDADANIA.</li> </ol>
1993	FORMAÇÃO SOCIO POLÍTICA: o papel do Estado.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. ESTADO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA</li> <li>2. ESTADO MODERNO E AS CONCEPÇÕES JUSNATURALISTAS</li> <li>3. ESTADO NACIONAL MODERNO E CONTEMPORÂNEO E CORRESPONDENTE NO CAPITALISMO</li> <li>4. ESTADO NAS CONCEPÇÕES MARXISTAS</li> <li>5. ESTADO, GOVERNO E PODER.</li> </ol>

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O debate sobre cidadania e o papel do Estado foram incorporados no curso, provavelmente para dar conta do momento de efervescência política presente no cenário nacional e internacional na década de 1990. Neste cenário, estavam presentes contextos da guerra do Golfo, o processo de democratização, a questão da globalização, expansão da internet, dentre outros. Chega-se a falar de um período próspero na dimensão econômica, porém permeado por grandes disparidades sociais, econômicas e políticas.

Gennari (2001, p. 02), ao analisar a globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90, afirma que a ideia fundamental era

Que o Estado deveria diminuir os gastos sociais e assim restaurar o que os liberais chamam de “desemprego natural”, ou seja, a ideia era na verdade

diminuir ou eliminar a participação do fundo público na reprodução da força de trabalho e transferir o máximo do fundo para a reprodução ampliada do capital, de modo a quebrar o poder de barganha dos sindicatos e impingir o aumento da exploração da força de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora que teria como resultado o extraordinário aumento do exército industrial de reserva. Assim, julgavam que com a quebra do poder dos sindicatos a economia capitalista teria restabelecida a taxa de lucro de modo a dinamizar a acumulação, sem os constrangimentos impostos pelo Estado do bem-estar social e do poder político dos trabalhadores organizados em seus sindicatos.

Ao por em pauta a dinâmica política e econômica do país como temática do curso de formação sócio política, a UNIPOP discute o papel das lideranças sociais nesse processo, evidenciando a necessidade de sua organização política.

No cenário local, durante o período de 1997 a 2004, vive-se uma conjuntura política intitulada de esquerda, o partido os trabalhadores assume a prefeitura de Belém com *slogan* de ampla participação popular na gestão pública. Esse fato dá margens para que a sociedade e os movimentos organizados tenham a esperança de uma nova forma de fazer política no Estado. Essa percepção está presente no depoimento de uma das lideranças entrevista, que participou do curso de formação da UNIPOP essa época. Para L2,

Tivemos uma queda muito grande no Movimento Social quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assume a Prefeitura de Belém, muitas entidades ficaram fragilizadas, por que as grandes lideranças as pessoas mais preparadas, foram envolvidas na máquina pública, foi o primeiro impacto, por que deixou de ter aquela discussão embasada no Movimento Social, ONGS, Estado que estava naquele momento, nós não víamos diferença, então essa foi a primeira marca desse momento, o Movimento Popular hoje ele aos poucos, o discurso dele cansou, eu não consigo mais por exemplo ver a UNIPOP com seus cursos lotados, no momento que eu fiz o curso da UNIPOP teve até seleção. O curso precisa ser repensando como ele pode ser mais atraente, no momento que eu fiz era importante a cultura de que tinha que saber sobre Marx, Gramsci, o que é o Estado.

Para mim foi fundamental eu passar a ter uma participação mais efetiva no Movimento por que eu passo a estar por dentro dessas discussões, e com essas discussões dentro do Movimento de Emaús, a minha atuação foi mais reconhecida, eu fui o primeiro a assumir a coordenação depois do Padre Bruno, onde eu atribui esse assumir ao curso que eu fiz na UNIPOP. Eu entendi o que era a participação, que era mais uma co-responsabilização com os rumos do Movimento, eu sentia fazer parte do rumo da minha vida (L2, 2010).

Ao falar das perdas que o movimento social teve com a ascensão de uma prefeitura petista, a liderança nos remete a uma reflexão acerca do papel das lideranças nas conjunturas que se colocam como favoráveis às lutas travadas na sociedade. O que mostra que não basta apenas saber ler o Estado e sua dinâmica, não basta apenas conhecer Marx e seu discurso, é necessário articular interesses e se situar politicamente no jogo de forças.

De acordo com o conteúdo dos cursos da década de 1990, vide Quadro 2, é possível perceber que a UNIPOP buscava vincular as dimensões teórico e práticas ao cenário político, problematizando, entre outras questões, o papel do Estado, o modo de produção, a organização social local articulada com o contexto global.

É nesse contexto, que a UNIPOP também identifica a necessidade de tratar do reposicionamento do papel das lideranças, inclusive discutindo a questão da gestão, dando-lhes novos elementos para que pudessem refletir sobre cidadania e participação, e, dessa forma, abrir espaço para um debate mais amplo que inclui democracia e gestão das organizações sociais e do poder público.

Para um dos educadores entrevistado, a UNIPOP a cada dia repensa a conjuntura e a realidade dos movimentos sociais. Segundo ele,

Quando no processo de repressão tu tinhas bandeiras que eram comuns e as pessoas se identificavam com o enfrentamento ou não as pessoas acabavam assimilando que precisavam sofrer, se acomodavam com aquilo, hoje nós temos tanto governo federal quanto estadual, que se traduz exatamente numa luta histórica travada desde a fundação do partido dos trabalhadores, que coordena os dois governos e que acabou não dando conta das demandas sociais, pelo contrario, porque uma dos elementos principais a ser observado é que nós tivemos um governo municipal em Belém, quando falo nós é exatamente esse grupo que trabalhou nessa redemocratização, que fundou o PT e tudo mais, o movimento social passou por um processo de refluxo, por que já algum tempo não passava por um processo de mudança de lideranças não tinha novas pessoas para assumir o espaço, e o pior é que, essas lideranças, já há muito tempo na coordenação de suas ONGs, foram convidadas a constituir o Governo do Povo, isso gerou um problema serio inclusive de crise de identidade no governo social que não sabia se o papel era pressionar o Governo Municipal pra garantir o processo responsabilidade com relação as políticas necessárias ou se por conta que seu Ex-coordenador agora ser secretario e está assumindo papel na Prefeitura de articulador político ou qualquer papel que seja, o movimento se acomoda e as organizações não debatem esse contexto, não tem enfrentamento.

O papel de diálogo com o governo se retrai, não se estabelece. O grito do excluído hoje, por exemplo, como espaço de mobilização, acaba sendo um gemido e não um grito de fato. Não se tem mobilização social. O curso se propõem a pautar essa dimensão política, mas também sexualidade, subjetividade e outras dimensões da vida em sociedade. Isso pode ser elemento importante na reflexão sobre as ações dos próprios movimentos. O curso se reconfigura (ED2, 2010).

A proposta de uma formação sócio-política que mobilize esforços no sentido de revelar as determinações que reproduzem a dinâmica excludente da sociedade e que impulse ações de resistência da população precisa dar conta da problematização desse cenário apresentado por ED2, o que perpassa pela capacidade de promover diálogos entre os diversos atores sociais. Diferente da década de 80, vive-se hoje uma conjuntura política que se apresenta como favorável a esse diálogo, o que exige das lideranças uma ampla visão política capaz de permitir a articulação em rede das forças locais na busca pela garantia de direitos e que evite as cooptações e/ou alianças com o poder público que desconsidere as demandas da sociedade.

Um exemplo de articulação em rede da sociedade civil na Amazônia é o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)<sup>6</sup>, este é marcado por processos de organização e luta em defesa dos interesses locais, estes processos não são apenas reativos, mas tem caráter político e dimensão macro das relações de dominação que imperam na região ao longo de sua história.

Loureiro (2009, p. 33) reafirma este argumento ao enfatizar que:

A região também reage e luta para uma forma de vida livre, autônoma e própria. Existe uma resistência ao avanço e à apropriação privada da natureza. A população local se enreda em movimentos sociais e conflitos na tentativa de livrarem-se da exploração abusiva.

As tentativas de moldar e domesticar os povos locais e a natureza encontrou resistência daqueles que não reconhecem o modelo imposto e sua proposta de

---

<sup>6</sup> O Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) é uma rede mista de entidades populares, ONG's e movimentos sociais que atua nos estados Amapá (AP), Maranhão (MA), Pará (PA) e Tocantins (TO). Tem como missão intervir nas políticas públicas econômicas, sociais e ambientais desenvolvidas no âmbito da Amazônia Oriental, na promoção dos direitos socioambientais e dos modos de vida das suas diversas populações: pequenos agricultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, periurbanos e urbanos, mulheres, jovens e GLBT, entre muitas outras. É concebido como Fórum de debate, mobilização e fortalecimento do movimento social na cidade e no campo, praticando uma nova forma de atuação coletiva, com relações de caráter mais solidário, mais horizontais, mais abertos ao pluralismo e à complementaridade. Articula ong's, movimentos sociais e sindicatos na Amazônia oriental, buscando promover o acompanhamento, monitoramento e a intervenção qualificada dos atores sociais no âmbito das políticas públicas, dando visibilidade às questões mais prementes da região, conflitos sócio ambientais, as condições de vigência dos direitos humanos e as estratégias para a promoção de um outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia. (<http://www.faor.org.br/>).

desenvolvimento. Estas lideranças vêm se fortalecendo a partir das articulações que fazem junto aqueles que comungam de valores comuns, que preconizam uma nova dinâmica de desenvolvimento. Para Loureiro (2009) esse modelo de desenvolvimento sempre se baseou na hierarquia e dominação dos povos ditos superiores sobre os atrasados, na hegemonia do capital, nos parâmetros do mundo ocidental.

O investimento na formação dos movimentos sociais, na juventude, nas lideranças e gestores para mudança de atitude, para que sejam mais empreendedores/as é a nossa grande esperança de construir uma governança comunitária que dê conta de dialogar com as demais instâncias de poder produzindo alternativas viáveis de um novo mundo: mais digno, mais humano e mais saudável em todos os sentidos e com justiça ambiental (UNIPOP, Plano de Trabalho, 2009).

Essas reflexões evidenciam, portanto, que para dar um novo sentido as práticas sociais é necessário investir em processos educativos que problematizem as realidades e conjunturas Amazônicas e permitam pensar ações coletivas voltadas para interesses locais e regional, assim será possível pensar em desenvolvimento que seja incluyente e rompa com a dinâmica e modelo de desenvolvimento estabelecida historicamente na região.

Esse processo de formação não pode desconsiderar o modo de viver ribeirinhos, modos de vida que são revelados nas narrativas de moradores de áreas ribeirinhas, e por meio de fragmentos visuais da região. De acordo com Silva (2006, p.111)

Por intermédio do diálogo com os protagonistas dessa história, tem sido possível ter acesso a um conjunto de informações que representam a memória referente a costumes e vivências referenciados no contexto natureza/cultura e vice-versa. Esse modo de vida configurado nos barracos cobertos com palha, paredes de açazeiros ou barro (...). Enfim, trata-se de maneiras como esses grupos sociais constroem e utilizam seus espaços, pautando-se nos costumes e tradições.

Ao estabelecer diálogo com as lideranças sociais esse conjunto de informações serão importantes no processo de formação, uma vez que parte-se do vivido para (re) construir novas experiências e novas práticas sociais, novas não

por deixarem de lado o vivido, mas, sobretudo, por considerarem esse como alicerce para o que virá.

## SEÇÃO 2

### PRÁTICA EDUCATIVA DA UNIVERSIDADE POPULAR: EXPERIÊNCIAS DO CURSO DE FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA.



Figura 3: Curso Formação Sócio Política – 2010  
Fonte: Arquivo da UNIPPOP/2010.

É a visão política que nos capacita a consciência da estrutura social como um todo, fazendo aparecer as determinações de cada nível, e situando os interesses econômicos como decisivos (SADER, 1993, p. 49).

A partir das ideias de Sader (1993), pode-se inferir que discutir educação é por em cena a dimensão política das relações sociais. Por essa perspectiva, a educação carrega consigo a possibilidade de formação para emancipação. Essa educação que foi denominada de popular, justamente por atrelar-se a um projeto



político definido como transformador da realidade e que concebe as relações sociais como lugar de processos educativos. Situa-se nesse contexto os movimentos sociais que se articulam estrategicamente em torno desse projeto de transformação.

A educação popular se diferencia nesse contexto por estar preocupada em fazer uma crítica à educação vigente e, ao mesmo tempo, busca estabelecer outros processos educativos nos quais os “sujeitos das classes populares não fossem compreendidos como beneficiários tardios de um serviço, mas como protagonistas emergentes de um processo”, (BRANDÃO, 2002 p. 142).

É no contexto desses outros processos educativos que emergem experiências que buscam dar um sentido crítico e político aos processos de formação.

Nesta seção analiso a prática educativa da Universidade Popular, buscando situar, particularmente, o sentido e as perspectivas das experiências de formação sócio-política, bem como sua relevância no debate de uma educação em e para os direitos humanos.

#### 4.1 O SENTIDO DA FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

O mundo real que nos cerca é intrinsecamente dialético porque, efetivando-se historicamente, nos constitui e, ao mesmo tempo, é constituído por nós enquanto sujeitos da práxis social. Portanto, frente aos problemas que a realidade atual nos apresenta, precisamos impulsionar novos momentos de ação para atingir outros níveis de humanização do mundo, da sociedade e da cultura (ZITKOSKI, 2003. p. 01).

Zitkoski (2003) apresenta uma reflexão pertinente acerca da práxis social sinalizando para necessidade de humanização do mundo num movimento dialético de ação e reflexão o que se apresenta como possibilidade pela via dos processos de formação baseados na educação popular, onde a experiência ganha relevância na relação com a dimensão teórica do conhecimento. Se concebermos essa relação em sua perspectiva cultural reafirmamos o que Freire (1989 e 2000) e Brandão (2002),

expoentes do campo da educação popular<sup>7</sup>, explicitam, para estes a educação, como processo de formação diverso, tem na cultura o seu *lócus* e artefato principal, pois é na relação entre homens e mulheres que o mundo se faz, se fazendo cultura Freire (1989).

Vemos, portanto, que uma abordagem sobre os processos de formação reveste-se de um sentido amplo de educação, como também aponta Mészáros (2005), ao afirmar que a aprendizagem é a nossa própria vida. O autor enfatiza a compreensão abrangente da educação percebida como processo de constituição do ser social.

Como Mészáros, Freire (2000), ilumina questões que revelam o contexto de uma educação baseada e voltada para o mundo da vida e a socialização, priorizando espaços como produção, organização, composto nas formas de aprender produzindo, as pessoas se educam na medida em que o grupo luta para sobreviver e continuar ser o que é: sujeito político. Um movimento educativo, em que cada um se educa (ser coletivo) na proporção da educação do outro (cultura vivida) [FREIRE, 2000], por isso entende a educação como processo permanente e vinculado à cultura e as relações sociais: “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos” (FREIRE, 1989, p. 29).

A educação, em se tratando da especificidade da Amazônia, assume a face da diversidade de ambientes múltiplos, de práticas sócio-culturais que marcam a sociobiodiversidade na região. Daí porque os temas organizações sociais, educação popular e direitos humanos são eixos que estão imbricados nesses contextos, por isso que revelá-los é importante para capturar os processos educativos gerados pelo convívio com o campo democrático-popular.

O processo de formação das organizações sociais são demonstrações do quanto à noção de que os conflitos sócio-políticos em favor de uma nova sociedade,

---

<sup>7</sup> A educação popular no Brasil ganha força no contexto do regime da ditadura militar (1965-1985), se posicionando contra a tendência conservadora da educação tradicional, homogeneizadora, elitista sendo uma alternativa clara para uma nova concepção de educação (heterogênea, crítica e humanizadora). O campo teórico da educação popular tem em Paulo Freire seu maior destaque. A “pedagogia-problematizadora-libertadora” Freireana contribui para os avanços “*no desenvolvimento da educação, sistematização de práticas educativas e consolidação de propostas teórico-metodológicas*” (FALKEMBACH, 2009). O GT de Educação Popular da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) assume essa perspectiva, reinventando-a, sendo um espaço de revitalização das pesquisas na área.

assim como os contextos de conscientização-politização-mobilização, gestados pelos grupos sociais são compreendidos como amplos processos educativos.

O Instituto Universidade Popular (UNIPOP) insere-se nesse contexto sócio-político e educativo como espaço de formação de lideranças sociais e fundamenta seu lema, **saber é poder**, nas bases Freireanas de educação, pautando sua ação na compreensão da educação com ato político. De acordo com o plano de ação da UNIPOP (1994) pode-se inferir que o princípio norteador de seus processos formativos é a educação popular, compreendida como meio pelo qual a relação entre educação e sociedade pode ser estreitada, pela via da articulação entre formação e prática social, na busca pelo desenvolvimento coletivo, pautado num projeto político e histórico (UNIPOP, 1994).

A UNIPOP, do meu ponto de vista, é um dos espaços de resistência que temos no Brasil, que segue mantendo firme seu vínculo com o ideário de educação Freireana e fazendo ações de formação política para pessoas que atuam em diversos movimentos sociais na Amazônia (SILVA, 2003, p. 03).

O surgimento da UNIPOP na década de 1980 vincula-se a um contexto de mobilização intensa dos movimentos sociais, para a construção de uma nova concepção de educação, como instrumento de libertação popular, bem como para a democratização política do país. A conjuntura política do país é marcada pela ampla organização dos grupos de movimentos populares que buscam se articular por meio de organizações nacionais, a diversidade dos sujeitos sociais nesse contexto ganha relevância no processo de mobilização em torno de diferentes problemas, a ideia é de que o sujeito da transformação é o operariado, as lutas políticas passam a ser protagonizadas por novos atores.

A essência, portanto, do projeto de Universidade Popular consiste em garantir uma formação que privilegie ações participativas dos sujeitos envolvidos numa dimensão de educação em/para os direitos humanos. Assim, a formação ganha novo sentido, pois se atrela a busca pelo controle social e pela construção de um projeto alternativo de sociedade.

Essa perspectiva de educação em/para direitos humanos configura-se na:

Construção e consolidação de uma cultura em direitos humanos no Brasil que implica enfrentar uma série de desafios e contradições, ainda presentes em nossa sociedade, que afetam todos os brasileiros em termos da sua qualidade de vida e das possibilidades de seu pleno desenvolvimento enquanto pessoa humana. A educação, nesse contexto, aparece como um espaço privilegiado para a promoção dessa cultura de direitos humanos, contribuindo para a difusão de atitudes, valores e práticas coerentes com esses princípios, seja por meio da educação escolar, no nível básico ou superior, seja pela educação não-formal, por meio da atuação de organizações da sociedade civil, pela mídia e os sistemas de justiça e segurança (MOEHLECKE, 2008, P.09).

Santos (1997) reafirma a posição acima quando apresenta a dimensão emancipatória do debate e práticas em direitos humanos. Para este autor as pessoas e as organizações não governamentais têm lutado pelos direitos humanos defendendo grupos oprimidos vitimizados por estados autoritários, por práticas econômicas excludentes, além de políticas culturais discriminatórias, estas lutas emancipatórias caracterizam-se muitas vezes por serem implícitas ou explicitamente anticapitalistas, configurando-se enquanto política emancipatória do nosso tempo que consiste em transformar a conceitualização e a prática dos direitos humanos, de um localismo globalizado num projeto cosmopolita. Em outras palavras, este projeto pauta-se numa concepção intercultural que em vez de recorrer a falsos universalismos, se organize como uma constelação de sentidos locais, mutuamente inteligíveis e que se organiza em rede de referências normativas capacitantes.

Leitão (2004) opta por uma interpretação sócio-relacional de educação, em contextos ampliados. Para ela, trata-se da diversidade da vida, das representações e dos significados que assumem no meio social. O que torna um processo formativo em educativo é a dialogicidade das práticas e experiências sociais. Reside aí a educação como forma de socialização de saberes e práticas. Por assim conceber, os processos de formação são saberes e conhecimentos produzidos nas experiências humanas que organizam e estimulam práticas sociais, geradoras de sociabilidades diversas, sobretudo pela interseção e cruzamento de saberes.

Em outras palavras esses processos possibilitam condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, com o desejo de lutarem para serem reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças; os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, aprendem a ler e interpretar o mundo que os

cerca; estão presentes a adaptação, o respeito do grupo a diferentes culturas e o reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, isto é, trabalha o “estranhamento”; na perspectiva da construção da identidade coletiva de um grupo.

Assim, verifica-se como importante o desenvolvimento de saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores humanos, entendidos como a participação coletiva de pessoas diferentes que almejam oportunidades iguais, pode contribuir assim para a construção de uma racionalidade, cujo centro seja a liberdade humana.

Severino (2006) nos ajuda a compreender esse novo sentido de formação quando afirma que o sentido desta é de constituição de um sujeito que não tem molde onde se encaixar, que precisa vir-a-ser sem caminhos definidos previamente. Para este autor o político ganha a dimensão de sujeito coletivo em sua especificidade. A dimensão ética, política e cultural da educação e da formação se imbricam de forma que educar-se e formar-se se traduz em um *dever* humanizador, onde o agente de transformação é o próprio sujeito social.

Ao considerar o papel que a UNIPOP anuncia como missão (mobilização popular para defesa dos interesses dos povos da região, por meio de uma proposta de formação sócio-política de atores sociais), percebe-se as possibilidades de, nesse campo, problematizar as estratégias desenvolvidas e suas contribuições na construção de relações democráticas e emancipatórias.

O sentido da formação vai com isso assumindo características a partir do movimento da sociedade e de suas demandas. Pode-se afirmar que o processo de formação sócio-política, desenvolvido a partir das experiências dos movimentos sociais, tem enunciado-se como uma possibilidade para que os atores sociais tomem consciência de ser e estar numa dada realidade, não como meros expectadores, mas como protagonistas na luta por direitos e no respeito aos deveres.

Portanto, as práticas educativas, ao mobilizarem esforços no sentido da formação sócio-política das lideranças sociais, possibilitam um processo de (re) construção das práticas sociais e de (re) significação das relações estabelecidas na sociedade.

Essas reflexões sinalizam para emergência em se pautar, no âmbito da academia e da própria sociedade, um debate sobre as contribuições efetivas das

organizações sociais nos processos de formação sócio-política das lideranças envolvidas nas dinâmicas sociais.

Ao analisar o contexto em que emergem os processos formativos da UNIPOP percebe-se que este se situa, em âmbito nacional, no bojo da mobilização social e participação popular na Constituinte, o que resultou na Constituição Cidadã de 1988. No cenário amazônico situa-se na intensificação dos processos migratórios, como parte da chamada política de integração nacional, que gerou a ocupação desordenada do território e transformou-se em estratégia de colonização dos povos locais; a expansão dos grandes projetos de desenvolvimento foi outro fator importante que alertou os movimentos locais para a necessidade de organização de movimentos de resistência a nova lógica que se instalava.

O presente cenário demarcava a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais, sendo, portanto solo fértil para a criação da UNIPOP, pois sinalizava para a emergência na formação política das lideranças que assumiam a luta pela justiça social na região.

O Curso de Formação Sócio-Política passa a se constituir como estratégia fundamental nesse processo, por anunciar-se como um espaço plural, incluyente e democrático, onde os sujeitos envolvidos assumem o compromisso de serem agentes multiplicadores de saberes e vivências frutos das experiências vividas com outros atores que atuam no mesmo cenário, de busca permanente pela garantia de direitos (UNIPOP, 2009).

O Curso de Formação Sócio-Política vai, ao longo da história da UNIPOP, ganhando contornos próprios e se consolidando através do projeto “Formação de Lideranças e de Educadores e Educadoras Sociais – construindo novas formas de participação cidadã”. O relatório trienal 2005 apresenta os objetivos e estratégias de tal projeto, sinalizando uma preocupação em qualificar tais sujeitos para uma ação efetiva no controle social das políticas públicas, pela via da mobilização, participação e organização política.

A formação sócio política, como processo de conhecimento, é, portanto, manifestação ética, de luta na heterogeneidade, que concebe a educação como prática permanente.

Durante os anos de 2001 e 2002 a UNIPOP começa um processo formativo voltado para as demandas da gestão organizacional, percebe-se a necessidade manifesta pelas entidades em querer fortalecer as relações interpessoais de suas

equipes de trabalho, o aprendizado da gestão participativa e suas relações interinstitucionais, na intenção de garantir o desenvolvimento institucional, por meio de uma cultura de rede, de co-gestão, de trabalho coletivo (UNIPOP, 2004).

O curso nesse novo propósito objetivou mobilizar atores sociais estratégicos em torno do debate contemporâneo da relevância da gestão social no fortalecimento de sua atuação política, por meio da qualificação de gestores, educadores e lideranças sociais do legado do campo democrático popular, onde se pressupõem a produção de conhecimento gerado na luta, na realidade social.

A referida experiência, ganha relevância quando analisamos as falas dos sujeitos envolvidos, que revelam as inquietudes e alternativas frente aos desafios de um fazer educativo num contexto de imposição de uma lógica que exclui e desconsidera as pessoas. Ao serem questionados acerca da compreensão que têm sobre formação sócio-política, os participantes revelam grandes contribuições para o campo de construção teórico-prática da educação em/para os direitos humanos, para eles: “a metodologia de condução dos processos formativos influencia na qualidade de nossas intervenções” (depoimento de L2, 2010); outro destaque é a fala que reafirma a necessária valorização das pessoas: “quando penso em formação, penso na dinamização dos espaços que são compostos/formados por humanos que trazem suas vivências, diferenças e experiências” (depoimento de L4, 2010), expressos enquanto desafios no fazer educativo.

#### 4.2 UMA EDUCAÇÃO EM/PARA OS DIREITOS HUMANOS: ENSINO E APRENDIZAGEM DE/COM AS LIDERANÇAS SOCIAIS.

Os procedimentos de edificação da realidade, orientada pela vivência de direitos, suscitam a importância, da mesma, ser compartilhada, ser incluída, ser geradora de probabilidades que tornem as pessoas cada vez mais humanas e comprometidas com o favorecimento da defesa dos direitos.

Candau (2008) ao reconhecer a complexidade da temática suscitada pela educação em Direitos Humanos na atualidade traz a afirmação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH (2006, p.18) a qual considera fundamental:

A educação é compreendida como um direito em si mesmo, e um meio imprescindível para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos e desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa sócio-ambiental e da justiça social.

Sacavino e Candau (2008) ao abordarem o desenvolvimento da educação em direitos humanos no Brasil informam que é um processo que emerge com força na segunda metade dos anos 80 e que vem se desenvolvendo nos últimos vinte anos por meio de diferentes etapas articuladas com os diversos contextos políticos sociais enfrentados pelo país. Como embasamento teórico estas autoras trazem o trabalho de Aída Monteiro (2005), que identifica a 1ª etapa correspondente às décadas de 1960 e 70 como resistência e luta do governo militar, a 2ª etapa na década de 80 com o processo de transição política e (re) democratização do país, a 3ª etapa na década de 90 com ênfase na formulação de políticas públicas e na formação de educadores em direitos humanos e a década atual com o estabelecimento de parcerias entre governo e organizações da sociedade civil, expansão e implementação de diferentes iniciativas.

A UNIPOP nasce atrelada a essa segunda fase do desenvolvimento de educação em/para os direitos humanos, identificada por Monteiro (2005), e se situa no processo de transição política e de redemocratização do país. Nela as organizações da sociedade civil redirecionam suas ações, centrando a atuação em relação à reparação, pelo Estado brasileiro, das violações e na sua responsabilização pelas mesmas (SACAVINO E CANDAU, 2008)

Ainda para essas autoras, nesse contexto de transição democrática, de busca de construção de um novo Estado de Direito e de preocupação com a construção de uma nova cultura política e de uma cidadania ativa profundamente atravessada pelo reconhecimento dos direitos humanos, surgem as experiências de educação em/para os direitos humanos propriamente ditas, e entre estas a experiência de formação sócio política de lideranças sociais na UNIPOP.

A UNIPOP, na sua caminhada de vinte e três anos de atuação, tem anunciado por meio de seus relatórios e revistas que está empenhada em desenvolver processos formativos, cunhados na cultura de direitos, que significa animar a construção e vivência de um currículo que estabeleça como princípio



norteador: a proteção intransigente da direito à vida, a defesa incondicional da continuidade do planeta e incentive homens e mulheres a revisitarem e re-significarem suas práticas, suas atuações em suas organizações sociais, suas relações e conhecimentos com a região amazônica e amplie a cultura da paz e fortaleça a participação cidadã (UNIPOP, 2009).

Assim fica indicado como desafio às lideranças sociais, o fortalecimento e construção de novas ações, tendo como princípio o processo contínuo de formação, a dimensão coletiva como valor intrínseco e a pluralidade participativa como crença norteadora.

Ao analisar o conteúdo dos cursos e as entrevistas realizadas percebe-se que a concepção de formação da UNIPOP se nutre pelas experiências e metodologias da educação popular e assume o desafio de erigir critérios para compreender a realidade e gerar formas de alicerçar a transformação social. É desse ponto que busca-se construir o fortalecimento da ação transformadora das lideranças sociais, ação caracterizada pelo diálogo, pela decisão compartilhada, pela construção coletiva, expurgando formas de coerção e negação da liberdade e priorizando a participação daqueles que estão dispostos a conceberem esse processo sempre como inacabado, aonde aprendem e ensinam cotidianamente.

**Quadro 03: Conteúdo do Curso (ano de 2005)**

ANO	FOCO DO CURSO	CONTEÚDO
2005	FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS E DE EDUCADORES E EDUCADORAS SOCIAIS: construindo novas formas de participação cidadã	<p>MÓDULO I: OGRUPO E A IDENTIDADE</p> <p>MÓDULO II: ANÁLISE DE CONJUNTURA POLITICA, ECONÔMICA E SOCIAL DO BRASIL E DA AMAZÔNIA: contribuições para os movimentos sociais.</p> <p>OFICINA I: LEITURA, PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO</p> <p>MÓDULO III: GESTÃO PARTICIPATIVA: uma prática do movimento social</p> <p>OFICINA II: RELAÇÕES DE GÊNERO</p> <p>MÓDULO IV: A COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL PARA UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA.</p> <p>OFICINA III: A CRIATIVIDADE COMO FORÇA MOTRIZ DE UMA CULTURA DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>MÓDULO V: CONSTRUÇÃO DA PAZ: desenvolvendo a cultura da não violência.</p> <p>OFICINA IV: A MÍSTICA: caminho da comunhão</p> <p>MÓDULO VI: A JUVENTUDE E AS CULTURAS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>OFICINA V: ÉTICA DO CUIDADO: integridade sócio-ambiental.</p>

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

A categoria participação passa a compor o repertório dos cursos como foco central, uma vez que buscava-se fortalecer os processos participativos das lideranças sociais e sobretudo possibilitar uma participação mais qualitativa nos espaços de definição de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos.

Com essa perspectiva e ao focalizar a organização social como espaço de relações humanas, intensamente plural e empenhada na consecução de direitos, se torna imperioso manter a busca por compreender e edificar processos de formação que dialoguem com uma educação em/para os direitos humanos.

Para Sacavino (2009) a educação em/para direitos humanos se traduz no ato de educar que tem um aspecto importante vinculado ao saber, compreender,

informar-se sobre direitos humanos e seu significado jurídico, histórico, social, e ao mesmo tempo, exige uma prática determinada, uma ação, uma coerência entre o saber e o fazer, que implica por sua vez num enfoque teórico-metodológico capaz de possibilitar essas articulações.

A concepção de educação em direitos humanos dialoga diretamente com a perspectiva de formação assumidos nos cursos de formação da UNIPOP, pois, de acordo com seu plano de ação 2009, busca contribuir para a mobilização, articulação e formação de grupos excluídos, movimentos sociais e igrejas atuantes na Amazônia.

A realização dos cursos de formação do Instituto Universidade Popular vem buscando se concretizar a partir de suas metodologias que priorizam o diálogo entre educadores e educandos e constroem numa relação dialética os pressupostos que pautam a condição de agentes de transformação, no sentido de solidificar as bases que impulsionem os sujeitos que dela participem, permitindo-se caminhar no sentido de construir e consolidar a democracia enquanto forma de vida e sistema social a ser vivenciado, pois como refletiu Freire (1997, p.77) “aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”.

Para uma das lideranças entrevistadas a metodologia facilitava o processo de formação e ajudava a fortalecer a luta, pois:

Era feita com muito estudo, exposição de filmes, trabalho de grupos, debates, as dinâmicas, do lúdico à socialização. O conteúdo, a forma, a metodologia que a gente trabalhava não desestimulava, fazia com que a gente ficasse estimulado para a próxima aula.

Eu recomendaria e continuo recomendando, no GMB (grupo de mulheres do Bengui) mesmo outras mulheres foram participar do curso. O GMB buscava ajudar as mulheres para participar do curso com transporte para que elas não faltassem, por que a gente acredita que com o conhecimento como o próprio nome da UNIPOP ensina Saber é Poder, a gente acredita que quanto mais informações elas tiverem sobre conhecimento da nossa história, dos Movimentos Sociais, isso pode fortalecer para que essas lideranças continuem no Movimento e atuando com mais qualidade e na elaboração e proposição de políticas públicas no Movimento (L3, 2010).

Conceber a dinâmica do curso como elemento que facilita a participação política denota sua relevância para os movimentos organizados da sociedade civil.

Tem-se a perspectiva de uma ação que se reflete no cotidiano social, nas dinâmicas locais.

### SEÇÃO 3

## FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICO À LUZ DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS



Figura. 4: Lideranças do programa de protagonismo juvenil da UNIPOP  
Fonte: Arquivo da UNIPOP/2009.

A ideia de formação é, pois aquela do alcance de um modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, pela condição de sujeito autônomo. Uma situação de plena humanidade. A educação não é apenas um processo institucional e instrucional, seu lado visível, mas fundamentalmente **um investimento formativo do humano**, seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva (SEVERINO, 2006, p. 3).

Este pensamento de Severino (2006) é pertinente porque indica uma perspectiva que orienta para uma reflexão crítica sobre os processos formativos, no sentido de verificar como tais processos têm repercutido na formação dos sujeitos envolvidos e, conseqüentemente, nas suas práticas sociais e coletivas.

De acordo com a concepção Freireana de educação popular a valorização dos saberes próprios dos sujeitos no processo de formação, sustenta uma dinâmica que pode contribuir com outras possibilidades para (re) pensar a prática social vinculada a um projeto próprio, com interesses específicos, neste caso, com os interesses populares. Essa educação tem caráter problematizador “procura a imersão das consciências da qual resulta a sua imersão crítica na realidade” (FREIRE, 1987, p. 71).

Para Vasconcelos e Brito (2006, p. 92), educação problematizadora:

É aquela capaz de fazer com que o oprimido tome consciência de sua condição e da relevância de se ter consciência disto, ou seja, da importância de ser um cidadão que sabe que já foi inconsciente (alienado) e reconhece as implicações dessa alienação. Entende-se que somente assim será possível agir criticamente e transformar a realidade em seu próprio benefício e da coletividade.

Partindo do pressuposto de que o processo formativo de caráter popular é intencionalmente vinculado a um projeto de emancipação dos sujeitos e de que nesse processo saberes estão contidos e outros emergem, constituindo-se como base para a construção deste projeto e possibilitando que os sujeitos tomem consciência da sua condição de sujeito histórico.

Nesta seção apresento os sujeitos que ensinam e aprendem nas práticas educativas da UNIPOP e a relação estabelecida entre educador e educando, processos que emergem nas práticas educativas dos processos de formação sócio-política; e, por fim, a atuação das lideranças envolvidas no curso e o seu saber-fazer na prática social.

## 5.1 SUJEITOS DO “SÓCIO POLÍTICO”: QUEM ENSINA E QUEM APRENDE NO PROCESSO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE POPULAR.

Os sujeitos que formam o coletivo de educadores e educandos (lideranças sociais) inseridos nos processos de formação sócio política da UNIPOP são pessoas que se vinculam às dinâmicas sociais locais por meio de suas inserções em movimentos populares. No caso dos educandos, eles são indicados por suas bases (ou pelas próprias organizações das quais participam) para participarem dessas formações, como forma de se apropriarem de outros saberes que possam contribuir para o desempenho do seu papel social e político na sociedade. Dessa forma, a perspectiva é de que com a formação política, esses sujeitos ampliem a construção de sua consciência crítica e desenvolvam habilidades e capacidades para o exercício da prática política e, ampliem ainda suas possibilidades de ação.

Com relação aos educadores, a UNIPOP não possui um levantamento e/ou dados sistematizados sobre o perfil desses sujeitos, contudo, informações levantadas no decorrer da pesquisa de campo, demonstraram que eles têm sido escolhidos em razão de suas participações em movimentos sociais. A formação acadêmica não é o critério básico para a escolha do educador, mas sua inserção política nesses movimentos e nas lutas por direitos humanos.

Segundo L2, esses educadores (a) tinham um diferencial:

Eram todos preparadíssimos, agora eram conhecimentos colocados a serviço de um projeto novo, conhecimentos que queriam dividir. Travava-se discussões de como os problemas poderiam ser trabalhados, uma discussão que responsabilizava a gente. Eles (educadores/as) eram pessoas preparadas, algumas formadas na academia, mas que colocavam o conhecimento a serviço de um projeto novo. Então não se ficava fechado em conceitos, mas relativizavam-se os conceitos, como é que esse conceito pode ser revisto.

Eles conduziam de uma forma participativa, que a gente assumisse responsabilidades, fossemos pontuais no horário, então avaliavam se era dessa ou daquela forma, mas o que achávamos, a avaliação era momento de crescimento.

A metodologia era dialógica, inclusive ainda é dialógica. A relação não era a mesma relação do professor-aluno da escola formal, então tu conseguias vir para esse espaço de formação, onde tu assumias um papel novo como aluno, mas também papéis novos eram colocados aos educadores (L2, 2010).

O depoimento acima infere que o educador/a da UNIPOP se caracteriza por um diferencial, que é ser um agente que contribui para a construção de um projeto de emancipação, formatado por meio da dinâmica de formação política que desenvolve, porque se propõe a repercutir na prática social das lideranças.

Trata-se de uma formação sócio-política pautada numa proposta de educação voltada para a promoção dos direitos humanos, não só porque se evidencia como um conhecimento que reconhece e valoriza o senso comum, o saber expresso na vivência, na experiência dos sujeitos, mas também porque se contrapõe ao modelo global de racionalidade científica, que de acordo com Santos (2008), é um modelo totalitário, na medida em que nega as formas de conhecimento que não se pautam nos princípios epistemológicos e nas regras metodológicas instituídas.

Essa ação educativa se concretiza na UNIPOP na forma de cursos que são realizados, inicialmente por um período de 02 anos, e atualmente com duração de um 01 ano a 06 meses. A realização dos cursos depende da demanda e/ou dos recursos disponíveis. São cobradas taxas simbólicas de inscrição, que, na prática, não são suficientes para garantir a efetivação dos cursos, estes vêm sendo realizados com apoio de projetos elaborados pela instituição, que fundamenta a busca de recursos externos com a necessidade de formar novos educadores que possam atuar nas bases como lideranças capazes de propor e intervir nas diversas situações de violação de direitos.

A coordenação da UNIPOP, ao ser questionada sobre o perfil do educador/a que coordena e conduz o curso, informou que:

Em geral o perfil dos educadores que a gente quer, primeiro é de uma pessoa que esteja sensível a causa, vamos dizer assim, uma pessoa também que tenha conteúdo, porque a gente não pode deixar de lado isso, que tenha uma experiência com esse público, que não chegue aqui e trate o público como se fosse um bando de burro, ignorante, que tenha também na sua prática pedagógica, facilidade de comunicação, de interação, de pessoas que sejam sensíveis, que entendam a proposta do curso e que somem com a gente isso, amplie essa rede de educadores que trabalham numa Universidade que tem como objetivo capacitação e formação de novos sujeitos. É um desafio no caso do trabalho com os jovens, como tem desdobramentos da ação dos jovens nos bairros, diferente do curso de formação sócio política que as pessoas vêm e a gente sabe o que tão fazendo porque acompanha um pouco, encontra em outras entidades, em outros momentos, mas nós não temos aqui essa pessoa que faça esse monitoramento esse educador pra ver a incidência política dessa formação, se as pessoas estão envolvidas nos conselhos de políticas públicas ou se estão assumindo outras funções que ajudam a melhorar a comunidade ou coisa assim, então realmente esse cuidar é um grande desafio pra nós (CD, 2009).



Esse depoimento evidencia, além do perfil desejado dos educadores/as, os desafios que a UNIPOP têm no sentido de monitorar as ações desenvolvidas, uma vez que ainda não dispunha de um sistema de avaliação e de indicadores que ajudem a instituição avaliar, de uma forma ampla, sua contribuição para a inserção política das lideranças em suas comunidades e/ou organizações de origem.

A UNIPOP anuncia uma estratégia de formação que busca subsidiar os sujeitos com conhecimentos e informações referentes à dinâmica sócio-política, capazes de possibilitarem outra leitura e interpretação da realidade, que possa se configurar num capital cultural que habilite os sujeitos a lutarem por seus direitos.

No slogan Saber é Poder a gente também discute a concepção de poder, não é quem sabe mais, aprendeu mais, por isso vai ser superior ao outro, mas de poder ser mais gente, de poder ser melhor liderança, de saber ser melhor facilitador. Tinha o slogan da Escola Sindical da CUT, que eu gostava muito que é assim: Quem luta sabe, quem sabe luta melhor. Então quanto mais informações melhor e se você consegue refletir sobre essas informações, pensar e não apenas repeti - lá você vai encontrar novas estratégias de luta (CD, 2010).

Este depoimento da coordenação da UNIPOP imprime uma percepção sobre o curso no que concerne a sua possibilidade de ser elemento importante nos processos de elaboração de estratégias no enfrentamento das dinâmicas de exclusão.

Ao questionar sobre o perfil dos educandos do curso, quem são essas lideranças que chegam a UNIPOP, quais as exigências mínimas (se é que existem) para participar do curso, percebi que existe uma preocupação anunciada com a necessidade de serem pessoas capazes de levar para base o conhecimento construído durante o curso e que é fundamental que eles se auto reconheçam como educadores, muito antes de se intitularem lideranças.

O sentido do ser educador baseia-se na perspectiva de sujeitos que aprendem e ensinam no processo formativo. Segundo a coordenação da UNIPOP:

A discussão é de que não existe uma liderança já constituída, a gente se faz liderança, ou se faz líder pela educação, pela maneira de agir, pela maneira como a gente conquista as pessoas, não aquela liderança instituída. O cara foi eleito presidente do sindicato, ele é a liderança, mas o curso não serve

só para esse cara. Eu posso ver uma pessoa que tá lá no movimento do Tapanã, que vem pra cá e começa a perceber, abrir os olhos e tá fazendo um trabalho de educação lá, então o objetivo é fazer com que essa pessoa que vem pra cá, seja ela presidente ou não, seja ela coordenador ou não, seja ela educador já instituído ou não, que ela exerça um trabalho pedagógico pro bem ou pro mal, então a gente tenta trazer essa prática que está exercida lá para que ela perceba que é uma educadora social, porque ela tá mudando atitude, ela tá sendo referencia para alguém, então a responsabilidade dela é maior, quer dizer todo mundo espera de como o presidente do sindicato se comporte, agora existe outras formas de exercer a liderança, instituída ou não, nos espaços coletivos.

Então a liderança social ela existe, mas existe pela forma como ela exerce, ela não é uma liderança a priori, o que a gente tenta trazer no curso e que ela, antes de qualquer coisa, seja um educador, que possa perceber que é uma referencia, que as pessoas confiam nela e que esse poder de líder, essa capacidade, tem algumas pessoas que nascem com algumas características, por estar a frente, por tomar iniciativas, pra serem empreendedoras, pela historia de vida e pelo biótipo de cada um você é ou não é, exerce ou não essa liderança. Então a liderança social é essa e as pessoas que tem características, que percebem as suas características e tentam colocar essas características de iniciativas, de empreendedorismo a serviço de uma causa, e nesse processo elas vão ajudando outras pessoas a se educarem, quer dizer elas vão quebrando esse paradigma de que o líder é aquele que manda mais, aquele que facilita.

Os alunos do curso de formação sócio política não são pessoas que precisam estar a frente de algum processo organizativo, não precisa ser o presidente, mas alguém que está inserido em qualquer processo de organização, de mobilização, movimento, associação, grupo cultural, que já tá num processo coletivo, não necessariamente no comando desse processo (CD, 2010).

As lideranças ou educandos do curso de formação sócio-política são, portanto, sujeitos sociais, educadores sociais, que na vivência coletiva exercitam novas práticas e buscam aprimorar e ressignificar os saberes construídos durante suas trajetórias à frente ou na retaguarda das lutas travadas por novas conquistas.

Não precisa também ser formado, ter escolaridade. Nós já tivemos de alunos pós – graduado a analfabeto, o importante é que a pessoa tenha uma prática, que esteja inserida numa prática social, em algum movimento alguma ação coletiva, e que mesmo sem ter habilidades da escrita e leitura oficial, ela tem uma leitura de mundo, essa leitura de mundo tem que ser valorizada e intercambiada com outras leituras e começar a estimular com que ele também vá adquirir essa ferramenta, esse instrumento de leitura, de escrita, de fonema, de coisas que ele possa ampliar e ser autônomo, porque ele não precisa ficar dependente sempre de alguém, que infelizmente a gente vive numa sociedade extremamente letrada, então aquele que não tem o domínio dessas ferramentas acaba sendo, as vezes, lesado, passado pra trás ou alguma coisa assim. Então ele precisa além da cultura oral, de ter a compreensão de outras formas da realidade. As mulheres pescadoras lá do Baixo Amazonas elas surpreendiam a gente com as intervenções e diziam: tudo bem gente, agora nós estamos discutindo isso aqui, mas o peixe tá vindo assim, nós estamos perdendo isso, o quilo dá dando prejuízo e etc... Então veja, não existe prática sem teoria e não existe teoria sem

prática, a teoria tem que estar a serviço da prática, ela tem que ser resultado da problematização da prática e a gente vai transformando isso no que tem de fazer essa dialética de teoria e prática. (CD, 2010).

O que se percebe é que o curso vai privilegiar os saberes dos sujeitos, (re) configurando a relação teoria e prática, uma vez que, ao valorizar o vivido, a experiência, dá a eles vez e voz, amplia o horizonte daqueles que, por vezes, se consideram menores justamente por não terem tido acesso a educação formal, que é reconhecida como válida em detrimento do saber da experiência.

A relação de troca de experiência, a metodologia, o trabalhar o meu processo de liderança, reconhecer as minhas limitações, reconhecer que é necessário dar espaço para os outros, reconhecer que é necessário envolver outras pessoas para respirar melhor, trazer oxigênio para o grupo, reconhecer que é necessário aprender com as experiências dos outros, a relação de troca é fundamental. Esses elementos foram muito significativos pra mim (L4, 2010).

Esse depoimento revela que no processo de formação da UNIPOP o saber da experiência demarca o espaço dos sujeitos na relação ensino-aprendizagem, não existe aqui um que ensina e outro que aprende, existem pessoas que convivem e se revelam a partir do vivido.

O saber de experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) (LARROSA, 2002, p. 27).

Larrosa (2002) situa o debate sobre o saber da experiência de forma que se possa compreendê-lo numa dimensão singular e, ao mesmo tempo, plural, pois é manifestação humana e subjetiva e, sobretudo, manifestação cultural e coletiva.

Charlot (2000, p. 61) corrobora com Larrosa ao afirmar que “A ideia de saber implica a de sujeito, de atividade do sujeito, de relação do sujeito com ele mesmo,

de relação desse sujeito com os outros, que co-constroem, controlam, validam, partilham esse saber”.

Ao vincular esse debate ao campo das lutas políticas dos movimentos sociais, daqueles que buscam a emancipação dos setores populares, um aspecto importante ganha espaço: a formação política, compreendida em sua dimensão geradora de ideias e inquietações, que só são possíveis de emergir quando os saberes que circundam o processo formativo são valorizados. Essa formação política é, portanto, intencional, e os saberes que dela brotam orientam e ordenam as ações dos sujeitos envolvidos.

O curso consistia em ajudar, facilitar, para que as lideranças dos Movimentos Sociais entendessem o contexto e pudessem analisá-lo em sua dimensão social, político e cultural, no vivenciado naquele momento pelos alunos do curso (década de 80), a partir da realidade que esses alunos estavam vivenciando, ou seja, a partir das lutas sociais que essas lideranças estavam desenvolvendo. Então, sempre a UNIPOP partiu do cotidiano da luta das pessoas, do fazer político das pessoas que estavam participando, e a partir desse fazer político ia aprofundando, dialogando com a forma como está estruturada, organizada a sociedade, discutia então a questão da formação das classes sociais, do sistema capitalista, da perspectiva socialista, da história e também buscava um pouco contextualizar a trajetória dos Movimentos Sociais no Brasil, buscando desde a década de 60, contextualizando a historicamente, se bem que naquela época, na década de 80 era muito forte o Movimento Social mais urbano, hoje tem uma diversidade de movimentos, de mulheres, homossexuais, movimento negro, quilombolas, juventude, mas na época, no início do curso, era um movimento muito urbano, voltado para questões da luta da moradia, da luta pela gestão democrática das políticas sociais, das políticas públicas, transporte, educação então o curso era voltado para analisar a estruturação social (L1, 2010).

As contribuições de L1, liderança que realizou o curso em sua primeira versão (década de 1980), reafirmam a intenção da UNIPOP em valorizar os sujeitos envolvidos a partir de suas práticas. Situava-se o contexto vivido, não só por meio das teorias, dos conhecimentos acadêmicos, mas, sobretudo da experiência, da visão política impressa nas falas e nas práticas das lideranças e dos educadores (as) envolvidas.

Todas as experiências que eu tive na UNIPOP foram muito boas. O curso foi um divisor de águas, no sentido de ampliar mais meu olhar para o movimento social, para a causa, até então eu era muito mais do bairro, do meu núcleo de base, mas quando a gente sai e conhece a UNIPOP, as

educadoras, eu conheci a Stella, a Aldalice, a Ana Sgrote, essas são para mim muito importantes. Tive várias referências.

Quando eu vivenciei a prática do curso de formação sócio político e ambiental da UNIPOP, na condição de educadora, com a Stella, demos uma cara diferente para o curso, ela repaginou o curso, pelos depoimentos e pelo que eu vivi com ela percebi isso. Por que antes era teoria, tudo era estudado, então a liderança tinha que ter isso, e a Stella veio para dar outra cara para o curso que era o laboratorial, vivencial, as práticas das relações interpessoais, de olhar essa liderança como ser humano, que tem uma família, dificuldades, de uma forma mais maleável, mole. Olhar essa liderança, que tem todos esses aspectos emocionais, familiares que fazem parte e inclusive que interferem na sua militância. Eu acho que a Stella imprimiu nesse período, no curso essa metodologia que era vivencial, voltada para o ser humano, o eu e o aluno passávamos a entender que éramos importantes nessa roda do movimento. Essa metodologia vivencial agregava tudo, a questão da teoria, do ser humano, das relações interpessoais, do amor, da fraternidade, da Justiça social do dia a dia. (ED1, 2009).

O depoimento dessa educadora expressa que também aprendeu e aprende no processo de formação e que cresce politicamente com isso, sua prática modifica-se, se insere nos movimentos e se reconhece nos mesmos. A troca pela experiência com as lideranças e as outras educadoras é para ED1 marca importante do vivido no curso.

Essa perspectiva de educação em que ambos ensinam e aprendem é defendida por Freire (1987, p.68), para quem “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”.

De acordo com Vasconcelos e Brito (2006) a relação dialógica de saberes é capaz de estabelecer uma ponte entre o ensinar e o aprender, ponte esta erguida sobre as bases do pensamento crítico do educador que não anula a capacidade de pensar criticamente do educando.

Para Freire (2000) o ato de educar se enriquece quando não há freios no pensamento crítico do educando, quando se permite estabelecer relações entre o saber e o fazer. Para L3 o sentido da formação sócio política era de conexão permanente entre teoria e prática. Segundo essa liderança o curso:

Trouxe muita informação histórica e teórica para contextualizar com a realidade local, nacional e até internacional, contextualizando com a luta. No curso da UNIPOP e durante toda a minha participação no Movimento Social, eu passei a entender a história do país com mais facilidade, até o

que isso tem haver com a nossa realidade política, social, econômica, cultural, vi que tudo isso está linkado, o curso trabalha tudo interligado. Conhecimentos da realidade contextualizados com a minha prática no Movimento Social, na realidade (L3, 2009).

Essas reflexões nos permitem ler a realidade do ato educativo de forma a compreendê-la em sua dinâmica e contribuições efetivas para os sujeitos envolvidos, no caso do curso de formação sócio política, educadores e educandos se revezam nos papéis de quem aprende e de quem ensina. Ao fazer as conexões entre a dimensão teórica e a realidade social os sujeitos do curso, os seus depoimentos indicam que percebem a dimensão política da educação.

Para Gohn (2005c), esse tipo de educação envolve aprendizagem política dos direitos dos cidadãos, gera consciência para compreensão de seus interesses e do meio social onde vivem, e, gera, sobretudo, participação, pois vislumbra práticas coletivas e organização comunitária. Para além do conteúdo, neste tipo de educação, temos forças sociais organizadas, pois existe uma intencionalidade dos sujeitos em criar e alcançar certos objetivos, que por sua vez tem caráter coletivo.

Esse caráter coletivo se revela no depoimento de L1 quando declara que,

O curso consiste em ajudar, em facilitar para que as lideranças dos Movimentos Sociais entendam e possam analisar o contexto sócio, político e cultural vivenciado a partir da realidade que esses alunos vivenciam, ou seja, a partir das lutas sociais que essas lideranças estavam desenvolvendo. A UNIPOP parte do cotidiano, da luta das pessoas, do fazer político das pessoas que estavam participando do curso, e a partir desse fazer político ia aprofundando, dialogando com a forma como está estruturada e organizada a sociedade. Discutia então a questão da formação das classes sociais, do sistema capitalista da perspectiva socialista, da história e também buscava um pouco contextualizar a trajetória dos Movimentos Sociais no Brasil, buscando desde a década de 60, 70 e 80 contextualizando a história do Movimento Social, se bem que naquela época, na década de 80, era muito forte os Movimentos Sociais mais urbanos, hoje tem uma diversidade de movimentos de mulheres, homossexuais, movimento negro, quilombolas, juventude, mas na época do início do curso era um movimento muito urbano, voltado para questões da luta da moradia, da luta pela gestão democrática das políticas sociais, das políticas públicas, transporte, educação, então o curso era voltado para analisar a estruturação social (L1, 2009)

L1, hoje liderança vinculada à assessoria comunitária e a uma organização social, expressa a relevância da Universidade Popular no fortalecimento da atuação

coletiva, atuação esta que se concretiza a medida que os sujeitos envolvidos têm consciência do papel que desempenham, para isso a formação é fundamental.

## 5.2 LIDERANÇAS SOCIAIS: O SABER-FAZER NA PRÁTICA SOCIAL.

A educação que existe na lógica e nas armadilhas das agências do poder arbitrário, existe de muitos modos na consciência e na prática das pessoas. Se ela existe dentro dos aparelhos pedagógicos da opressão, pode existir também no trabalho pedagógico de quem imagina a realidade de um outro mundo social e crê que a educação é um instrumento a mais necessário no trabalho político de construção desse mundo (BRANDÃO, 1985, p. 15).

Brandão, em suas obras sobre educação, nos fala sobre as possibilidades de reinvenção do ato de educar, dando a este ato o verdadeiro tom político. Questiona por vezes o papel do educador no processo de formação, intimando-o a definição de que projeto servir, para não ser servo do opressor por meio da educação. Chama, portanto, a atenção deste educador para a necessidade de definir o rumo a seguir, não se deixando enganar sobre o comando do ato de educar: “Pensando que embarca no barco para dirigir o leme ou sentar-se na mesa com quem traça a rota, o educador apenas rema ou sopra as velas” (BRANDÃO, 1985, p. 17).

Ao construir um projeto de Universidade Popular, os idealizadores da UNIPOP presumiam a necessidade de conduzir o ato de formação política de forma que se garantisse ampla participação de todos que almejavam um novo projeto de sociedade, incluía-se educadores e educandos. De acordo com depoimento da coordenação da UNIPOP: “a participação de todos e todas na construção do projeto de formação política é e sempre foi fundamental. Quem participa compromete-se”.

A dimensão participação política se fortalece quando a prática social é manifestação democrática dos sujeitos, quando estes questionam as verdades absolutas pondo em cheque o poder estabelecido.

Gadotti (2003) ao discutir a educação numa perspectiva emancipadora afirma que, contra a tendência dominante, caminha e se forma uma tendência popular inspirada numa concepção dialética de educação, onde o povo, na luta pela sua

sobrevivência, tem gerado um saber que não é um saber burocrático, batizado pelos exames, mas testado diariamente pelas suas próprias condições de vida.

Freire (1996, p. 112), corrobora com essa concepção ao afirmar que “se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode”, e apresenta com isso a relevância do processo de formação para construção das mudanças necessárias, para o saber-fazer.

O par dialético saber-fazer ganha substância na proposta de educação libertadora e prática política defendida por Freire (1999), tendo em vista que essa interrelação é capaz de produzir conhecimentos em articulação com o contexto sócio político, econômico e cultural permitindo uma intervenção na realidade.

O depoimento de L2, liderança que fez o curso na década de 1990, evidencia essa interrelação entre saber-fazer quando analisa sua trajetória no movimento popular e se percebe fortalecido em sua atuação a partir do curso, segundo ele:

Na década de 90 eu participei do curso de formação sócio política da UNIPOP e estava vinculado ao Movimento de Emaús, que foi a minha grande escola. Antes do Emaús eu participei do Movimento de Igreja, era do grupo de jovens da Igreja de São Sebastião, fui do Movimento Negro, atuei firmemente no Centro Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), e foi onde eu tive consciência de me assumir como negro, eu passo a assumir o meu cabelo, a minha pele, não tenho raiva de branco, mas passo a me assumir. Por meio do Movimento de Emaús participei também da criação da Constituição de 88, fui o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, participei também do Conselho Municipal e algumas vezes do fórum estadual de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Minha participação ganhou em qualidade quando comecei a discutir politicamente as questões no curso. Percebi que nosso papel no movimento popular não é só sacudir bandeira, que precisamos ter pessoas preparadas, qualificadas, que tenham condições de gerenciar processos, de encaminhar processos, para mim a UNIPOP surge com essa garantia, eu não posso deixar de dizer que a minha leitura, o ato de ler, eu adquiro na UNIPOP, eu passo a entender que se eu não leio, não me informo, eu não vou ter condições de participar. Então pra mim a UNIPOP surge como um instrumento de qualificação da participação e contribuiu para eu ter uma leitura crítica da realidade (L2, 2009)

L2 revela que sua trajetória política, seu fazer político, incorpora novas dimensões quando articula o saber-fazer no curso de formação, feito possível pela forma como se trabalhava a leitura de mundo e como se construía as estratégias de intervenção. L2 é hoje professor no ensino superior e está um pouco afastado dos debates e diálogos políticos que antes faziam parte de sua dinâmica de vida.



Contudo, declara que sua prática hoje como educador, seu fazer pedagógico, só é possível da forma como é conduzido, por sua participação no curso da UNIPOP. Segundo L2 (2009):

Eu exercito o que aprendi na UNIPOP. Eu jamais teria condições de estar na sala de aula como dono do espaço, eu tenho responsabilidades, mas como os alunos também têm. Eu não trago conhecimentos prontos para sala de aula, eu me sinto como um facilitador, eu faço a pesquisa, eu estudo, eu trago para sala de aula, mas eu responsabilizo os alunos também nesse trazer. Então a sala de aula é espaço de construção de saberes, não é construir formas únicas, mas compartilhada. Eu ensino o que eu aprendi na UNIPOP. Quando eu venho para academia venho atrás de um título para legitimar minha prática, a sociedade me exigiu isso, parecia que sem título eu não era alguém, então o curso superior, a pós-graduação me abrem essas portas. Porém, não esqueço minhas origens e a base de uma educação diferente, dialógica. E passo a usar isso na sala de aula, agora como professor.

A exigência do diploma, do conhecimento acadêmico que legitime a prática, desafia L2, mas não o afasta do sentido democrático e dialógico do ato de ensinar e aprender. Seu fazer incorpora saberes, e vice-versa.

Pode-se dizer que o saber-fazer da UNIPOP expressa o esforço de um trabalho coletivo, onde potencialidades e subjetividades são valorizadas. Os saberes que emergem no curso de formação ampliam as possibilidades de intervenção dos sujeitos envolvidos e seus fazeres ganham novos sentidos e significados, que somam-se ao vivido ressignificando a prática.

Para L4, liderança que cursou em 2004 o formação sócio política, o curso precisa ganhar um novo sentido se de fato quiser interferir no cenário sócio político, uma vez que percebe um envelhecimento de lideranças e um trabalho centrado em dimensões que não despertam organização política. Para L4 não se incentivava a participação política da forma como deveria ser feito, o espaço possibilitava debate, mas não se avançava para ações concretas, para um fazer.

Naquele momento (2004) não se incentivava a participação em espaços estratégicos, de discussão política, como os conselhos e fóruns, se ressaltava a importância desses, porém não se avançava para a prática. Trabalhava muito o “tu” enquanto indivíduo, tu enquanto liderança do teu grupo. Agora te envolver para participação em alguns espaços políticos acho que não teve. Não tinha incentivo para discutir política pública, tinha falas para atentar para o direito a educação, as políticas. Talvez existisse a

necessidade de a formação sócio político ter um segundo módulo, ou nível, seria um estímulo a participação em espaços estratégicos, de avaliar como foi o fortalecimento do grupo de base a partir da minha participação no curso (L4, 2009).

L2 chama atenção para necessidade de repensar o curso em sua estrutura, se a ideia era garantir formação sócio política isso só faria sentido se garantisse mudanças nas estruturas de poder, se a relação saber-fazer, enquanto par dialético, fosse garantida. L4 apresenta um olhar sobre o curso que revela sua fragilidade na perspectiva da intervenção. Contudo, afirma que o curso fazia sentido se o objetivo de quem se habilitava a participar era discutir temáticas voltadas aos direitos humanos e repensar sua prática como liderança. Para L4 (2009) o mais significativo no curso foi:

Poder discutir temas relevantes foi fundamental para mim, poder falar do papel das lideranças nas bases, da cristalização do poder, do envelhecimento das pessoas e das ideias, do medo de perder o poder, foi fundamental. Isso me inquietou. Porém, não se discutia e nem se pensava a intervenção considerando os problemas que as lideranças ali viviam nas bases, não voltávamos para a realidade com bagagem para intervir, com um plano de ação.

Ao buscar compreender os problemas emergentes na práxis social e nos colocarmos na condição de sujeitos que produzem e reproduzem esse contexto, percebemos que é importante pensar a intervenção tendo por base o saber que emerge nessa práxis. Segundo Fleuri (2002, p. 146)

Na óptica do saber popular, todavia, o conhecimento é produzido na relação entre diversos agentes sociais ao enfrentar problemas e desafios comuns. Nesta relação, em que os agentes se reconhecem como parceiros autônomos e comprometidos mutuamente, a troca de saberes é feita com o intuito de construir interesses comuns, a partir e em função das necessidades e condições de cada um.

O saber científico assume, nesse contexto da educação popular o papel de subsidiar a intervenção numa relação de reciprocidade com o saber popular. A UNIPPOP ao propor o curso de formação anuncia reconhecer a necessidade dessa

reciprocidade, onde a produção e troca de saberes estariam em função de um projeto de sociedade. Contudo, a dinâmica do curso, os sujeitos envolvidos e a realidade vivida demonstram que alguns passos precisam ser dados no sentido de efetivar um saber-fazer mais autônomo e mediatizado pela busca coletiva em compreender e intervir na práxis social.

O curso não pode ser apenas um espaço de formação individual, mas um espaço de formação coletiva, promotor de novas subjetividades, de interesses comuns que ressoem na realidade vivida por cada uma das lideranças, educadores e educandos.

Nesse contexto emergem as contradições do processo de formação sócio política. Se pauta temas relevantes, contudo a volta da liderança para sua base é de forma solitária, isolada. Quem fica na comunidade espera de quem volta do curso mudanças que só sozinho este não poderá fazer e a ideia de se reproduzir o curso na base não se efetivará se as condições mínimas não forem oferecidas a este educador que retorna a sua dinâmica. Evidencia-se a necessidade de se pensar ações estratégicas para essa volta a realidade, fazendo com que a liderança volte alimentada e munida de condições que favoreça processos de intervenção de forma articulada com sua base.

## 6 CONCLUSÃO



Figura 5: Curso Formação Sócio Política – 2010  
Fonte: Arquivo da UNIPPOP/2010.

Me parece que o primeiro aspecto a sublinhar é de que a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc. Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno exclusivamente humano (FREIRE, 2001, p. 65).

A conclusão de uma pesquisa representa uma necessidade no processo de produção de conhecimentos. Na processualidade é o momento e a oportunidade que o pesquisador tem de, no movimento, fazer a síntese do saber apreendido e revelado nos seus achados por meio do confronto dialético entre o anunciado no início do trabalho, que, neste caso, consiste na compreensão da contribuição da educação popular como referencial às práticas de formação sócio-política de lideranças sociais, que incorpora um diálogo com outros estudos e pesquisas que se propõem a aprofundar o tema e a problematização de processos educativos voltados para a formação sócio-política de lideranças que atuam em movimentos sociais.

Nesta pesquisa, o compromisso assumido foi de estudar a prática educativa dos cursos de formação sócio-política da Universidade Popular, e se ela contribui (ou não) para o fortalecimento da dinâmica organizativa e atuação sócio-política do coletivo de lideranças sociais egressas desses cursos. Ao dar significância às práticas sociais como práticas educativas reafirmo a concepção de que a organização coletiva é produto histórico-social e, portanto, prática sócio-cultural que se expressa no cotidiano sócio-político dos sujeitos.

A análise da interação práticas sociais / práticas educativas mostra o curso de formação sócio-política da UNIPOP como espaço pedagógico que tem contribuído para o fortalecimento da atuação de lideranças sociais, na medida em que as lideranças e os educadores revelam o quanto cresceram pessoalmente e politicamente a partir do curso, tendo suas práticas resignificadas em muitos aspectos. A prática educativa presente nos cursos de formação ganha relevância porque considera as experiências vividas e tecidas pelas lideranças no contexto das relações sociais, portanto, dão sentido ao seu saber-fazer.

A compreensão e análise dos resultados da pesquisa mostraram que a dinamização de práticas educativas na afirmação dos sujeitos e de suas práticas sociais está para além do campo do ensino formal. As práticas sociais, os modos de vida, as estratégias de organização e mobilização das lideranças sociais e de suas entidades, são também espaços de aprendizados e de formação. As falas dos sujeitos nessa pesquisa revelaram que existe uma consciência desses (educadores e educandos) acerca da importância da formação sócio-política com vista aos seus processos de confronto e/ou intervenção na realidade. Eles têm clareza de que é

necessária a organização política no enfrentamento das disputas presentes na sociedade e de que a formação é necessária porque, quase sempre, é formatada como produto de aprendizagens e vivência humana. Portanto, são processos sociais desenvolvidos na formação sócio-política que tem no saber da experiência, sua maior representação.

As experiências contidas nos relatos dos sujeitos da pesquisa e nos materiais produzidos durante os cursos descrevem os processos de formação e as práticas educativas neles inseridos. Trata-se de saberes e fazeres das experiências construídas em suas relações sociais, políticas e econômicas, que ganham vez e voz frente a uma metodologia de base popular que dialoga com a realidade.

A concepção, a metodologia e a interação da educação popular com os movimentos populares permitem fazer uma ponte entre os sujeitos que se encontram no confronto diário com as várias manifestações de opressão presentes em nossa sociedade e seus saberes desenvolvidos durante esse percurso: saber-político, saber-ouvir, saber-fazer, saber-ser, saber-falar, saber dos direitos e deveres. Saberes esses que ganham significância e sentido durante os processos de formação sócio-política da UNIPOP.

Ao me propor evidenciar os fundamentos que orientam as práticas educativas da UNIPOP e se contribuem com os processos organizativos e modos de agir coletivo das lideranças sociais, parto do princípio de que a prática educativa configura-se como elemento fundamental na tessitura de relações baseadas na alteridade, na radicalidade ética e na centralidade humana e de que os movimentos sociais, ao investirem nessas práticas, produzem saberes que podem estar a serviço dessas relações.

Partindo desses princípios, do trabalho de campo e dos fundamentos teóricos tomados como referências, algumas constatações foram reveladas, destaco as seguintes:

Os referenciais teórico-filosóficos e metodológicos que orientam as práticas educativas da UNIPOP consubstanciados nos fundamentos da educação popular, principalmente, tem permitido trabalhar nos processos de formação aspectos como participação, organização social e política, isso observei analisando os discursos dos

sujeitos e o projeto pedagógico dos cursos. Esses fundamentos voltam-se para a busca do fortalecimento da atuação de representantes da sociedade civil, no caso analisado, as lideranças sociais, na defesa e garantia de direitos humanos. O sentido da formação ganha concretude à medida que os sujeitos a vinculam com situações concretas vivenciadas na prática social. O saber da experiência e a mobilização para resistência são valorizados; valorização que se dá por meio dos fóruns e conselhos nos quais a sociedade civil exercita seu papel de proposição e controle das políticas públicas. Sendo assim, a formação não se faz apenas nos grupos de estudo ou nos módulos do curso, mas, sobretudo, nas audiências e reuniões, onde Estado e sociedade debatem papéis e responsabilidades.

Os resultados mostram que esse tipo de formação é capaz de contribuir para o desenvolvimento da organização social e participação política das lideranças sociais, pois permite uma leitura crítica da sociedade e coloca os sujeitos na condição de protagonista.

Os significados e sentidos que os participantes dos cursos de formação sócio-política da UNIPOP dão para os processos de ensinar, aprender e produzir saberes a partir das práticas educativas promovidas são evidenciados à medida que esses avaliam a efetividade do curso para sua trajetória política, social, acadêmica e pessoal. Os educadores e educandos revelam que aprenderam a participar, a ouvir, a fazer e a ser a partir do curso. Enfatizam a dimensão dialógica do processo de formação e a importância dos debates que além de outras temáticas, dão conta da dinâmica conjuntural, principalmente na dimensão política, econômica e social.

E mais, os resultados mostraram que os fundamentos da educação popular são observados nesse processo, a relação entre saberes ganha destaque, porque educadores e educandos revelaram o quanto aprendem uns com os outros. Nessa relação, o saber da experiência, do cotidiano, não se subordina ao saber acadêmico, científico.

Considerando esses aspectos em destaque reafirmo a importância dos processos de formação desenvolvidos por organizações sociais que se propõem a discutir e transformar cenários, a Amazônia em especial, tem protagonizado eventos e mobilizações que demonstram seu nível de organização e resistência frente às políticas excludentes que imperam na região. A articulação que a UNIPOP vem

buscando construir e fortalecer na região, por meio das participações em fóruns, conselhos e redes, demarca sua preocupação para esse olhar global e com a qualificação dessa participação.

Acredito que os resultados da pesquisa também servem como indicativo do que pode melhorar nesse processo, pois apesar das grandes conquistas e dos resultados positivos dos processos de formação, é necessário investir cada vez mais na formação de novas lideranças, que oxigenem a luta e (re) apresente novas demandas e novos saberes. A fala de alguns sujeitos da pesquisa deixa claro essa necessidade e indica ser possível contagiar outras com os ideais de uma sociedade justa e igualitária.

Outro destaque a ser dado nesse sentido é do cuidado necessário para que os fundamentos teóricos, filosóficos e metodológicos dos processos formativos não percam sua concepção original, baseada nos princípios da educação popular freireana e do materialismo histórico-dialético. O discurso dos educadores e lideranças entrevistados na pesquisa anunciaram uma preocupação nesse sentido, uma vez que em algumas experiências a atenção necessária para com as lideranças que não tinham desenvolvido habilidades de escrita e leitura deixaram a desejar, ou seja, poderiam ser trabalhadas de forma alternativa, valorizando-se outras habilidades. Apesar de o fato aparecer em um único depoimento precisa ser considerado pelo tipo de questão que apresenta. Além disso, o curso precisa garantir o debate sobre as contradições estruturais que envolvem o cenário político, econômico, cultural e social na atualidade. As questões que envolvem gestão e lideranças nas organizações têm sua relevância e devem ser pautadas no curso, contudo, não podem ofuscar o debate sobre as questões macro que envolvem a realidade.

Uma questão que também merece destaque diz respeito as estratégias da UNIPOP para dimensionar os impactos de suas práticas educativas sobre a realidade. A UNIPOP se propõe a fazer formação buscando subsidiar ações que modifiquem cenários econômicos, políticos e sociais, contudo, não tem conseguido desenvolver um processo de acompanhamento ou avaliação de suas ações na sociedade. Oferta-se o curso, constrói-se uma proposta teórico-metodológica, se mobiliza educadores e lideranças, contudo não se tem noção de como toda essa



mobilização repercute na prática dos sujeitos envolvidos. Os resultados dessa pesquisa trazem algumas pistas neste sentido.

O processo de mudança exige que os sujeitos avaliem suas práticas, reconheçam suas fragilidades e se desafiem a buscar alternativas necessárias. A pesquisa revelou que esse movimento vem ocorrendo na UNIPOP, no que diz respeito à condução dos cursos de formação, muita coisa mudou desde sua primeira versão na década de 1980. Novos temas, novas forma de inserção das lideranças, novos educadores, nova dinâmica, tudo considerando a conjuntura vivida e a necessidade dos sujeitos envolvidos.

Esse processo de mudança demarca uma opção político-pedagógica que busca valorizar os sujeitos em suas demandas e em seus saberes. O curso ganhou novos contornos, contudo não perdeu sua essência, continua baseando suas práticas nos preceitos da educação popular. Contudo, é preciso reconhecer que as práticas educativas têm caráter complexo e dinâmico, porque incorporam saberes, técnicas e experiências, identificam os sujeitos, e buscam orientar a organização de suas normas e modo de ser e ver o mundo.

É válido reafirmar que a relevância de uma pesquisa está situada em seus achados e em suas possibilidades de abrir espaços para novos estudos e aprofundamentos sobre o tema. Nesse caso específico questões como: Qual o papel assumido pelas lideranças que realizam o curso e como tem repercutido em suas bases? Tem-se alcançado, por meio do curso, lideranças que efetivamente atuam em processos de mudanças sociais e como educadores em suas comunidades? A dinâmica do curso de formação sócio-política pode ser intensificada e se aproximar cada vez mais das comunidades que vem se organizando em defesa de seus direitos? Os preceitos da educação popular e sua dimensão organização política podem ser a base de processos formativos em ambientes de natureza formal?

Estas são algumas das questões que ecoam a partir da pesquisa e abrem possibilidades de novos achados. Muito se tem produzido acerca da educação popular, mas pouco se fala acerca dos processos de formação sócio-política e de sua relevância quanto a busca por novas relações e novas práticas.

A ideia inicial desse estudo era articular o debate sobre prática educativa e formação sócio-política, pautando-se na concepção freireana de educação popular. O sentimento ao final do estudo é de tarefa cumprida e novos horizontes abertos. O desejo maior é de que sirva como contribuição para os educadores e educandos da UNIPOP no sentido de refletir sobre a prática a partir do olhar de alguém que acredita que as mudanças se constroem na ação coletiva e reflexiva.

## PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO



Figura 6: Cadernos e Revistas UNIPOP.

Fonte: Pesquisa de campo/ 2010.

A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e revela a inteligência do mundo que vem do cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo (FREIRE, 1977).

## REFERÊNCIAS

- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e complexidade:** desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares. In: FLEURI, R.(org). Educação intercultural: Mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo.** Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, maio/ago. 2007 157 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em 27.08.2010.
- BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX.** *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol. 27, no. 97.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo.** Petrópolis: Vozes, 2007. Tradução: Guilherme Teixeira.
- \_\_\_\_\_. **Os Usos Sociais da Ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O que é educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Lutar com a palavra:** escritos sobre o trabalho do educador. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso.** 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2004.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brand de. **Gestão social, educação e participação: ONG tendências e necessidades.** São Paulo: CENPEC/UNICEF, 1997.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão de e CASTRO, Marcus Faro de. **Globalização e transformações políticas recentes no Brasil:** os anos de 1990. Curitiba: Revista de Sociologia Política, 18, p. 109-129, jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n18/10705.pdf> acesso: 08.09.10.
- CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais.** Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Papers do NAEA, n°. 92, 1998.
- \_\_\_\_\_. e MARIN, Rosa E. A. **Amazônias em Tempo de Transição.** Belém: UFPA/ARNI, 1989.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos Humanos**: questões pedagógicas. Texto de circulação restrita. 2008.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CICONELLO, Alexandre. **Ongs no Brasil: Perfil das associadas à Abong**. São Paulo: Abong, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 2002.

FALKEMBACH, Elza M. F. **Sistematização em Educação Popular**: uma história, um debate. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3316--Int.pdf>. Acesso: 15/01/2009.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Popular e Escola**. Entrevista In: Revista Rastros de uma caminhada, Florianópolis, UFSC, junho de 1997.

\_\_\_\_\_. **A questão do conhecimento na educação popular**. Ijuí, RS: Unijuí, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: edições Loyola, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8ª. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Tolerância**. Ana Maria Freire (Org). São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. Ana Maria Freire (Org). São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou Comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2003.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Revista Pesquisa & Debate. Volume 13, Nº 1, P. 30-45. 200. Disponível em:  
[Http://www4.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(21\)Adilson\\_Marcos.Pdf](http://www4.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(21)Adilson_Marcos.Pdf).  
Acesso em 08.09.10.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org). **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2005c.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lurdes Pinto (Orgs.). **Educação e movimentos sociais**: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação. Campinas: Autores Associados, nº 19. p. 20-28. Jan./Abr. 2002.

LEITÃO, Cleide Figueiredo. **Buscando caminhos nos processos de formação/ autoformação**. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, nº 27, set/out/nov/dez, 2004.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Cartografias de saberes subjacentes às práticas educativas cotidianas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na Amazônia Paraense**. 245f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEPA. Belém, 2007.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do livro, 2009.

LUDKE, Menga e ANDRE, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena B. Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **A questão judaica**. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Racionalidade Clássica: a filosofia como ciência**. Belém: PPGED-UEPA, 2008 (mimeo).

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de **Subjetividade: referência epistemológica do pensamento moderno**. Belém: CCSE-UEPA, 2005 (mimeo).

\_\_\_\_\_. (Org.) **Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. Belém: Graphitte, 2004.

\_\_\_\_\_. **Racionalidade científica moderna e pós-moderna**. In: Saberes, imaginários e representações na construção do saber-fazer educativo de professores de educação especial. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: PPGE-PPGEC-PUC/SP, 2002.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. **Análise de Conjuntura I**. Brasília: CNBB, 2001 Disponível em REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 18: 109-129 JUN. 2002b. Acesso em 08.09.10.

PEREIRA, Silvia Maria Pinheiro Bonini **A análise do discurso e o falante despretenso**. (UNIRIO,UNESA). 2009. In [http://www.filologia.org.br/iisinefil/textos\\_completos/a\\_analise\\_do\\_discurso\\_e\\_o\\_falante\\_SILVIA.pdf](http://www.filologia.org.br/iisinefil/textos_completos/a_analise_do_discurso_e_o_falante_SILVIA.pdf).

SACAVINO, Suzana; CANDAU, Vera Maria. **Educação em Direitos humanos no Brasil: idéias-força e perspectivas de futuro**. Texto de circulação restrita. 2008.

SACAVINO, Suzana Beatriz. **Educação em Direitos humanos na América Latina**. Petropolis, RJ: DP et Alii, 2009..

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. Porto: Afrontamento. 2008.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Por uma concepção Multicultural de Direitos humanos**. Lua Nova, 1997.

SERAFIM, Lizandra e MORONI, José. **Sociedade civil e novas institucionalidades democráticas na América Latina: Dilemas e perspectivas/organizadores**. São Paulo: Instituto Pólis e INESC, 2009. 288p.

SEVERINO, Joaquim Antonio. **A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação**. São Paulo: USP, 2006. Educ. Pesqui. v.32, n.3.

SCHEIN, Edgar H. **Psicologia Organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda, 1982.

SILVA, Carmem. **As práticas de educação popular na redemocratização do Brasil: avanços e limites**. Belém: Unipop – Equip/Ma, 2003.

SILVA, Maria das Graças da Silva. **Ribeirinhos Amazônidas: saberes, biodiversidade e modos de vida**. In Anais do II seminário do PPGED – Mestrado em Educação – Belém/Pará: UEPA: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Centro de Ciências Sociais e Educação – 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIPOPOP. **Plano de Trabalho**. Belém/PA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório Trienal: 2003 – 2005**. Belém/PA, 2005

\_\_\_\_\_. **Educação popular: uma experiência de formação em gestão social**. Caderno de educação popular nº 16. 2004.

\_\_\_\_\_. **Estatuto e princípios metodológicos**. Belém,/Pará: 1994



VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho e BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de educação em Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

WEYH, Cênio Back . **Faces (novas) da educação popular no contexto brasileiro atual**: a construção do poder popular pela participação– UNISINOS. GT: Educação Popular / n.06. CAPES. 2005.

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação popular e emancipação social**: Convergências nas propostas de Freire e Habermas. UNISINOS. GT: Educação Popular n.06. [www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/06tjajiz.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/06tjajiz.pdf) – acesso em 20.09.09

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - Instrumental das Entrevistas Semi-estruturadas  
(Lideranças sociais – educand@s)**

**Educação Popular e Formação Sócio-Política:** Fundamentos e contribuições de práticas educativas da Universidade Popular (UNIPOP) para a formação de lideranças sociais

**1-Identificação**

- a) Nome: \_\_\_\_\_  
 b) Idade: \_\_\_\_\_  
 c) Sexo: \_\_\_\_\_  
 d) Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 e) Escolaridade: \_\_\_\_\_

**I- Movimentos Sociais:**

- 1) Qual a importância do envolvimento nos movimentos sociais?
- 2) De que movimentos você participar?
- 3) Como se pode fortalecer a participação popular nos movimentos?

**II- Participação no Curso de FSP da UNIPOP:**

- 4) O que é a UNIPOP para você?
- 5) Em que consiste o curso de formação sócio política da UNIPOP?
- 6) Como se deu sua inserção no curso?
- 7) Em que o curso contribuiu para sua vida e militância no movimento social?
- 8) Como você avalia a metodologia adotada no curso?
- 9) Você recomendaria o curso para outras pessoas? Por quê?

**III - Concepções sobre as práticas educativas da UNIPOP.**

- 10) Que concepção de educação é trabalhada nas práticas educativas desenvolvidas pela UNIPOP?
- 11) O que de mais significativo você aprendeu no curso de formação sócio política?

**IV- As relações com os educadores do curso de FSP:**

- 12) Qual o perfil dos educadores/as da UNIPOP?
- 13) Como conduzem o curso?
- 14) Como é a relação educador – educando no curso?
- 15) Você ensina o que aprende no curso para outras pessoas? Para quem? Como você ensina?

**V. Participação Política**

- 16) O que é participação política para você?
- 17) Os temas trabalhados no curso durante sua participação continuam sendo relevantes em relação a realidade social e política de hoje ou precisam ser ressignificados?
- 18) O curso de formação sócio política contribui com os processos de participação política? De que maneira?

## **APÊNDICE B - Instrumental das Entrevistas Semi-estruturadas (Educador@s)**

**Educação Popular e Formação Sócio-Política:** Fundamentos e contribuições de práticas educativas da Universidade Popular (UNIPOP) para a formação de lideranças sociais

### **1-Identificação**

- a) Nome: \_\_\_\_\_  
 b) Idade: \_\_\_\_\_  
 c) Sexo: \_\_\_\_\_  
 d) Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 e) Escolaridade: \_\_\_\_\_

### **I. Educação Popular**

1. O que é educação popular para você?
2. Qual a contribuição da educação popular nos processos de formação sócio política da UNIPOP?
3. Como a concepção de educação popular é evidenciada nos cursos de formação sócio política da UNIPOP?

### **II. Atuação na Universidade Popular - UNIPOP**

4. O que é a UNIPOP para você?
5. Como se deu sua inserção como educador (a) da UNIPOP?
6. Além da UNIPOP que em outros espaços você atua?
7. A participação como educador (a) na Universidade Popular contribui para sua vida e militância social? De que forma?
8. Como você avalia a metodologia adotada no curso de formação sócio política da UNIPOP

### **III. O curso de formação sócio política da UNIPOP**

9. O que é formação para você?
10. O que é formação sócio política?
11. O curso de formação sócio política contribui com os processos de participação política das lideranças sociais envolvidas? De que maneira?
12. Que mudanças o curso sofreu ao longo desses anos e como avalia essas mudanças?
13. Como você avalia se os resultados esperados com a realização do curso de formação sócio política foram alcançados?

### **IV. Relação com os educand@s (lideranças sociais) do curso de formação sócio política da UNIPOP.**

14. Qual o perfil d@s educand@s da UNIPOP?
15. Como é a relação educador/a – educando/a no curso de formação sócio política da UNIPOP?
16. Como se dá a participação d@s educand@s no curso?

## **APÊNDICE C - Instrumental das Entrevistas Semi-estruturadas (Coordenação Geral da UNIPOP)**

**Educação Popular e Formação Sócio-Política:** Fundamentos e contribuições de práticas educativas da Universidade Popular (UNIPOP) para a formação de lideranças sociais

### **1-Identificação**

- a) Nome: \_\_\_\_\_  
 b) Idade: \_\_\_\_\_  
 c) Sexo: \_\_\_\_\_  
 d) Naturalidade: \_\_\_\_\_  
 e) Escolaridade: \_\_\_\_\_

### **I. Concepção de Universidade Popular**

1. Como surge a ideia de criação de uma Universidade Popular?
2. Porque investir na formação de lideranças sociais?
3. Porque a opção pela educação popular como base dos processos formativos da UNIPOP?
4. Quais os desafios na gestão de uma Universidade Popular?
5. Qual o sentido do lema da UNIPOP: Saber é Poder?

### **II. A formação de lideranças sociais**

5. O que é ser liderança social?
6. Quem são as lideranças sociais priorizadas pela UNIPOP?
7. As lideranças precisam de formação específica (acadêmica) para participar do curso de formação sócio política? Isso já foi critério de seleção? Quando e por quê?
8. Como é definida a estrutura do curso de formação sócio política e sua proposta metodológica?
9. Quem são os educadores da UNIPOP? Como são escolhidos?
10. Como a organização avalia os resultados alcançados com a implementação do curso no que diz respeito ao fortalecimento as ações das lideranças sociais (educandos)?
11. Como você avalia o curso e em que ele pode melhorar?

### **III. Formação sócio política e conjuntura político-social**

12. Como é a relação política e institucional da UNIPOP com o governo que se intitula popular e que foi eleito com apoio dos movimentos sociais?
13. O que muda no curso de formação sócio política ao longo da história dos mais de 20 anos de existência da UNIPOP e de mudanças no cenário econômico, político e social brasileiro?
14. A demanda pelo curso sofre alterações significativas ao longo de sua historia?
15. Quem eram as lideranças que participavam do curso na década de 80 e 90 e quem é essa liderança hoje?
16. Como a UNIPOP avalia a sua atuação no âmbito da Amazônia?

## **APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Educação Popular e Formação Sócio Política:** Fundamentos e contribuições de práticas educativas da Universidade Popular (UNIPOP) para a formação de lideranças sociais

Vimos, por meio deste Termo, convidá-lo (a) a participar da pesquisa de dissertação de mestrado, intitulada “**Educação Popular e Formação Sócio-Política:** Fundamentos e contribuições de práticas educativas da Universidade Popular (UNIPOP) para a formação de lideranças sociais”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), tendo como orientadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças da Silva.

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** analisar a contribuição da prática educativa desenvolvida no âmbito da UNIPOP para viabilização de processos sociais baseados na organização e participação política.

Esclarecemos que sua participação será por meio de entrevista, cujo instrumento foi elaborado por nós a respeito do tema em estudo. Para o registro das respostas, utilizaremos anotação direta ou, se você concordar, um gravador.

Informo que seus nomes verdadeiros serão se preferirem ocultados no texto da dissertação.

As entrevistas concedidas serão posteriormente transcritas e devolvidas para os sujeitos entrevistados quando serão lidas para aprovação ou não do texto, acréscimos e explicações de trechos que expressem ambiguidades.

---

Pesquisadora  
SIMONE FARIAS FONSECA  
(91) 9604 2745

---

Orientadora  
MARIA DAS GRAÇAS SILVA

***CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO***

Eu, ....., declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro, ainda, por minha livre vontade, que aceito participar, cooperando com a coleta de informações necessárias para a realização da mesma.

Belém, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

**ASSINATURA DO SUJEITO DA PESQUISA**

**ANEXOS**

## CRONOGRAMA DO CURSO DE FSP – 2010



MÊS	DIAS	ATIVIDADE	HORAS
<b>Mai</b>	31	Apresentação o curso e acolhimento	3h
<b>Junho</b>	02 e 04	Identidade e grupalização	6h
	07 e 09	ANÁLISE DE CONJUNTURA: <i>Como entender o mundo e fazer compreender o Brasil?</i>	6h
	11	Interação arte-educativa	3h
	14 e 16	RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE: <i>Grupos sociais e a construção o sujeito social.</i>	6h
	18	Interação arte-educativa	3h
	21,23 e 25	AMAZÔNIA BRASILEIRA E INTEGRAÇÃO REGIONAL: Analisando as Ações Capital e do Estado na Amazônia	9h
	28	Interação arte-educativa	3h
	30	Avaliação e considerações do 1º semestre	3h
<b>Ago.</b>	02,04 e 06	DESENVOLVIMET E DHESCA's: <i>Impactos socioambientais</i>	9h
	07 (Sáb.)	Interação arte-educativa	3h
	09,11,13 e 16	POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL: <i>Compreensão e desenvolvimento das "mínimas" sociais</i>	12h
	18	Interação arte-educativa	3h
	20,23,25, 27 e 30	EDUCADORES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: <i>Relações de Gênero, igualdade étnico-racial e diálogo inter-religioso</i>	15h
<b>Set.</b>	01	Interação arte-educativa	3h
	03,06,08 e 10	GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA	12h
	13	Interação arte-educativa	3h
	15,17,20 e 22	DIÁLOGO ENTRE CULTURA E POLÍTICA	9h
	24	Interação arte-educativa	3h
	27,29	APRENDENDO A AVALIAR NOSSA PRÁTICA	9h
<b>Out.</b>	01		
	02 (Sab.)	Interação arte-educativa e finalização	3h

Fonte: Arquivo UNIPOP/2010.





1987 – 2009

### PERFIL INSTITUCIONAL

**a) Nome da Entidade:** INSTITUTO UNIVERSIDADE POPULAR - CNPJ: 22980684/0001-78

**b) Endereço:** Av. Senador Lemos, 557 - Bairro do Umarizal  
Belém – Pará – Amazônia - Brasil  
CEP: 66.050-000  
Fones: (091) 3224-9074/ 3223-1083/ 3224 4460  
Fax: (091) 3225-1668  
E-mail: [universidadepopular@unipop.org.br](mailto:universidadepopular@unipop.org.br)

**c) Representante Legal:**

Nome: Aldalice Moura da Cruz Otterloo  
Cargo: Educadora - Função: Diretora Geral  
Email: [aotterloo@unipop.org.br](mailto:aotterloo@unipop.org.br)

**d) Diretora administrativo-financeira**

Nome: Simone de Fátima Espíndula  
Email: [simone@unipop.org.br](mailto:simone@unipop.org.br)

### I - Apresentação institucional (princípios, valores e missão)

O Instituto Universidade Popular - UNIPOP, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de Utilidade Pública Estadual (Lei 5.797, de 17/10/94) e Utilidade Pública Municipal (Lei 8.275, de 14/10/2003).

Nasceu da mobilização de um conjunto de entidades, movimentos sociais e igrejas comprometidas com a teologia da libertação, para ser um espaço plural de formação de lideranças populares, agentes pastorais e de fortalecimento da democracia. Ao longo de seus 22 anos de existência tem se legitimado como uma entidade de formação para a cidadania ativa, ecumênica, de educação popular, cujo princípio metodológico básico está no pluralismo político, de gênero, cultural e religioso. Para isso trabalha para formar lideranças democráticas dos e para os movimentos sociais, populares, agentes pastorais e grupos de jovens.

A partir da ECO 92, e pelo fato de estar atuando na Amazônia, ampliou seu raio de ação temática, incluindo nos processos formativos a questão ambiental tanto no curso de formação política quanto junto a educadores/as sociais e jovens de escolas públicas da Região Metropolitana de Belém. Considerando as constantes denúncias de abusos e violação de direitos contra crianças e adolescentes, UNIPOP trabalhou na mobilização e articulação da sociedade civil constituindo o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, combatendo o trabalho infantil e a violência sexual e doméstica contra crianças e adolescentes. Desde 1998, vem contribuindo na formação humana e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, localizados nas periferias dos bairros da RMB; na formação de educadores/as e gestores/as de ONG's, Conselheiros Tutelares e de Direitos, na formação de gestores/as sociais e na articulação e fortalecimento de Redes e Fóruns, tendo em vista a promoção e garantia dos direitos humanos: econômicos, sociais, culturais e ambientais, a sustentabilidade do desenvolvimento

e da justiça ambiental na Amazônia, o que envolve a melhoria da qualidade de vida de todos e todas que vivem e trabalham nesta região.

Face às constantes denúncias de violação de direitos no Estado do Pará, UNIPOP instituiu como eixo articulador das ações formativas e de mobilização no Trienal 2003-2005, a luta pela promoção, defesa e garantia dos direitos humanos. A partir daí vem investindo na construção de estratégias e parcerias para ações em rede (PAD.FAOR.ABONG) no sentido de seu enfrentamento. Com o IBASE<sup>8</sup>, do Rio de Janeiro, assumiu a coordenação, na Região Metropolitana de Belém, da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Investiu no fortalecimento do Fórum DCA e no CEDCA. A partir de julho de 2007 até fevereiro de 2009, atuou na Comissão de metodologia e como representante da ABONG, esteve à frente do Comitê Coordenador do Fórum Social Mundial, realizado em Belém, de 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009.

Nos últimos dez anos tem desenvolvido ações com o segmento juvenil envolvendo grupos de jovens em 08 bairros da periferia da Região Metropolitana de Belém e na ilha de Cotijuba com os jovens ribeirinhos e em 44 escolas de 22 municípios do Estado com ações do Com-Vidas contribuindo para a formação da Rede Juventude e Meio Ambiente,- REJUMA, com formação de CJs – Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, a partir da 1ª Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em 2003. De abril a novembro de 2009, em parceria com UNICEF/FIDES/Rede Vitória Régia fortaleceu seu Programa Juventude, Participação e Autonomia.

Com esse Programa desenvolve processos formativos baseado na Educação para o Desenvolvimento Humano que contempla: Educação para Valores, Protagonismo Juvenil, Cultura da Trabalhabilidade, Direitos Humanos, Justiça Ambiental, Sexualidade, Educação e Trabalho. As lideranças jovens que participam das atividades formativas na UNIPOP são responsáveis pela aplicabilidade nos seus grupos (culturais, esportivos, de Igreja, Centro Comunitário, de escolas, entre outros) nos bairros onde moram, estimulando a criação de projetos a partir da realidade existente, buscando alternativas para executá-los. Nosso objetivo é desenvolver em cada jovem, habilidades de criar ideias e colocá-las em prática, descobrir seus potenciais, desenvolver sua auto-estima e atitudes mais propositivas, reforçando sua capacidade empreendedora.

Com os educadores sociais (militantes de entidades populares, arte-educadores, movimentos sociais, gestores, lideranças) temos trabalhado através de cursos como os de Formação Política e Socioambiental e o de Iniciação Teatral, além de oficinas, seminários, debates, ações conjuntas pela defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, em campanhas contra a criminalização dos movimentos sociais, pela melhoria do desenvolvimento institucional e da democratização da gestão, estimulando o trabalho coletivo e o exercício de relações mais humanizadoras e respeitadas nos espaços onde atuam. Os processos formativos que desencadeamos com as atividades visam sempre contribuir para construção de uma sociedade justa e democrática centrada nos direitos humanos, na equidade de gênero, na igualdade racial, no respeito à vida e à dignidade das pessoas, baseados na ética do cuidado e no que nos diz Maturana (1996) *“a vida cotidiana deveria ser um espaço ético e o será se agirmos preocupados pelas consequências de*

---

<sup>8</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

*nossas ações sobre os outros e afirma: a **partir da convivência social, da convivência fundada nas ações que constituem o outro como legítimo outro, é que a ética surge e tem sentido.***<sup>9</sup>.

Fundada oficialmente em 27/10/87, a UNIPOP vem a cada trienal retroalimentando sua visão e missão a partir da análise do contexto onde atua, a região amazônica, respondendo às necessidades que essa análise indica, para que suas ações possibilitem o enfrentamento às desigualdades e contribuam para a transformação social.

#### **Visão utópica:**

- Trabalhamos na construção de uma sociedade justa, fraterna, sem exclusões, buscando uma solidariedade amazônica, brasileira, latino americana e internacional

#### **Missão Institucional:**

- Fortalecer a sociedade civil por meio da promoção e efetivação dos direitos, com formação, articulação e controle social, na perspectiva de uma nova cultura política de participação e de justiça ambiental na Amazônia.

### **I.1 Princípios Orientadores**

Estes são os princípios orientadores da formação de todos os sujeitos inseridos nas atividades propostas pela UNIPOP ou demandadas por outras organizações, que nos estimulam a acreditar na construção de outro mundo possível.

- **Valorização da Vida:** Resgate da dignidade humana e da integralidade do ser em contraposição ao processo acirrado de mercantilização da vida, pautado em relações desumanas, opressivas e discriminatórias, direcionadas pelo sistema capitalista, que sobrevive pelo modelo de consumo imposto, transformando as pessoas e a natureza em mercadoria;
- **Justiça Ambiental:** A crença num desenvolvimento sustentável que assegure a preservação dos recursos naturais da região, a partir do manejo e uso sustentáveis da sua biodiversidade, do saneamento ambiental nas cidades e da garantia da qualidade de vida da sua população rural e urbana;
- **Democratização da sociedade:** A crença de que a única forma de democratizar a sociedade é empoderar os grupos excluídos para enfrentar todos os tipos de discriminação relacionada à gênero, raça, orientação sexual, geração, classe, opção religiosa, por meio do diálogo, da promoção e garantia dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais – dhesca(s);
- **Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso:** A. busca de uma convivência pacífica entre as religiões respeitando as diferenças, construindo processos que possibilitem um entendimento mútuo na busca pela paz no mundo, na luta pela erradicação da injustiça social, da violência e de tudo que fere a dignidade da pessoa humana.

---

<sup>9</sup>Maturana, Humberto, El sentido de lo humano. 74, Santiago do Chile, 1996



Programa de Pós-Graduação em Educação  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Trav. Djalma Dutra s/n  
66050.540 - Belém-Pará  
[www2.uepa.br](http://www2.uepa.br)